

HÁ SOLUÇÕES PARA A CRISE ECONÓMICA!

Pág. 8



Meio milhar de pessoas - comunistas e não comunistas, economistas e não economistas, lisboetas e não lisboetas - participaram no Seminário sobre economia promovido sábado passado em Lisboa pelo PCP

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO

Pág. 4



A foto e da Assembleia da Organização realizado no passado fim-de-semana em Almada, com a presença de Álvaro Cunhal e Joaquim Gomes. Mas muitas outras iniciativas se têm realizado nos últimos dias, com a participação de membros da direcção do Partido

COMÍCIO

No âmbito da visita ao nosso país, a convite do CC do PCP, de uma delegação do Partido Socialista Operário Húngaro, realiza-se amanhã, às 21 e 30, na Sociedade 1.º de Agosto Santairiense, em St.ª Iria da Azóia, um comício de amizade em que participarão os camaradas Álvaro Cunhal e András Gyenes



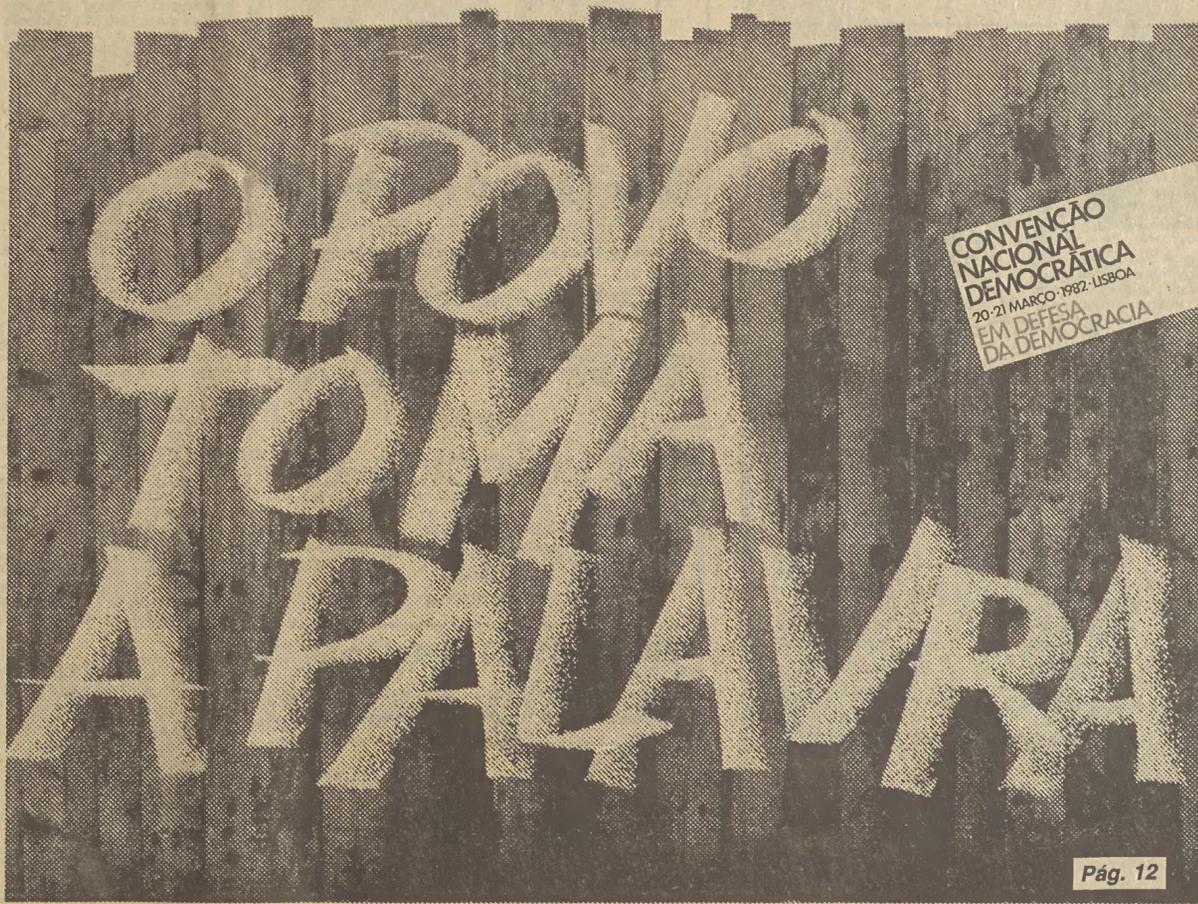
À chegada ao aeroporto, uma delegação do PCP chefiada por Álvaro Cunhal recebeu a delegação do PSOH

Pág. 2



Vontade e força iguais de Norte a Sul

Págs. centrais



CONVENÇÃO
NACIONAL
DEMOCRÁTICA
20-21 MARÇO 1982 - LISBOA
EM DEFESA
DA DEMOCRACIA

Pág. 12

SEMANA Nacional

3 Quarta-feira



O PR com os escritores

Começa o II Congresso dos Escritores Portugueses, em cuja sessão inaugural intervém o Presidente da República com uma análise das relações entre o poder político e a cultura. A Serra do Açor, no concelho de Arganil, é declarada «área de paisagem protegida», com o objectivo de defender as características naturais da região. O Governo Regional da Madeira recebe da Associação dos Armadores de Pesca do Atum Japonês um atunheiro com capacidade de congelação diária de 6200 quilos e apetrechado com novas artes de pescas; o navio oferecido deverá chegar ao Funchal no próximo mês. Os professores da Grande Lisboa e da Zona Sul afirmam em conferência de imprensa que podem fazer nova greve às avaliações da Páscoa se o ministro da Educação não aceitar receber as direcções sindicais para o início de negociações sérias. Começa na Assembleia da República o debate da moção de censura ao Governo apresentada pelo PS.

4 Quinta-feira

As trabalhadoras da Cimex divulgam um comunicado condenando a Câmara Municipal da Figueira da Foz por ter mandado destruir uma barraca que lhes servia de refeitório e balneário, com todos os haveres que lá guardavam; a barraca era utilizada para a falta de qualquer outra alternativa. É divulgado um documento do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho onde se lamenta o facto do Governo português ter fixado unilateralmente os salários dos trabalhadores da Função Pública no ano de 1981. A direcção do Sindicato dos Jornalistas reúne com Marcelo Rebelo de Sousa a quem apresenta o seu protesto contra a «situação de manipulação informativa e de ausência de isenção» na RTP. O Episcopado português condena a prática do direito à greve «como meio paralelo de fazer política partidária».

5 Sexta-feira

Em declarações à Anop o major Vasco Lourenço afirma que o Primeiro-Ministro, Pinto Balsemão «se tivesse um mínimo de dignidade, um mínimo de noção do ridículo, um mínimo de noção do que deve ser um chefe de Governo, não esperaria pela moção de censura para se demitir». Termina o II Congresso dos Escritores Portugueses com a aprovação de uma Carta Reivindicativa, em que os escritores exigem a sua «participação cultural activa na vida do País». A maioria dos deputados do PSD subscreve um apelo à Comissão Política Nacional social-democrata pedindo um amplo e profundo debate nacional sobre a legalização do aborto. A Reunião Inter-Associação de Estudantes do ensino superior de Lisboa anuncia a realização de uma jornada de luta nas Universidades de Lisboa no próximo dia 24, que inclui uma greve de 24 horas e uma concentração junto ao MEU. A EDP informa que a produção hidroeléctrica está normalizada, sendo a percentagem de energia acumulada, no final de Fevereiro, de 71 por cento dos valores máximos.

6 Sábado



Contra o Governo AD

Cantenas de milhares de pessoas manifestaram-se em 24 localidades do País contra a política do Governo AD. Começa em Lisboa o I Congresso da Associação Social-Democrata (ASDI) com a apresentação de cinco moções de estratégia política que dão particular relevo à «unificação das forças políticas de centro esquerda e esquerda democrática». Maria Lamas é homenageada no Seixal por iniciativa da respectiva Câmara Municipal, com uma sessão pública e uma exposição evocativa da sua vida e obra. Realiza-se o 19.º Festival da Canção da RTP, depois do 12.º Juízo Civil de Lisboa indeferir o pedido de suspensão do certame apresentado pela Sociedade Portuguesa de Autores por alegadas infracções ao regulamento.

7 Domingo

O PCP promove em Lisboa um seminário subordinado ao tema «Vencer a crise - promover o desenvolvimento». A Comissão Promotora da Convenção Nacional Democrática anuncia que a iniciativa conta já com o apoio de mais de 350 associações e organizações sociais, sindicais e populares. Mais de 800 pessoas participam num almoço de homenagem ao Marechal Francisco da Costa Gomes, realizado no Pavilhão dos Desportos em Lisboa. O Rali de Portugal-Vinho do Porto termina com a vitória da francesa Michele Mouton. Um comunicado da Presidência da República anuncia que o Papa João Paulo II visitará oficialmente Portugal no próximo mês de Maio, a convite do PR e da Conferência Episcopal portuguesa.

8 Segunda-feira



Maria Lamas

Maria Lamas é homenageada em Lisboa, numa iniciativa de várias organizações democráticas a que se associa, por proposta da APU, a Câmara Municipal de Lisboa; a edilidade apreciará em breve outra proposta da APU para atribuir a Maria Lamas a Medalha de Honra da Cidade. Uma fuga de gás nas canalizações subterráneas da Av. da República provoca várias explosões, uma das quais destrói uma caixa de corrente que regula o funcionamento dos semáforos da área. O Secretariado Nacional da CGTP-IN saúda as mulheres trabalhadoras exortando-as «a prosseguirem a luta pela resolução dos seus problemas específicos e a participarem activamente na luta mais geral dos trabalhadores portugueses». Entram em vigor as novas taxas especiais do serviço de encomendas dos CTT. Os governadores civis de Évora, Portalegre e Castelo Branco reúnem-se em Cáceres com os seus homólogos espanhóis daquela cidade e Badajoz, para discutirem um plano de segurança para os meios rurais.

9 Terça-feira

O ministro português dos Negócios Estrangeiros, André Gonçalves Pereira, inicia conversações em Luanda com o seu homólogo angolano Paulo Teixeira Jorge. Chega a Lisboa um técnico da Organização Internacional do Trabalho especialista em assuntos de reabilitação profissional, numa visita que se insere no âmbito da colaboração entre aquela Organização e as autoridades portuguesas. A Comissão Promotora da Convenção Nacional Democrática afirma em conferência de imprensa que a iniciativa «atingiu já uma grande dimensão, apesar do silêncio e alheamento manifestado pelos órgãos de informação estatizados, com particular realce para a RTP». O MAL informa que o governo ainda não se pronunciou sobre a data das eleições autárquicas, pelo que é prematura a indicação de 21 de Novembro divulgada pela ANOP.

Editorial

O MAL E O REMÉDIO

O País é actualmente vítima duma grave doença. Chama-se 'AD'. É uma perigosa doença que lhe ameaça o corpo inteiro e que é imperioso erradicar do organismo nacional.

Antes que seja tarde. Abordar deste jeito a grave crise que a 'AD' fez desabar sobre a vida e o futuro de todos nós é-nos sugerido pela forma bizarra mas significativa como o órgão oficioso do dr. Mário Soares classificava há dias o discurso proferido pelo secretário-geral do PS na apresentação da moção de censura daquele partido ao Governo Balsemão.

"Discurso-radiografia" - escrevia entre outras curiosas afirmações o editorialista do "PH" - o que é, só, por si, esclarecedor do pensamento político reinante em certos círculos dirigentes do PS quanto a algumas questões de fundo da situação actual.

Sem dúvida a radiografia é um importante elemento de diagnóstico. Fazer o "retrato" da crise, mesmo branqueando ou escurecendo intencionalmente uma ou outra zona, como fez o dr. Mário Soares, é de interesse evidente para a identificação do mal.

Mas a "radiografia" da crise já estava feita. Em vários planos e em profundidade.

O PCP tem posto vigorosa e sistematicamente a nu a política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo 'AD/Balsemão/Freitas do Amaral.

A "radiografia" que o secretário-geral do PS agora fez no seu discurso de apresentação da moção de censura não é completa nem traz nada de novo.

Aponta mesmo a um objectivo não "científico"; não visa a cura radical mas os paninhos quentes.

O raio diagnóstico não basta - é indispensável a terapêutica. Não basta conhecer a doença - é imprescindível determinar o processo da cura.

Por outras palavras: conhecidas a natureza e a gravidade da crise que atinge o País, identificado e isolado o seu principal responsável - o Governo 'AD/Balsemão/Freitas do Amaral - como o extirpar do Poder, como libertar desse perigoso foco de restauração do fascismo esta nossa nova Pátria saída da Revolução de Abril?

Que formas, que meios, que forças podem e devem reunir-se e mobilizar-se para arrear do Poder a 'AD' e para opor e garantir uma alternativa democrática ao seu Governo e à sua política?

A moção de censura do PS situa-se no contexto de luta muito vasto que lhe escapa e que envolve movimentos de natureza diversa mas convergentes para um objectivo central - a demissão do Governo 'AD/Balsemão/Freitas do Amaral como condição necessária para uma alteração de rumo na política nacional.

É um contexto de poderosas lutas dos trabalhadores por reivindicações económicas e sociais e na sua última fase abertamente políticas; de lutas muito variadas por reivindicações específicas de classes, camadas e sectores da população rudemente afectados pela política dos governos 'AD' (de agricultores, das mulheres, dos jovens, de professores e estudantes, dos reformados, dos deficientes e outros); de uma extensa movimentação em defesa da Paz e contra a instalação e trânsito de armas nucleares em Portugal a qual

teve uma potente expressão nas "marchas" de Lisboa e Porto; de um vasto movimento cívico nacional para a defesa de Abril na Constituição da República em transe de revisão - afinal formas múltiplas de expressão de um profundo e generalizado descontentamento popular contra a 'AD', os seus governos, a sua política.

A moção de censura do PS foi apresentada na sequência e em consequência da histórica Greve Geral de 12 de Fevereiro não para lhe colher os frutos no plano parlamentar mas para lhe diminuir a convergência e a projecção política. Antecedeu também de dois dias as potentes manifestações nacionais de sábado último, 6 de Março, que não merecem evidentemente as simpatias do dr. Mário Soares, apesar da sua importância na luta para desalojar a 'AD' do Poder.

Mas a moção de censura do PS, obedecendo claramente a outros móveis, acabou por se transformar numa terminante e significativa reprovação política do Governo 'AD/Balsemão/Freitas do Amaral, expressa pela votação unânime e em peso de toda a oposição democrática, apesar de compreensivelmente vencida pela maioria parlamentar da coligação reaccionária governante.

O dr. Mário Soares no seu pobre e inócuo discurso de encerramento dos debates, embora formulando críticas ao Primeiro-Ministro e ao Governo, fugiu deliberadamente à questão fulcral da demissão urgente não só de Balsemão e da sua equipa como de toda a 'AD'.

Não era manifestamente a 'AD' mas somente Balsemão quem, nas palavras e intenções de Mário Soares, dever-se-ia ir embora.

Neste aspecto o órgão oficioso do secretário-geral do PS - o "Portugal Hoje" - é muito mais elucidativo quanto aos objectivos da moção de censura.

"A moção de censura - escrevia-se no editorial do dia 4 - difere dos que preferem a gritaria, o desaforo, a ridicularização do Governo e da campanha reles daqueles cujo objectivo é a pulverização da 'AD' e a mera queda do Governo, indiferentes ao significado das últimas eleições".

Escrevia a seguir de maneira esclarecedora: "Advogar ou consentir na formação doutro Governo saído da maioria legítima não é crime ou desvio".

Está claro, não está?

Entretanto, é na perspectiva da necessária e urgente demissão do Governo 'AD/Balsemão/Freitas do Amaral que é preciso visualizar a votação maciça da oposição a favor da moção de censura do PS, para além dos objectivos confessados e das intenções ocultas dos seus autores.

A conjugação da luta de massas - na "rua" ou "debaixo de telha" - com a acção parlamentar e com a iniciativa política dos partidos democráticos e dos órgãos de soberania não controlados pela 'AD', pode ser decisiva para uma rápida solução da crise no quadro Institucional.

Amadureceu, na base desta extensa e variada movimentação nacional, uma oportunidade excepcional para se imprimir uma decisiva viragem democrática de Governo e de política que não pode perder-se sob pena de mais graves dificuldades e sofrimentos para os trabalhadores e todo o Povo português.

Milhões de portugueses - e naturalmente muitos milhares

de socialistas - manifestaram de maneira inequívoca a sua vontade de correr com a 'AD' do Governo, de dar ao País outro governo e outra política que vá ao encontro das aspirações do Povo e dos Interesses do País.

Mário Soares nas suas intervenções no debate parlamentar da moção de censura do seu partido repetiu uma coisa que será bom reter: de que o PS não pode demitir o Governo e que é o Presidente da República que tem para isso os poderes constitucionais. Isto é verdade.

Não sabemos, porém, se o faz por reconhecimento efectivo das limitações do PS e da própria oposição de derrubar nas condições presentes pela via parlamentar o Governo actual ou se para lavar as mãos como Pilatos e atribuir amanhã ao Presidente da República a responsabilidade exclusiva de não ter demitido este mau Governo e de não ter posto um termo à sua política de desastre nacional.

De qualquer forma a vontade da esmagadora maioria do Povo português afirmada de mil maneiras e unânime votação de sexta-feira da oposição democrática em peso na Assembleia da República não nova força à exigência da urgente demissão do Governo.

Disse ainda Mário Soares que "o PS não é prisioneiro da revisão constitucional" e que "é uma exigência nacional mudar de política e mudar de Governo".

Palavras exactas desmentidas por muitas outras palavras e atitudes do secretário-geral do PS.

É um contrassenso afirmar que "o PS - em diálogo criador com toda a esquerda democrática e com aqueles democratas, sem excepção, que julgam hoje que a 'AD' não serve e que é preciso mudar de política - assume-se responsável como alternativa". (O sublinhado é nosso).

Então como é, senhor secretário-geral do PS: fala-se num "caminho novo que a Esquerda, cuja identidade global se busca, também, no nosso País, tem o dever de estar atenta" e ao fim e ao cabo põe-se desta "esquerda" a reboque de uma alternativa PS?

É evidente que quem incorre aqui em "erros antigos, produto de dogmatismos e estereótipos ultrapassados" é o PS e não os outros sectores da oposição democrática, antes de tudo o PCP que é um grande Partido democrático profundamente enraizado nas massas, cuja força e influência política ficaram mais uma vez demonstradas pelos acontecimentos dos últimos meses e dos últimos dias.

Uma alternativa democrática à 'AD', ao seu Governo, à sua política implica reunir as forças necessárias para executar e garantir no Poder uma tal alternativa que não pode por isso mesmo encerrar-se no quadro estreito de um partido, neste caso o PS, como se desprende das afirmações de Mário Soares.

É interpretando o sentir do vasto bloco de forças políticas e sociais afirmado nas eleições de 7 de Dezembro de 1980 e reforçado consideravelmente ao longo destes 15 meses que o PCP insiste nas suas propostas para a solução da crise, propostas que nenhum patriota, nenhum democrata, nenhum antifascista pode validamente contestar e que são essenciais, como primeiro passo, para a escolha e a viabilização de uma alternativa democrática.

São elas, a demissão do Governo 'AD/Balsemão/Freitas, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão e a convocação, nos prazos constitucionais, de eleições antecipadas.

PCP

Delegação do PSOH em Portugal

Encontra-se desde a passada terça-feira no nosso país, a convite do Comité Central do PCP, uma delegação do Partido Operário Socialista Húngaro dirigida pelo camarada András Gyenes, Secretário do Comité Central do PSOH e deputado à Assembleia Nacional Húngara, de cuja Comissão de Negócios Estrangeiros é presidente.

A delegação, de que também fazem parte os camaradas Sandor Gulyás, membro do CC e o camarada Attila Gecse, colaborador do CC do PSOH, efectuou no próprio dia da chegada um primeiro encontro de conversações com uma delegação do PCP constituída pelo camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral, Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC e Albano Nunes do CC e responsável da Secção Internacional.

ENCONTRO DE QUADROS COMITÉ LOCAL DE LISBOA

VOZ DO OPERÁRIO 13 MARÇO 1982

REFORÇAR O PARTIDO PARA DEFENDER A DEMOCRACIA E PROSSEGUIR ABRIL!

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O PCP E OS DIREITOS DA MULHER

sessão-debate sobre os 3 projectos-lei

- Defesa da Maternidade
- Direito ao Planeamento Familiar e à Educação Sexual
- Interrupção Voluntária da Gravidez

12 MARÇO (6.ª FEIRA) • 21 H. TEATRO ABERTO

Com a presença

ZITA SEABRA
(Deputada do PCP na AR)

Nacional

Acto de vassalagem perante o imperialismo

1. A decisão do Governo «AD» de reduzir o número de diplomatas da URSS, da RDA e da República Popular da Polónia em Portugal volta a pôr em evidência que a política externa portuguesa está transformada num instrumento das operações provocatórias e da política agressiva da Administração Reagan e dos círculos mais belicistas da NATO.

2. Com efeito, só o desprezo pelos imperativos constitucionais em matéria de política externa, só uma posição de vassalagem perante os planos e as ordens do imperialismo norte-americano, podem explicar que o Governo «AD», com mais esta medida injustificável, procure dar novo golpe nas relações de Portugal com os países socialistas.

3. Por outro lado, é a perfeita consciência de que o Governo «AD» se assume como um mero servidor da estratégia provocatória e aventureira dos EUA, que estimula a Administração Reagan a tratar Portugal como nação tutelada ou território colonial, como ficou bem evidenciado em declarações públicas feitas por A. Haig, aquando da sua recente visita a Portugal, que constituíram uma clamorosa ingerência nos assuntos internos portugueses.

4. E patente e indiscutível que o Governo «AD», ofendendo os sentimentos patrióticos do povo português, busca afanosamente na Administração Reagan o apoio que cada dia mais lhe falta em Portugal.

Entretanto, como o povo por-

tuguês não está disposto a abdicar do seu inalienável direito de decidir do que convém ou não convém a Portugal, nem a maior folha de serviços do Governo «AD» a Administração Reagan poderá salvar este governo de capitulação e submissão nacional das justas consequências da vontade soberana do povo português.

5. A demissão do Governo «AD», sendo necessária e imperiosa por muitos outros motivos, é-o também claramente por exigência directa da salvaguarda da dignidade, soberania e independência nacionais.

Lisboa, 5 de Março de 1982
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Trabalhadores afastados da RTP vão à Assembleia da República reclamar legítimos direitos

Uma comissão representando os 23 trabalhadores afastados da RTP desde 26 de Novembro de 1975 e até hoje ainda não integrados, foi recebida na passada quinta-feira pela Comissão de Trabalho da Assembleia da República, junto da qual os trabalhadores salientaram os aspectos essenciais da situação actual que vivem.

Depois de lembrarem que o processo que os despediu - após uma suspensão de quase um ano - foi marcado por numerosas irregularidades e violações da legislação, os trabalhadores sublinharam que a Lei da Amnistia publicada em 23 de Novembro de 1979 os abrangia indiscutivelmente, pelo que se apresentaram então ao serviço na empresa. Entretanto, não só a RTP os não admitiu como se recusou a pagar os salários entretanto vencidos.

A atitude arbitrária do não acatamento da lei, por parte do Conselho de Gerência da RTP, não sofreu, desde essa altura, alteração. Hoje, passados 6 anos sobre o afastamento daqueles trabalhadores e mais de dois anos após a publicação da Lei da Amnistia, o escândalo continua.

O escândalo - sublinham os trabalhadores - é tanto maior quanto é sabido que até hoje ninguém, absolutamente ninguém, nem mesmo o Conselho de Gerência da RTP, questionou a aplicabilidade da Lei da Amnistia aos trabalhadores despedidos da RTP e o seu consequente direito à reintegração.

A responsabilidade determinante - afirma mais adiante o documento distribuído à imprensa pela comissão representativa dos trabalhadores afastados da RTP que se deslocou à Assembleia - na recusa à aplicação da Lei da Amnistia e à reintegração dos trabalhadores despedidos da RTP, pertence ao Conselho de Gerência da RTP e às posições assumidas pelos seu Presidente, dr. Pronsença de Carvalho.

Com efeito - adianta o documento - apesar de nos encontros realizados, designadamente em 3 de Fevereiro de 1981, o Presidente do CG da RTP sempre ter afirmado que a Lei 74/79 se aplicava àqueles trabalhadores, a verdade é que a posição final daquele Conselho de Gerência tem sido sempre a de se recusar a aplicar a lei por sua própria iniciativa, pretendendo

«aguardar a decisão do Tribunal do Trabalho».

Os signatários - que no tributo do documento salientam não pretendem nenhum favor ou privilégio, mas apenas reclamam a aplicação da lei - entendem, entretanto, oportuno salientar que o decurso de tais encontros, o dr. Pronsença de Carvalho procurou negociar e fazer depender a aplicação da Lei da Amnistia do processo a correr no Tribunal do Trabalho desde 1976 e movido pelos trabalhadores à RTP para obterem a anulação judicial do seu despedimento, invocando, como principal dificuldade e como condição prévia a resolver, as consequências financeiras que o desfecho de tal processo eventualmente terá para a RTP.

No documento distribuído à imprensa, os trabalhadores voltaram, tal como já o tinham feito antes, a considerar esta posição profundamente ilegítima e iníqua.

Revolução e contra-revolução
Friedrich Engels

Um clássico do Marxismo

BIBLIOTECA DO MARXISMO-LENINISMO

TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL

Karl Marx

Importante trabalho que Engels divulgou mais tarde junto do proletariado.

BIBLIOTECA DO MARXISMO-LENINISMO

TUDO PELO BEN-ESTAR DO Povo

Erich Honecker

construção e desenvolvimento do socialismo na República Democrática Alemã

BIBLIOTECA DO MARXISMO-LENINISMO

Efeméride da Semana — A 4 de Março de 1419 Fernão Lopes começa a desempenhar o cargo de escrivão-mor dos livros de D. João I.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2 - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.ª de Maio, 186, Pedrulha - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 16-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381967.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 500044.

Composto e Impreso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Fevereiro 54 760

Nacional

O 8 de Março em todo o País

Em 1982, o 8 de Março continua a ser, salvo a feliz e já não rara excepção que é o mundo socialista, aquilo que nasceu: dia de luta. Também em Portugal, que foi aliás um dos primeiros países a ratificar, vai para dois anos, a "Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação da Mulher", adoptada pela ONU em Dezembro de 79. De facto e como se sabe, com a "AD" no poder as mulheres são as primeiras vítimas do desemprego, dos contratos a prazo, da diminuição do poder de compra. Os direitos que a Revolução de Abril lhes reconheceu e a Constituição consagrou estão ameaçados. Muitos deles, os fundamentais, embora acatados na Lei, nunca tiveram plena expressão prática — por falta de meios sociais mas sobretudo pela sabotagem das forças reaccionárias e dos governos que têm conseguido instalá-las.

Mas em Portugal 1982, o 8 de Março foi também dia de festa. Aqui se celebraram as vitórias alcançadas, e em primeiro lugar a da participação: as mulheres estão presentes de forma cada vez mais larga e consciente em toda a vida nacional, e não vão, também elas, deixar que a vida ande para trás! Por outro lado, é facto significativo — queiramos, definitivamente — que as comissões locais e grupos de personalidades que tradicionalmente promoviam o 8 de Março durante o fascismo tenham sido claramente substituídos por sólidas estruturas de massas: os sindicatos, as autarquias, os partidos democráticos, associações culturais e profissionais diversas, as CUM's e o MDM, cujo peso e autoridade na vida nacional de novo se afirmaram nas realizações que promoveu ou a que se associou.

O grande momento do 8 de Março deste ano foi a Homenagem Nacional a Maria Lamas, que a própria homenageada quis que fosse a consagração de todas as mulheres que escolheram o caminho da luta pela sua própria dignificação e pela do seu povo. Mas merecem destaque outras realizações, entretanto chegadas ao nosso conhecimento, outras significativas que levaram o 8 de Março às populações, às ruas e às empresas.

Assim foi em Faro, onde mais de 300 pessoas participaram numa sessão comemorativa no Teatro Lettes, com música, canções e poesia.

Assim foi em Almada, onde a Junta de Freguesia, além da exposição que preparou, organizou, durante todo o dia 8, espectáculo e uma oferta de flores a todas as mulheres.

Em Setúbal, o Departamento de Mulheres da USS e o MDM promoveram um vastíssimo programa comemorativo que cobriu todos os concelhos do distrito, com distribuição de documentos e oferta de flores às mulheres nas ruas e mercados, espectáculos, colóquios e sessões públicas nomeadamente sobre os perigos da revisão constitucional da Constituição e os três projectos de lei do PCP recentemente apresentados na AR sobre planeamento familiar e educação sexual, protecção e defesa da maternidade e interrupção voluntária da gravidez.

No distrito de Setúbal são de destacar ainda os actos comemorativos realizados em grandes empresas como a Setenave, Lisnave, Mundet e Quimical, e em vários sindicatos.

Em Évora, as secções locais de MDM e CUM's promoveram no Teatro Garcia de Resende uma sessão festiva durante a qual a assistência que encheu completamente aquele teatro aprovou uma moção de apoio aos três projectos de lei apresentados na AR.

No Porto, as comemorações do 8 de Março, promovidas pelo MDM, iniciaram-se no dia 7 com uma romagem aos cemitérios do Prado do Repouso e Agramonte, onde estão sepultadas Irene de Castro, Herculana Carvalho e Amélia Cal Brandão, mulheres que se destacaram na resistência antifascista e na luta pela emancipação da mulher. Ainda no dia 7 realizou-se um almoço-convívio marcado pela alegria e a fraternidade.

No dia 8 foi distribuída nas ruas uma saudação às mulheres do Porto e a noite realizou-se, no Teatro Sá da Bandeira completamente cheio, a grande sessão comemorativa. As intervenções de dirigentes do MDM exprimiram no seu conjunto os grandes objectivos da luta deste Movimento: o respeito pelos direitos da mulher consagrados na Constituição e a Constituição no seu todo, a paz, a luta contra o agravamento das condições de vida. O governo da "AD" foi apontado como o actual grande obstáculo à prossecução destes objectivos, e foi afirmada a determinação das mulheres e do povo trabalhador em geral em defender os direitos conquistados.

Homenagem a Maria Lamas



Que seja pela Paz, e que em Portugal reine um ambiente de unidade e de fraternidade, para o progresso das gerações futuras, dos que vivem em precárias circunstâncias. Quer dizer: por uma vida melhor e mais justa para todos.

Foi assim, nestas palavras curtas e no entanto tão claras, que Maria Lamas nos devolveu, convertido pela lucidez, a generosidade e desprendimento de si própria que foi toda a sua vida, o testemunho de profunda admiração que lhe foi dirigido pelos amigos que subiram ao palco do S. Luis, pelos aplausos e as flores de todos os que encheram aquela sala na noite da passada 2.ª feira para a Homenagem Nacional que a Associação Portuguesa de Escritores, a Sociedade Portuguesa de Autores, o Conselho Português para a Paz e Cooperação e o MDM lhe promoveram.

Em curtas intervenções, intercaladas pela música de lo Apoloni, Adriano Correia de Oliveira, Fernando Tordo, Pedro Barroso, José Afonso e o Coro da Academia de Amadores de Música dirigido pelo maestro Lopes Graça, e por breves referências à sua vida e à época em que viveu lidas por Fernanda Lamas, dela falaram emocionados os amigos de longa data e companheiros de muitas lutas que foram Alda Nogueira, que com ela começou nos tempos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas; Luís Francisco Rebelo, Urbano Tavares Rodrigues e Antónia Fiadeiro; Nélio Neves, Vasco da Gama Fernandes, Sílvia Cerqueira. Na sala, imantados pelos mesmos sentimentos de admiração e a recordação de muitas jornadas vividas em comum, personalidades destacadas da luta antifascista e da Revolução de Abril, homens e mulheres de todas as gerações e de todos os estratos sociais para os quais Maria Lamas soube fazer-se símbolo da luta vitoriosa das mulheres portuguesas pela sua dignificação e integração social, «exemplo de mulher a quem o fascismo não vergou», como diria Luisa Amorim quando, no final da homenagem e em reconhecimento «pela luta impar de Maria Lamas em prol das mulheres do seu País», lhe colocou no peito a primeira das Medalhas de Distinção que o MDM passou a atribuir anualmente.

Maria Lamas, escritora e jornalista que muito nova escolheu pôr o seu talento e a sua grande humanidade «ao serviço da dignidade cívica de todos os portugueses» e em particular da dignificação da Mulher; Maria Lamas, incansável lutadora pela democracia e a Paz, eleita em 1953 para a presidência do Conselho Mundial da Paz; Maria Lamas, que sofreu o exílio e a prisão — Maria Lamas, 88 anos vividos em nome de todos nós e por nossa felicidade.

Em nome das «Mulheres do meu país» a quem se devotou: que tenha uma longa vida!

Assembleia da República

Moção de censura ao Governo

— mais uma peça no processo para a demissão de Balsemão/'AD'

O Governo não tem tido tréguas. Nem nos conflitos sociais que ele próprio provoca mercê da sua política antipopular, nem no plano político — ele próprio se vê muitas vezes confrontado com interesses contraditórios —, sobretudo ao nível da Assembleia da República. Interpelações sucedem-se na AR e somam-se à moção de censura que o PS apresentou. Nos últimos tempos os deputados ocupam principalmente o seu tempo a pôr em questão o Governo. A cada passo.

Depois da interpelação da JEDS, aguarda-se a interpelação do PCP. A moção de censura do Partido Socialista, entretanto, veio trazer algo de novo. Pela primeira vez toda a oposição esteve presente no hemiciclo — lembremos que é raro ver as bancadas do PS cheias — e o PS teve o mérito de tornar menos ambigua a condenação que faz à política do Governo «AD». Bastante documentado, o discurso de abertura de Mário Soares não trouxe, porém, a explicitação de alternativas à actual situação, embora fosse muito mais firme na crítica à «AD» que o seu discurso de encerramento, durante o qual se preocupou em defender-se das acusações de Balsemão, pois o Primeiro-Ministro, à falta de argumentos, pretendeu inverter os papéis e arvorar-se em juiz da iniciativa socialista.

O que pode, no entanto, salientar-se do debate é bastante positivo: todos os partidos, sem excepção, se pronunciaram pela necessidade da realização de eleições antecipadas, pela necessidade de demissão do Governo «AD».

Bem tentou Balsemão minimizar o significado do debate: «Que quer o PS?, que faz correr o PS?» O facto é que, ao procurar acusar o PS de «andar a roquebo do PCP», deu uma imagem de fragilidade do Governo

que mais empenhado em mostrar quais os ajustamentos que a política económica do Governo deveria sofrer para ser boa, que em propor uma alternativa concreta — baseada na defesa das conquistas de Abril e dirigida ao futuro com resolução.

As apreciações críticas mais vivas partiram, como é habitual, das bancadas comunistas. Para além da intervenção final do camarada Carlos Brito, da qual publicamos noutra local um excerto significativo, sucederam-se no uso da palavra, os camaradas Rogério de Brito, Ilda Figueiredo e Jorge Lemos.

O primeiro ocupou-se da política agrícola do Governo, ou da política «anti-agrícola», como lhe chamou.

No ano de 1981 afirmou, os preços dos produtos vegetais na produção subiram apenas 11,6 por cento no primeiro trimestre e 7,8 no segundo, enquanto os preços do gado no produtor registaram uma quebra superior aos 18 por cento em relação a igual período. Entretanto, no consumidor, os preços registaram um aumento médio de 24,6 por cento. Os resultados desta política de comercialização e preços são evidentes: os agricultores estão cada vez mais pobres; os grandes industriais, intermediários e armazémistas mais ricos; os consumidores pagam a factura da especulação.

E o deputado do PCP prosseguiu o rol de acusações à «AD»: Tentam roubar de novo, como no tempo do fascismo, os baldios às comunidades. Em matéria de apoio aos produtores florestais nada fazem. O escoamento das madeiras está longe de satisfazer e os preços das madeiras são de ruína. Em matéria de flores-

tação prevalecem os interesses das multinacionais das celuloses (...)

Os recursos hídricos continuam a perder-se por adiantamentos sucessivos ou arranjos incompreensíveis de empreendimentos hidrográficos, de que resultam, inclusive, ameaças de perda dos financiamentos externos.

Em matéria de créditos, estes são cada vez mais dificultados e mais caros para os pequenos e médios agricultores e cooperativas (...). Quanto ao chamado crédito procaifer, nada.

Agrava-se de novo a situação dos rendeiros e seareiros, quer pelo recrudescimento dos despejos ilegais, quer pelo agravamento das rendas que chegam a atingir para o regadio valores da ordem dos 40 contos.

Particular referência não pode deixar de merecer a política do Governo em relação à Reforma Agrária — afirmou ainda Rogério de Brito após ter denunciado toda uma série de escândalos —, onde o objectivo continua a ser o da destruição das UCP's/Cooperativas, quer pela via do estrangulamento financeiro, quer pela via da denominada distribuição de terras a pequenos agricultores à custa das terras e da destruição das UCP's/Cooperativas.

A camarada Ilda Figueiredo dedicou parte substancial da sua intervenção à situação económica que afirmou, se degrada rapidamente.

A produção está estagnada, sublinhou, e, em alguns casos, em recessão.

Na indústria, a capacidade não utilizada sobe a mais de 20 por cento e os projectos de interesse nacional como o Plano Siderúrgico e do Alque-

va são boicotados. É reduzido o investimento do sector empresarial do Estado, impedindo a sua expansão e eficiência. Nas pescas, as empresas públicas estão a ser desmanteladas e os recursos nacionais da ZEE vão sendo entregues a frota estrangeira, tornando o peixe cada vez mais caro. E, enquanto os pequenos e médios comerciantes e industriais vivem a angústia do estrangulamento das suas empresas face à constante contracção dos consumos e do mercado interno provocada pela queda do poder de compra das populações e às dificuldades crescentes do acesso a um crédito cada vez mais caro e mais restrito aos grandes capitalistas e especuladores, o Governo distribui largos milhões de símbolos de indemnizações pelos seus amigos, sana gestores competentes para colocar os afilhados nos conselhos de administração da banca, dos seguros, das empresas públicas em geral.

As consequências desta política aí estão com toda a sua gravidade: 400 mil desempregados, na sua maioria mulheres (15 por cento da população activa feminina está no desemprego). Os preços continuam a sua escalada vertiginosa com um aumento de 25 por cento do índice de preços no consumidor de Dezembro de 1980 a Dezembro de 1981, prosseguido nos dois meses deste ano com a machadada final no chamado cabaz de compras e o consequente aumento dos bens alimentares, dos aumentos dos combustíveis, dos transportes.

A Comunicação Social foi outro dos pontos quentes onde a

crítica dos comunistas incidiu. O camarada Jorge Lemos sublinhou que a maioria dos órgãos do sector público são cada vez mais caixas de ressonância das decisões e opiniões dos gabinetes ministeriais.

Na RTP persiste-se — afirmou — na manutenção de Proença de Carvalho, responsável pelas práticas mais baixas de manipulação e censura.

Quanto à RDP a situação não é melhor. A censura reapareceu. Disse-lo aqui e temos provas. O impedimento de ir para o ar uma entrevista com um dirigente da CGTP, a suspensão do programa «Praça Pública» aí estão para o demonstrar. E chegou-se ao ponto de pretender despedir um jornalista da Rádio Comercial pelo simples facto de ter feito uso do seu direito de informar, expressamente consagrado no seu estatuto de jornalista.

No que se refere à imprensa estatuada — afirmou mais adiante — para além da nomeação recente de homens de mão do CDS para as administrações, permanece o escândalo de manter como director de um jornal do Estado um homem que não dá qualquer garantia de respeito pelo pluralismo e pela independência, um dirigente partidário, alto responsável na chefia da coligação «AD», deputado nesta casa.

Uma interpelação, duas interpelações, não chegaram para o rol de críticas e acusações justas que o Governo «AD» merece. Cada uma destas iniciativas da oposição — interpelações e moções de censura — é mais uma peça do imenso processo que a «AD» tem às costas. Movido pela maioria do povo português.

A mulher portuguesa na AR

A passada terça-feira — dia para o debate dos projectos e da proposta sobre autonomia universitária — foi afinal o dia que comemorou o 8 de Março e que prestou na AR homenagem a Maria Lamas. A atitude vespere e reaccionária do CDS retardando esta homenagem e a forma como o fez, deu mais brilho ainda à iniciativa.

Foi no período de antes da Ordem do Dia. Depois de uma formal intervenção de Luisa Raposo, CDS, evocando um 8 de Março especial, e da intervenção de Natália Correia referindo-se à data, a camarada Alda Nogueira tomou a palavra:

«Daqui, e a propósito do Dia Internacional da Mulher, saudamos hoje em especial Maria Lamas, resistente antifascista e grande defensora dos direitos da mulher em Portugal — a escritora e jornalista cuja obra é toda ela um acto de defesa dos direitos e valores das mulheres portuguesas. Maria Lamas que ontem foi muito justamente, publicamente homenageada na cidade de Lisboa.

Homenagem que logo outras bancadas se apressaram a corroborar. Manuel Alegre do PS, Natália Correia do PSD, Barrilho Ruas do PCP, Mário Tomé da UDP e Sanches Osório — um

CDS especial e independente — juntaram as suas vozes à homenagem a Maria Lamas. Foi quando o deputado da UDP apresentou um voto de saudação e a escritora antifascista e solicitou que ele fosse votado de imediato.

O CDS reagiu, pedindo 15 minutos de intervalo para pensar. De raciocínio lento, meia hora depois chegou a uma conclusão: que a questão da autonomia universitária estava atrazada, que não se devia perder tempo. Sousa Tavares, do PSD lembrou a Robalo do CDS, que um voto destes despachava-se em segundos. Escamado, Robalo diria mais tarde que não tinha medo do voto. Declarou, todo corado, que há muitas mulheres em Portugal e que Maria Lamas não é nenhum símbolo da mulher portuguesa. Escolheu a abstenção. Sanches Osório, também do CDS, votou favoravelmente, juntando-se a todo o hemiciclo.

Desta significativa sessão parlamentar, regista-se ainda a intervenção de Beatriz Cal Brandão, evocando o 8 de Março, o papel das mulheres em favor da paz e falando da posição das mulheres socialistas que, «sem complexos» encaram a questão posta na AR sobre a despenalização do aborto, referindo-se

aos projectos de lei que o PCP apresentou sobre defesa da maternidade e interrupção voluntária da gravidez.

Ainda antes de se iniciar o debate sobre autonomia universitária, que confrontou de novo o PSD — e o Governo — com o projecto sobre o mesmo assunto da autoria do CDS, acabando por serem aprovados na generalidade os projectos ASDI e CDS e a proposta governamental enquanto era rejeitada a iniciativa do MDP, falou o camarada Rogério de Brito sobre os prejuízos sofridos pelos vinicultores e o movimento cooperativo por causa da falência da União das Adega Cooperativas da Província da Estremadura. O deputado comunista atribui esta falência não apenas a um processo de má gestão, mas «sobretudo de irregularidades, ilegalidades e corrupção».

«Este é mais um caso», afirmou, «que comprova exemplarmente o que sempre temos afirmado: para a «AD», o cooperativismo agrícola limita-se a uma mera actividade de serviços e concentração da produção, mais não visando que servir os interesses dos grandes empresários capitalistas e dos grandes intermediários e armazenistas».

Projecto do PCP propõe afixação obrigatória de preços em embalagens de adubos

Deu entrada anteontem, na mesa da Assembleia da República, um projecto de Lei do PCP que institui a obrigatoriedade de afixação dos preços nas embalagens de adubos, rações e outros produtos para a agricultura.

No preâmbulo do projecto, os deputados signatários chamam a atenção para o facto de que «a estabilidade necessária para a racional-

ização do investimento técnico-económico não é compatível com constantes agravamentos dos factores de produção e muito menos o açambarcamento e especulação dos preços que sempre se verificam quando tais agravamentos são previsíveis».

«Nestas situações infelizmente frequentes, refere ainda o preâmbulo não é

possível assegurar minimamente uma correspondência equilibrada entre os custos de produção e os preços dos produtos agrícolas, delias resultando o agravamento das condições de bloqueio ao desenvolvimento técnico e económico, e o acentuar das distorções ao nível das estruturas produtivas e de consumo».

Sublinhando mais adiante que se verifica o açambarcamento de milhares de toneladas de produtos quando são previsíveis aumentos com o objectivo de os relançar quando os novos preços entram em vigor, o projecto propõe que as embalagens de tais produtos, além de obrigatoriamente fechadas e invioláveis, devem conter impressos os preços, prevendo também o diploma a punição de eventuais fraudes e falsificações.

Deputados do PCP visitam Valongo

Está prevista para o próximo sábado, às 9 da manhã, uma visita de deputados comunistas à Feira de Valongo e ao Bairro do Outeiro, concelho de Valongo. Os mesmos deputados deslocam-se no dia seguinte, às 10 horas, ao lugar de Balsemas, freguesia de Campo, onde visitam o Clube Balselhense e o Sporting Clube de Campo. Ainda no Domingo, os deputados do PCP vão visitar o lugar de Palmilheira, freguesia de Ermesinde.

KARL MARX e o desenvolvimento histórico do marxismo. V. I. Lenine. Notável exposição do Marxismo feita por Lenine. Coleção PEQUENA BIBLIOTECA LENINE.

DO SOCIALISMO UTÓPICO AO SOCIALISMO CIENTÍFICO. Friedrich Engels. Este clássico que explica quem foram os pensadores do aparecimento do socialismo científico. Esteiros. Um livro que te é a história detalhada do movimento operário em Portugal.

Carlos Brito

“Demissão do Governo é imperativo democrático”

Ao encerrar o debate, por parte do PCP, da moção de censura que o Partido Socialista apresentou ao Governo, o camarada Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar comunista proferiu um discurso de que publicamos alguns excertos:

(...) É chocante verificar que nenhum membro do Governo foi capaz de reconhecer que a situação é dura e difícil para o nosso povo. O Governo não mostrou a menor preocupação em face do desemprego galopante, do empobrecimento crescente do povo, da crise económica e financeira avassaladora.

Um Governo que demonstra uma atitude tão ligeira perante os mais graves problemas do Povo e do País, pode alguma vez encontrar remédio para os males que nos atingem? Evidentemente que não!

Se os principais responsáveis do Governo fossem capazes de se libertar do ambiente confortável da Quinta da Marinha, em Cascais, se fossem capazes de perceber o sofrimento e o descontentamento que percorre o país de lé a lé, não vinham para aqui na ridícula atitude de teatralidade (digna do Ministro da Insurreição Ângelo Correia), que o senhor Primeiro-Ministro assumiu no início da sua intervenção ao procurar averiguar da motivação desta moção de censura.

Se este Governo não estivesse enfiado por completo aos grandes senhores do capital e da terra acatava discutir honestamente os erros da sua governação que lesam tão profundamente o nosso povo.

A incapacidade de diálogo do Governo Balsemão ficou uma vez mais evidenciada. Pela sua natureza de classe, pelas orientações, pelo discurso, pelo estilo, o Governo da AD está completamente separado do País. É um corpo estranho nas instituições da República e por isso deve ser prontamente extraído.

A apresentação de uma Moção de censura ao Governo da AD e a sua aprovação, como se vai verificar, por todos os partidos da oposição com representação parlamentar constitui um facto verdadeiramente novo e representa uma assinalável evolução na situação política portuguesa.

A nosso ver, o Governo da AD substitui até agora em grande medida porque nem todos os partidos da oposição se pronunciavam a favor da sua demissão. Isso acontecia entre outros, com a formação partidária oposicionista com maior representação parlamentar — o Partido Socialista.

Desde há duas semanas, desde meados de Fevereiro precisamente, que este si-

tução começou a ser alterada.

Agora vai adquirir expressão institucional.

Qual é o seu alcance? Ao encerrarmos a interpelação do Grupo Parlamentar do PCP ao Governo sobre a política de habitação, declaramos: «uma moção de censura, ainda que apenas votada pelos partidos da oposição, revestirá inegável significado político e constituirá um enorme contributo à luta pelo derrubamento do Governo Balsemão e da governação AD».

Isto foi afirmado em 20 de Janeiro e aproveitou-se a referência para dizer que as alegações do Primeiro-Ministro, do Vice-Primeiro-Ministro e de outros dirigentes da AD relativas ao facto de o PCP fazer oposição lá fora mas não a fazer na Assembleia da República são ornatos retóricos de quem não é capaz de aprofundar com muito rigor a realidade política, mas nada tem evidentemente a ver com a actividade parlamentar do PCP.

Na oposição ao Governo, o PCP rejeita todos os meios inconstitucionais, mas entende que não há nenhum meio constitucional a que não lhe seja legítimo recorrer.

Adiante. Com a aprovação da presente moção de censura cada partido da oposição com representação parlamentar e todos em conjunto passam a pronunciar-se pela demissão do Governo.

Ninguém pode escapar ao facto de que isto acontece em consonância com o descontentamento das populações que se alastra, com o protesto popular que se radicaliza, com a luta dos trabalhadores que se desenvolve e toma precisamente como objectivo dizer não há política da AD e exigir a demissão do Governo Balsemão. Um movimento grevista sem precedentes, manifestações de magnitude raramente atingida em Portugal, realização a 12 de Fevereiro e pela primeira vez no nosso país de uma greve geral que abarcou cerca de 1 milhão e 400 mil trabalhadores, são as expressões mais altas de um maciço processo popular de contestação do Governo que a nenhuma força política ou instituição pode passar despercebido no seu meridiano significativo.

A demissão de um Governo que nunca foi apoiado pela maioria dos portugueses é agora reclamada, sem

nenhuma espécie de dúvida, pela maioria dos portugueses.

Acresce, que a AD que aí está a exercer o Governo não é exactamente a mesma que em 5 de Outubro de 1980 à custa de demagogia, dinheiros públicos, coacções de todo o tipo atingiu 47% dos sufrágios.

Não, não é exactamente a mesma.

A AD em 5 de Outubro de 1980 ainda disfrutava de um certo crédito em alguns sectores que ingenuamente confiavam nas suas promessas.

Hoje a AD está completamente desacreditada pela maneira como desonrou os seus compromissos eleitorais, entre os quais os relativos à política de habitação podem funcionar como critério amplamente esclarecedor.

A AD em 5 de Outubro de 1980 vinha precedida de uma vitória eleitoral nas eleições intercalares de Dezembro de 1979.

Hoje a AD está marcada por uma série de fracassos eleitorais nas intercalares autárquicas e sobretudo atingida pela sua clamorosa derrota de 7 de Dezembro de 1980, onde apostou tudo e onde logicamente devia ter perdido tudo.

Mas mais ainda, a AD apresentou-se em 1980 como uma solução do Governo e com um candidato a Primeiro-Ministro.

Hoje a AD tem um outro Governo e um outro Primeiro-Ministro. Melhores? Piores? Não importa, diferentes. Tão diferentes que muitos eleitores não os reconhecem.

Isto é tão claramente assim, que ninguém acredita que a AD hoje, desmascarada como está, com a política de desastre, o reaccionarismo, a incompetência, com a equipe que a lidera, com o Governo e com o Primeiro-Ministro que tem de vencer qualquer eleição.

A própria AD é a primeira a saber que é assim e é por isso que rejeita tão energicamente a hipótese de antecipação das eleições legislativas.

E por isso também que em relação às eleições futuras, a AD se prepara para organizar grandes burras eleitorais, dignas daquelas que se conhecem antes do 25 de Abril, através de propostas de alteração inconstitucionais e antidemocráticas às leis do recenseamento e às leis eleitorais.

A demissão do Governo é, assim, constitucional, legal, regular e absolutamente legítima.

Importa dizer mais. O debate demonstrou que a demissão do Governo AD é um imperativo democrático, urgente, inadiável.

PCP

Os comunistas de Almada firmes na luta!

3.ª Assembleia da Organização Concelhia: uma etapa importante para o reforço do trabalho político.

No passado dia 7 realizou-se na Sociedade Filarmónica União Artística Píedense a III Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP. No primeiro ponto da ordem de trabalhos — balanço e perspectivas para o futuro — ressaltou ao longo de quatro dezenas de intervenções a firme disposição de prosseguir a luta, reforçar o Partido e a sua participação em todas as frentes de luta. Para além, evidentemente, de um profundo balanço onde se consideraram devidamente quer as deficiências, quer as vitórias alcançadas no trabalho realizado.

Durante as intervenções de membros da Comissão Concelhia foi realçada a importância de várias frentes de trabalho, nomeadamente o trabalho unitário, nas autarquias, na campanha de fundos "Almada uma Casa do Partido", Juventude e Pioneiros, trabalho ideológico, P.C.M.s e Agricultores, trabalho sindical e lutas, reformados, quadros técnicos, mulheres, Festa da Amizade, estruturas de recrutamento e política de quadros. Esta parte dos trabalhos foi aberta a convidados, entre os quais se encontravam destacados militantes de outras forças políticas (MDP/CDE, PS e UDP)

e várias personalidades ligadas à vida associativa do concelho. Quando ao segundo ponto da ordem de trabalhos — eleição da Comissão Concelhia (apenas para delegados) — pautou-se por uma ampla discussão democrática, que merece ser considerada como justificada preocupação de sempre e cada vez mais o organismo de direcção concelhia ser um organismo forte, coeso, dinâmico e com uma composição de destacados e firmes militantes, que, através do seu trabalho, da sua dedicação, sejam o garante de uma continuidade de trabalho de direcção que se impõe a uma organiza-

ção concelhia como é a de Almada. Por isso, se procurou que a nova Comissão Concelhia seja o conjunto de camaradas onde se liga experiência da dura vida de clandestinidade com a juventude de Abril.

Assim, foi eleita por esmagadora maioria a nova Comissão Concelhia de 46 membros, com a seguinte composição social: 23 operários industriais (50%); 13 empregados (28,3%); 8 intelectuais e Q. T. (17,3%); 2 Vários (estudantes) (4,4%); 2 com menos de 20 anos (4,4%); 10 e 20 a 30 anos (21,7%); 30 de 30 a 50 anos (65,2%); 4 com mais de 50 anos (8,7%).

Neste segundo ponto falou o camarada Joaquim Gomes que frisou a importância do trabalho preparatório realizado e da própria Assembleia e das possibilidades da Organização Concelhia de Almada passar a realizar as suas Assembleias Concelhias com menos intervalo, pois a última (a II AOCA) realizou-se

em 1977. Salientou ainda, a responsabilidade que cabe à Organização Concelhia de Almada na direcção das lutas e na organização das massas.

O terceiro ponto da ordem de trabalhos — sessão de encerramento com apresentação públi-

ca da República) e a leitura das conclusões da Assembleia (feita pelo camarada António Medeiros, vereador da Câmara Municipal de Almada) foram seguidas da intervenção do camarada Álvaro Cunhal, que após saudar a Assembleia, o povo tra-

Em Setúbal e Sesimbra

Além de ter estado presente na III Assembleia da Organização Concelhia dos Comunistas de Almada, o camarada Álvaro Cunhal deslocou-se a Setúbal, onde, depois de um almoço de confraternização, participou num grandioso comício junto ao Largo dos Bombeiros. Mais tarde, o secretário-geral do PCP estaria em Sesimbra, para um comício no centro da vila.

ca das conclusões da Assembleia — aberto a toda a população, demonstrou a força, o dinamismo e a disposição de luta do povo de Almada, que encheu por completo a sala da SFUAP (a maior sala das colectividades, do Concelho de Almada) ficando algumas centenas de pessoas na rua, que acompanharam as intervenções através da instalação sonora que estava ligada para a rua.

A apresentação da nova Comissão Concelhia (feita pelo camarada José Manuel Maia, membro suplente do Comité Central e deputado à Assem-

balhador de Almada e a respectiva população, fez algumas apreciações à Comissão Concelhia eleita e ao trabalho que no futuro se lhe põe.

Falou seguidamente sobre a situação política. Noutro local, referimo-nos à intervenção do secretário-geral do PCP.

A Assembleia aprovou três moções: sobre as eleições autárquicas, sobre o 61.º aniversário do PCP e sobre a situação política actual. A organização salienta, entretanto, o seu reconhecimento à direcção da SFUAP.



Intervenção de Álvaro Cunhal

Encerrando, de improviso, os trabalhos da III Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP, Álvaro Cunhal começou por examinar alguns dos aspectos do trabalho ali desenvolvido durante todo o dia, abordando depois a presente situação política, tendo adiantado a dado momento que "desde o 25 de Abril temos ultrapassado com êxito muitas curvas", e prosseguiu:

"A curva que actualmente atravessamos apresenta características novas, perigosas, é certo, mas também a situação nos indica que há possibilidades reais de passarmos com sucesso mais esta curva apertada e prosseguir com êxito a construção de um Portugal democrático, passando mesmo a uma fase nova que pode abrir amplas perspectivas de retomarmos o caminho de Abril".

Ainda sobre este aspecto Álvaro Cunhal sublinhou que não se referia unicamente aos comunistas mas a toda a população portuguesa, a todos os trabalhadores, a todos os que acreditam e desejam melhores condições de vida.

Caracterizando de seguida a actual situação política focou dois aspectos essenciais: a política reaccionária e anti-popular do Governo "AD", com todo o seu projecto de destruição do regime democrático através da revisão da Constituição, e a redução cada vez maior da base de apoio da "AD" ao mesmo tempo que se alarga e reforça cada vez mais a

base que sustenta o ideal democrático.

Concretizando melhor esta ideia referiu casos recentes indicativos do desmoronamento da base de apoio da "AD", como seja as eleições autárquicas intercalares e, mais recentemente, a Greve Geral.

Sobre esta inesquecível jornada, o secretário-geral do PCP viria a frisar um aspecto relevante, a nível nacional, para a sua compreensão:

"Em situação normal é mais fácil atrair à luta os trabalhadores e as massas populares em geral por reivindicações concretas imediatas, sobretudo de carácter económico, do que uma reivindicação política, como pode ser esta da demissão do Governo".

Ainda sobre esta questão salientou que a greve geral demonstrou que a reivindicação política da demissão do Governo "AD" teve uma capacidade mobilizadora superior às verificadas com reivindicações de ordem material, o que é revelador de uma elevada consciência de classe e uma elevada consciência política por parte dos trabalhadores.

O secretário-geral do PCP destacou o grau de unidade dos trabalhadores, verificado na greve e que se sobrepôs à filiação partidária, pois entre o milhão e meio que paralisaram há muitos militantes socialistas e muitos que votaram nos partidos que constituem a "AD".

Mais adiante, e depois de

referir as quatro medidas propostas pelo PCP para a resolução da situação política, Álvaro Cunhal interrogou, não sem ironia:

"O que é que hoje, em Portugal, se pode defender de justo sem se correr o risco de ser conotado com o PCP?"

Mais adiante, acentuaria que "a questão não é estar ou não estar com o PCP, a questão é defender os interesses justos do nosso povo e do nosso país".

Abordando a revisão constitucional, sublinhou o perigo do compromisso de certos dirigentes do PS com a "AD" quanto à alteração das competências militares do PR, que passariam face a este conluio a pertencerem ao Governo "AD", melhor dizendo ao ministro da Defesa Freitas do Amaral, "um Soares Carneiro à civil", como o definiu.

A catastrófica situação económica nacional foi também outro assunto focado, recordando o secretário-geral do PCP que devemos ao estrangeiro qualquer coisa como 660 milhões de contos e que só em juros tem de se pagar 65 milhões de contos.

A terminar o seu improviso, por diversas vezes interrompido por aplausos, o camarada Álvaro Cunhal voltou a abordar os trabalhos da Assembleia, focando alguns aspectos positivos da actividade dos comunistas no concelho de Almada, tanto a nível partidário, como a nível unitário, nomeadamente o que a APU tem feito no âmbito da autarquia.

A batalha da verdade

O último fim-de-semana assinalou uma importante etapa para a Batalha da Verdade — o grande esforço de esclarecimento que está a ser levado à prática em todo o país, dando-se assim cumprimento a uma importante orientação definida pela última reunião do Comité Central (17 de Fevereiro).

A concretização dessa tarefa coincidiu no passado fim-de-semana com a comemoração do 51.º aniversário do PCP. Comícios, sessões de esclarecimento, jornadas de convívio e encontros marcaram à escala nacional a intensificação do trabalho de informação, de debate, de esclarecimento.

Milhares de pessoas voltaram a encher as ini-

ciativas do Partido, à semelhança do que já sucedera no fim-de-semana anterior. Diálogos vivos sobre a situação política e social, tendo em conta a realidade da greve geral de 12 de Fevereiro e a continuação da luta, muito interesse em torno das propostas do PCP, demonstrações inabaláveis de confiança revolucionária e de combatividade — foram algumas das notas mais salientes e comuns nas numerosas iniciativas levadas a cabo pelas organizações do Partido e abertas a todos os interessados.

Salas cheias de gente que juntamente com o PCP quer assegurar um futuro digno para o Portugal de Abril. Assim aconteceu, por

exemplo, no Couço (cerca de mil pessoas na sessão com José Casanova); em Torres Novas, Sérgio Vilarigues; na Chamusca, em Lagos, Albufeira, Monchique e Portimão; na Figueira da Foz, com Jaime Serra; em vários pontos da grande Lisboa (com Dias Lourenço, Domingos Abrantes, Raimundo Narciso, José Bernardino e outros camaradas); em S. João da Madeira; no Alentejo (Diniz Miranda, por exemplo, esteve em Beja); na Covilhã, com Carlos Pinhão; no distrito de Setúbal (comícios com Álvaro Cunhal e sessões com Carlos Brito, Joaquim Gomes, Margarida Tengarrinha e Luísa Araújo); em Aveiro (Francisco Lancinha em livavo).



Em 2, 3 e 4 de Abril, todos os caminhos vão dar a Santarém. Aí decorrerá mais uma edição da Festa da Primavera, grande jornada de convívio popular organizada pelo PCP. Não falando já dos outros atractivos do programa, podemos revelar que estão confirmadas as seguintes participações nos espectáculos da Festa: Teresa Paula Brito, Filipe Gomes dos Santos, Jo Apoloni, Carlos Mendes, Brigada Vitor Jara, Manuel Freire, Samuel e Ary dos Santos.

Manus a lista não fica por aqui... Entretanto, informa-nos a Comissão Executiva da Festa — cujos bilhetes de ingresso já estão à venda — que «pela 2.ª vez consecutiva vamos realizar o leilão de borchos da Festa da Primavera, iniciativa que o ano passado constituiu um grande êxito, graças à contribuição entusiástica e desinteressada de muitos amigos columbófilos dos distritos de Santarém e Lisboa. Tal êxito, pensamos que este ano se repetirá, se tal como no ano anterior a adesão a esta iniciativa for encarada como mais uma jornada de divulgação da columbófila e de confraternização e amizade dos columbófilos dos distritos». E acrescentam os camaradas: «a fim de ser elaborado o programa de participação com a devida antecedência, pede-se a todos os interessados na oferta de algum exemplar, o favor de informarem até 15 de Março em qualquer CT do PCP no distrito ou directamente o CT da DORSA em Santarém, a cargo de Hilário Telxeira.

Próximas iniciativas

Aveiro

Sábado, dia 13, jantar-convívio em Nogueira do Cravo, com Francisco Lancinha, às 20 horas; sessão em Macieira da Câmara com Cesar Rousado, às 20 horas; sessão em Pigeiros, às 21 horas.

Castelo Branco

Dia 20, comício no Cine-Teatro da Covilhã, às 16 horas.

Lisboa

Sábado, dia 13, festa-convívio no Centro de Trabalho de Alentejo, às 21 e 30, para entrega dos cartões do Partido (biênio 82/83), com participação de Jerónimo de Castro; grande comício no salão dos Bombeiros Voluntários do Cacem, com Apoloni Inglês, Marília Cabral e Hipólito Santos, membros da

DORL e do Comité Central. O comício começará às 21 e 30.

Domingo, dia 14, comício na Praça 5 de Outubro, em Paço d'Arcos, às 15 horas, com Manuel Pedro, membro do CC e convívio com Ary dos Santos, Rancho de Vinhas, Grupo Coral de Tires e com o fadista Manuel Neves.

Santarém

Domingo, dia 14, almoço-convívio em Valado do Ribatejo, com intervenção política e filme.

Dia 21, almoço-convívio e canto livre, no Marmeleiro, seguido de baile.

Setúbal

Hoje, às 17 e 30, em Barranco (Alcácer do Sal).

Sábado, dia 13, jantar-convívio no Montijo, às 21 horas, com a participação do grupo «Fado de Abril»; baile da Pinhata, no pavilhão da Romeira, na Cova da Piedade (Almada) às 21 e 30, iniciativa da JCP e da Comissão de Fundos da Romeira, sob o tema «Traz um amigo também»; sessão na Carrasqueira (Alcácer do Sal), com José Manuel Maia, às 20 horas.

Trás-os-Montes

Amarhã, às 21 horas, no Ciclo Preparatório de Bragança (junto à Praça da Sé), sessão de esclarecimento do PCP.

Sábado, visita às instalações das Minas da Borralha e contacto com a população mineira; sessão de esclarecimento, às 21 e 30, no Liceu de Chaves. Nas duas iniciativas participará Dias Lourenço.

Comunistas da Beira Litoral: mobilização e empenho em torno das iniciativas que se aproximam

O balanço da greve geral de 12 de Fevereiro na região, a importância das manifestações do passado fim-de-semana, as novas acções unitárias de massas, a batalha das autárquicas-82 e o reforço do Partido — estes são os temas abordados no comunicado que a Direcção da Organização Regional da Beira Litoral (DORBL) do PCP divulgou recentemente aos órgãos de Comunicação Social.

O documento relata as principais conclusões da reunião daquele organismo do Partido, do passado dia 2, na cidade de Coimbra.

Sobre a jornada histórica de 12 de Fevereiro, a DORBL «apoiou inteiramente as conclusões do Comité Central do PCP, de 17 de Fevereiro, e congra-

tula-se com a grande adesão à greve geral por parte dos trabalhadores dos distritos de Aveiro, Coimbra e Viseu, nomeadamente dos sectores produtivos, onde a greve atingiu médias entre os 60 e 70 por cento, tendo várias empresas parado a 100 por cento e tendo aderido sectores que não participaram em greves anteriores».

A DORBL «saúda calorosamente todos os que, apesar das

ameaças e intimidações, participaram na greve geral e todos aqueles que de uma forma ou outra se solidarizaram com os trabalhadores em luta, nomeadamente no sector intelectual, nos quadros técnicos e nos serviços, assim como diversas organizações unitárias de mulheres, da juventude e reformados».

Depois de manifestar o seu apoio às manifestações que, entretanto, se realizaram em vários pontos da região neste último fim-de-semana (Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, etc), por iniciativa das organizações sindicais, a DORBL do PCP salienta:

«Integradas no grande movimento popular e democrático em curso para a defesa da Constituição e do regime democrático saída democrática para a crise, estão previstas novas e importantes iniciativas unitárias tais como a Convenção Nacional Democrática, 20 e 21 de Março, a Marcha Contra o Desemprego, de 28 de Março a 3 de Abril, para além de iniciativas comemorativas das importantes datas do 2 de Abril, aniversário da Constituição e do 25 de Abril.

«Também a preparação da jornada do 1.º de Maio de 1982, que este ano, na sequência da jornada histórica da classe operária portuguesa que foi a greve geral de 12 de Fevereiro, deverá alcançar a máxima grandiosidade, é já uma tarefa colocada às organizações unitárias dos trabalhadores e ao nosso Partido, como o grande Partido da classe operária portuguesa».

presença de cerca de 300 quadros, na base do qual foram lidas e publicadas conclusões de grande importância para um grande desenvolvimento da influência do nosso Partido a nível local em todo o Distrito de Coimbra».

E acrescentam: «Estas iniciativas constituem um marco decisivo para a criação de condições com vistas a elevar substancialmente o número de eleitos da APU em todos os órgãos do poder local nos distritos de Aveiro e Coimbra, desalojando a corrupta gestão «AD» de um grande número de autarquias e substituindo-a por uma verdadeira gestão democrática APU ao serviço das populações locais.

«A DORBL incita os camaradas da comissão Distrital de Viseu do PCP a preparar com o mesmo espírito e os mesmos objectivos o Encontro de Quadros das Autarquias marcada para o próximo dia 14 de Março».

No último ponto do documento («o reforço do PCP»), e retomando «uma decisão do Comité Central de 17 de Fevereiro», a DORBL «considera necessário e urgente proceder a um amplo trabalho de recrutamento de novos militantes».

Trata-se de uma «condição essencial para o progresso democrático na região da Beira Litoral e para a consolidação e alargamento das conquistas de Abril. Este trabalho passa pelo desmascaramento e derrota da acção e influência nociva dos caciques reaccionários ligados à «AD» nesta vasta região do país. Passa também por uma mais forte implantação do PCP nas grandes empresas».

Conclui a DORBL: «A Direcção Regional do PCP chama a atenção das organizações e organismos de base do Partido para a necessidade de que esta campanha de novos recrutamentos seja orientada para atrair ao Partido os melhores filhos da classe operária e do nosso povo, principalmente aqueles que mais se destacam na defesa dos direitos dos trabalhadores e das câmaradas mais desfavorecidas da sociedade portuguesa, muitos dos quais se revelaram no decorrer da greve geral de 12 de Fevereiro pela sua combatividade e espírito de sacrifício».

Sábado, na "Voz do Operário" Encontro de quadros do CLL

Vai realizar-se no próximo sábado, dia 13, um Encontro de Quadros do Comité Local de Lisboa, que decorrerá nas instalações da Voz do Operário, entre as 10 e as 19 horas.

Subordinado ao tema «Reforçar o Partido para defender a democracia e prosseguir a luta», será o culminar de três encontros preparatórios, divididos pelas seguintes frentes de trabalho: Comissões de Freguesia, Células de Empresa e Autarquias.

O «Avante!» ouviu três camaradas da Comissão organizadora que a propósito dos objectivos do Encontro nos referiram:

«Fazer o balanço do trabalho político do ano de 1981 e das perspectivas de acção para 82 são os principais objectivos do Encontro, que reunirá mil ca-

maradas cerca de 30 por cento do número de militantes da ORL.

Apontando-se já algumas directivas de trabalho, nomeadamente para as Comissões de Freguesia, salienta-se a importância dum maior empenho dos comunistas e outros democratas nas organizações populares e nas iniciativas.

Após a greve do dia 12 de Fevereiro e o êxito verificado em empresas onde não existem núcleos de célula, podemos citar três exemplos, entre muitos: caso da têxtil «Barros» com uma adesão de 90%, da «Fernando Oliveira» — indústria farmacêutica e fábrica «Favorita», com 85%, temos que trabalhar e orientar esforços no sentido da campanha de recrutamento e formação de novas células de empresa. Na frente das autarquias é

de absoluta necessidade uma maior ligação aos problemas concretos com que se debate a cidade de Lisboa e a preparação e elaboração de listas para as próximas eleições autárquicas.

Pela falência da gestão PS na Câmara, já provada pelo seu desinteresse em resolver os problemas de fundo da cidade de Lisboa, pela política de incompetência e desastre da governação e gestão «AD», a alternativa existe com a APU, única força consequente para defender os interesses da população, já confirmado pelos seus vereadores.

Estarão presentes no Encontro os camaradas Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central e o camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central.

Octávio Pato nos Açores

Deslocou-se à Região Autónoma dos Açores de 3 a 5 deste mês o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido.

Octávio Pato participou em duas sessões de esclarecimento, uma em Ponta Delgada, realizada na noite do dia 3 na Escola do Campo de S. Francisco e outra na Horta que se efectuou na Escola das Angústias na noite do dia 4. Estas sessões de esclarecimento, promovidas pela Organização Regional do Partido, no âmbito da Batalha da Verdade, constituíram um forte contributo para o esclarecimento público dado que em qualquer delas participaram elevado número de pessoas que de forma muito viva e interessada, colocaram muitos problemas relacionados com a situação política nacional e regional.

Foram especialmente tratados nestas sessões os problemas relacionados com a política de enfeudamento ao imperialismo do Governo "AD" e do Governo Regional de Mota Amaral e as consequências que essa política tem para os Açores e os açorianos.

É de registar que durante a sessão na Horta o organismo de mulheres comunistas da ilha do Faial entregou ao camarada Octávio Pato uma lembrança destinada ao CC do Partido alusiva

ao 61.º aniversário do PCP.

O camarada Octávio Pato participou também numa reunião da Comissão Executiva da DORAA que se realizou na cidade da Horta.

Entretanto, também integrado na Batalha da Verdade, realizaram-se sessões de esclarecimento em S. Roque do Pico, no dia 7 e em S. Mateus da Calheira e na Terceira, no dia 8, nas quais participou o camarada Joaquim Miranda, deputado à Assembleia da República.

Aniversários do PCP e do "Avante!"

A propósito da passagem do 61.º aniversário do PCP, ocorrido, como é sabido, no passado dia 6, foram aprovadas moções e saudações em diversas iniciativas do Partido realizadas nesse dia, nomeadamente sessões de esclarecimento e reuniões de quadros. No Comité Central foram igualmente recebidas numerosas saudações de organismos do Partido, organizações de trabalhadores e outras.

Textos semelhantes têm vindo a ser recebidos na nossa Redacção, a propósito do 51.º aniversário do «Avante!», comemorado em 15 de Fevereiro último.

edições **Avante!** **ATÉ AMANHÃ CAMARADAS** de Manuel Tiago O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL

Zita Seabra em Coimbra

Os três projectos-lei apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre os direitos da mulher (defesa da maternidade; planeamento familiar e educação sexual; interrupção voluntária da gravidez) serão tema de debate para a sessão que se realiza no próximo sábado, dia 13, às 21 e 30, na Faculdade de Letras de Coimbra. Participa a camarada Zita Seabra. A iniciativa é promovida pelo Sector Intelectual do PCP.

Reunião de professores de Educação Física

Decorreu sábado passado, conforme anunciado, uma reunião de professores de Educação Física da Organização Regional de Lisboa, para debater a situação da Educação Física e do Desporto Escolar.

Como reflexo da situação que atinge o Ensino, fruto da desastrosa política do Governo «AD», a Educação Física e o Desporto vêem consideravelmente reduzidas as verbas a si destinadas. As condições de trabalho nomeadamente instalações e equi-

pamentos degradam-se progressivamente sem que para essa situação se veja resolução. A construção das novas escolas não inclui instalações desportivas. Os problemas com a formação de novos professores continuam. A chamada «Opção» dos 9, 10, e 11 anos de escolaridade não têm apoio por parte do MEU.

Esta situação, conforme foi sublinhado na reunião, exige da parte dos professores comunistas de Educação Física uma enérgica denúncia e uma forte

acção para resolver os problemas do Desporto Escolar que estão na ordem do dia, face a um Ministério que pouco ou nada faz.

A reunião, que foi convocada pela organização de professores da ORL e pela Comissão de Desporto junto do Secretariado do CC continuará no próximo dia 20 de Março, com início às 14 e 30, no Centro de Trabalho da Rua Sousa Pereira Gomes, para discussão mais aprofundada de alguns temas levantados.

Trabalhadores

A greve é um direito constitucionalmente garantido em Portugal

Cerca de duas dezenas de conflitos em sectores e empresas assinalavam, esta semana, a luta geral por aumentos salariais que pelo menos se aproximem do aumento de custo de vida; contra as discriminações e atitudes repressivas nas empresas; pelo cumprimento de regalias legais e pagamento de salários em atraso e ainda pela salvaguarda de postos de trabalho ameaçados muitas vezes por inórcia e má gestão.

Numa situação caracterizada pela recusa popular do Governo e da política da 'AD', recusa que teve ampla expressão nas manifestações de 6 do corrente no seguimento da greve geral de 12 de Fevereiro, ganharam ainda expressão relevante nos últimos dias algumas reivindicações específicas de sectores da Função Pública, designadamente entre os professores.

Para além da movimentação geral daquele sector, que está como se sabe nos últimos dias da preparação do 1.º Congresso da respectiva Federação sindical, foi também sensível a nova intervenção dos trabalhadores despedidos da RTP, na sequência dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1974 e que exigiram novamente a sua reintegração.

Paralelamente, como aliás tem sucedido desde o anúncio da greve geral, aprovada em plenário nacional de sindicatos no dia 15 de Janeiro findo, o direito à greve continua a ser atacado em vários escalões do poder.

Primeiro que tudo procura-se atingir nos locais de trabalho as massas trabalhadoras organizadas em função da Lei. Daí os vários actos repressivos posteri-

ores a 12 de Fevereiro sobre transportes contra membros das organizações representativas dos trabalhadores.

Mas não é essa a única linha de ataque. A repetição de formas de luta que o Governo e as forças que representa torna indispensáveis, mesmo sabendo que a sua intransigência vai custar muito caro ao País, abriu em sectores da opinião pública uma predisposição para encarar pela falsa perspectiva do Governo o recurso à greve e a outras formas de luta democraticamente aprovadas pelos trabalhadores.

O exemplo dos transportes não chegou. A maioria da população sabe que o Governo cedeu praticamente a todas as reivindicações apresentadas de início pelas comissões negociadoras sindicais, aca-

bando por aumentar os salários para níveis que quase atingem o triplo dos que o mesmo Governo impôs este ano à Função Pública.

Mas essa vitória no sector dos transportes deve-se principalmente à luta responsável desenvolvida pelos primeiros interessados na revisão salarial. O Governo 'AD' não deu mostras de negociar exigível para evitar um tão longo período de greves como o que se acabou de viver, e ainda tem reflexos, no sector.

Isto deveria ser claro para todos. Mas não é porque, paralelamente à repressão em empresas sobre a organização sindical e as liberdades e direitos constitucionais que assistem aos trabalhadores organizados nos locais de trabalho, desenvolve-se uma ofensiva ideológica con-

tra o direito à greve e a todas as formas de luta responsável, organizada e legalmente previstas na Constituição.

Os trabalhadores e os seus representantes eleitos nas empresas, noutros locais de trabalho e sindicatos são quem decide sobre o recurso a uma ou outra forma de luta, são eles que lhes definem o âmbito, utilizando-as no quadro do regime democrático e da defesa das liberdades constitucionais.

Se essas lutas coincidem politicamente com a orientação das forças democráticas que, por sua vez, actuam legalmente contra um Governo e uma política que não servem o País, quem poderá impedir essa coincidência?

Como não podem impedi-la, o Governo a sua política e as forças sociais e ideológicas que

apoiam a governação 'AD' tentam separar arbitrariamente as coisas: de um lado estaria - vá lá - uma certa justiça das lutas laborais; do outro, forças partidárias que se aproveitariam, colariam, etc... É mais uma vez virar as coisas do avesso, procurar impor uma imagem falsa das realidades políticas, económicas e sociais que os trabalhadores e a maioria da população vivem em Portugal.

Há quem confunda, ou queira que outros confundam, não distinguindo bem entre a liberdade de usar uma determinada forma de luta e o exercício de um direito reconhecido legalmente. O recurso à greve, incluindo a greve geral, a solidariedade activa e qualquer forma de luta decidida pelos trabalhadores, não é apenas uma liberdade entre outras. É um direito constitucionalmente garantido em Portugal.

Pioneiros em ilegalidades

Os organismos representativos dos trabalhadores da Cabos d'Ávila protestam num comunicado recebido no princípio desta semana contra a insegurança de emprego que se faz sentir na empresa. Mostrando a sua apreensão pelo «futuro de cerca de 750 trabalhadores que aqui dão o melhor do seu esforço», os ORT's preconizam o diálogo com a administração que até agora tem não existido. Os representantes dos trabalhadores, depois de referirem a necessidade de a CT actuar em conjunto, tendo em vista a defesa dos representados, designadamente junto da administração, acusam esta última de não respeitar a lei da administração, acusam esta última de não respeitar a lei da greve, descontando 3 dias a quem aderiu à jornada de luta de 12 de Fevereiro findo. O clima social da empresa só pode melhorar, afirmam ainda os ORT's, se isso se fizer em conjunto com os representantes legítimos e legais dos trabalhadores e não com os administradores a imporem sozinhos as suas medidas repressivas de «pioneiros em ilegalidades».

Insegurança na Bertrand

Na Livraria Bertrand, onde a adesão à greve geral de 12 de Fevereiro foi de 76 por cento, a célula do PCP, «certa de interpretar o sentimento dos trabalhadores, alerta mais uma vez para os perigos, as manobras e as chantagens do patronato». Denunciando um «clima de insegurança no trabalho», aquela organização representativa acrescenta que os patrões, «com o seu velho plano, pretendem inviabilizar a empresa e reduzir os postos de trabalho». Alguns exemplos: cisão da Bertrand com a formação das chamadas empresas autónomas; redução da actividade; corte de fornecimentos; dívidas aos fornecedores, «em percentagens alarmantes»; o mesmo à Previdência, etc.; salários constantemente em atraso; entretanto, «a Editora Abril está já a procurar instalações para montar uma distribuidora, tendo alguns trabalhadores sido sondados para aí trabalharem - alguns já lá se encontram». A célula, entre outros apelos, defende o reforço da unidade.



Durante uma acção de apoio à luta em defesa dos postos de trabalho na Standard ITT

Discriminação na Standard

Segundo o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, maioritário na Standard Eléctrica, com sede em S. Gabriel (Cascais), esta empresa subsidiária da multinacional ITT, ambas tristemente célebres aqui e no estrangeiro, negou a 50 dos seus 2 mil Trabalhadores «um adiantamento salarial sobre o CCT respectivo». O SIESI, ao condenar esta discriminação, salienta que ela foi dirigida contra elementos sindicais destacados, designadamente alguns que tiveram parte importante na luta contra o despedimento colectivo dos 212, em Junho de 1980. O carácter selectivo da repressão agora exercida é sublinhado pelo SIESI que, em comunicado de 1 do corrente, chama a atenção para «as sucessivas posições de subserviência dos governantes» perante a multinacional ITT, que continua, por outro lado, a não acatar a decisão constante do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo ordenando a suspensão daquele despedimento. O SIESI acusa a administração da SE/ITT de, mantendo a referida discriminação, estar a violar nomeadamente os artigos 13.º e 53.º da Constituição; a cláusula 16 do contrato colectivo de trabalho (CCT) aplicável à empresa; a Lei Sindical (artigo 37.º, alínea B do Decreto-Lei 215-B/75); e o artigo 1.º da Convenção n.º 135 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Mulheres unidas em defesa de Abril

Depois de um período de preparação, que incluiu plenários em todos os concelhos do distrito de Beja, a União distrital dos Sindicatos anuncia para o próximo domingo, 14, a realização do 2.º Encontro Unitário de Mulheres. Sob o lema «Mulheres Unidas em Defesa de Abril», a iniciativa, que reunirá delegadas eleitas em todos os concelhos, é levada a cabo no Salão dos Bombeiros Voluntários, na cidade de Beja. De acordo com as teses discutidas nos plenários onde foram eleitas as delegadas, serão tratadas no 2.º Encontro as seguintes matérias: «A situação da mulher no trabalho; a participação da mulher na vida política e social; a mulher, a família e a maternidade; a mulher, a Constituição e a defesa de Abril; e formas de organização unitária de mulheres. A organização do Encontro é da responsabilidade dos Sindicatos, do MDM e das CUMs (comissões unitárias do sector).

“Motivos políticos”

Alegando pretensas «razões políticas» (atitude e linguagem que sempre fazem lembrar tenebrosamente o passado) o conselho de gerência de uma companhia nacionalizada, a Aliança Seguradora, EP, pretende averiguar quais são os trabalhadores «cujas faltas do dia 12 de Fevereiro findo (Dia da greve geral) não sejam justificadas». A deliberação n.º 54 daquele CG, citada pelo secretariado da célula do PCP na empresa, é considerada um desafio para futuras medidas repressivas, designadamente «discriminatórias», refere o secretariado, pois como acrescenta ironicamente a direcção da célula, o CG não quer certamente esses elementos «para uma análise da história do movimento sindical na empresa».

Sumário das lutas

Sumariamos a seguir alguns conflitos principalmente caracterizados por formas de luta adoptadas ou previstas no quadro da luta geral por melhores salários, direitos e regalias dos trabalhadores:

- Arrasto costeiro (pela revisão justa do CCT)
- Professores da Grande Lisboa e Sul (greve à avaliação)
- Oficiais e técnicos na Marinha Mercante (revisão salarial)
- Malhas Almagre (contra discriminação de um delegado sindical)
- Clérigo (salários em atraso; solidariedade dos trabalhadores de várias empresas como a Renault-Setúbal, Entrepoteo e Mague)
- CNN, CTM e Soponata (empresas armadoras da marinha comercial; em fins da semana passada ainda não tinham pago os novos vencimentos estabelecidos a partir de Fevereiro)
- Verona (laboração suspensa há cerca de um ano sem declaração de falência; situação de desemprego camuflado)
- Ferroviários (segundo a Federação o conselho de gerência da CP continuava no princípio desta semana a evitar um acordo global; em questão estava nomeadamente o regime de utilização das cantinas e atribuições do subsídio de refeição; sem o apoio da Federação, que a considerou evitável, continuava entretanto a paralisação dos maquinistas filiados no sindicato paralelo daqueles profissionais)
- Médicos (Sindicatos do Sul e Centro voltam a manifestar ao secretário de Estado da Saúde a sua discordância com os processos que a SES «tem utilizado na audição dos organismos representativos dos profissionais médicos», colocando-os designadamente perante «factos consumados»; no entanto, os sindicatos consideram «positiva» em alguns pontos a audiência que tiveram com aquele membro do Governo em 4 do corrente)
- Fiscalização Económica (contraprojecto de diploma que o Governo prepara sem ouvir os trabalhadores)
- Petrolgal (prevista paralisação contra sete suspensões)
- Pilotos da barra (por subsídios e outras remunerações)
- Egraute, da Guarda (reivindicações salariais)
- Serviços universitários (várias formas de luta que duram há dois anos pela aplicação do Diploma Legislativo 132/80, de 7 de Maio, que tem a ver nomeadamente com a passagem para o regime jurídico da Função Pública)
- Minas do Pejão (contra repressões pela adesão de 46 por cento dos 1200 trabalhadores à greve de 12 de Fevereiro)
- Açúcar Reunidas-RAR, Porto (paralisação pela assinatura do acordo (ACTV) da indústria açucareira)



Congresso de luta começa amanhã nos TFP

Numa situação de luta e após um período de preparação que ainda decorre, começa amanhã no Pavilhão dos Desportos em Lisboa o 1.º Congresso dos Trabalhadores da Função Pública. A comissão nacional organizadora abre a primeira sessão às 14 horas com a apresentação do seu relatório. A abertura do Congresso e a leitura do relatório seguem-se, na ordem de trabalhos, o debate sobre o seu funcionamento e a apresentação do relatório do secretariado cessante. Serão ainda discutidos e votados nessa primeira sessão, cujo termo está previsto para as 17 horas, os estatutos da Federação e o regulamento eleitoral.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, que elege pela primeira vez os seus órgãos dirigentes em Congresso, prolongará ainda os trabalhos no dia 12 com uma segunda sessão que terá início às 17 e 30 para começar a discutir o programa de acção.

Depois de 5 horas de trabalhos durante a tarde, que

deverá terminar juntamente com a 2.ª sessão às 19 e 30, os mais de 1000 delegados voltam ao Pavilhão dos Desportos depois do jantar para a 3.ª sessão desse dia, com o final previsto para as 23 e 30.

Com a conclusão do debate marcada para a 4.ª sessão, a iniciar sábado de manhã às 9 e 30, a votação desse importante documento

deve acabar antes do almoço, sensivelmente às 13 horas.

De tarde num período de duas horas e meia, entre as 15 e as 17 e 30, segundo o horário previsto, serão discutidas e votadas as moções estranhas à ordem de trabalhos. Nessa última sessão será eleito o secretariado da Federação.

O encerramento do Congresso está marcado para as 17 e 30 de sábado, de acordo com o programa distribuído pela Federação.

Estarão representados mais de 200 mil trabalhadores de um dos sectores sócio-profissionais mais numerosos do País. Sob o lema geral «Consolidar os Direitos Constitucionais», «este 1.º Congresso dos TFP representará um marco na caminhada organizadora que os mesmos encetaram com o 25 de Abril, quase 50 anos depois de se verem privados de direitos sindicais», lembra a comissão nacional organizadora do Congresso, que anuncia a presença de «muitas delegações estrangeiras», numa prova de «solidariedade e de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos sindicatos e pela Federação da Função Pública» em Portugal.

«Só com a nossa luta poderemos alterar esta situação», sublinha por sua vez o Sindicato do Sul e Açores. Ao reafirmar que a actual situação é perigosa para todos os que trabalham na FP, o sindicato recorda a legislação que o Governo se prepara para fazer aprovar na Assembleia da República, designadamente quanto ao chamado quadro de exceções, ao perigo dos despe-

mentos e do congelamento de quadros; à insegurança de empregos, afinal, para muitos milhares de trabalhadores, incluindo sectores da Previdência e dos Serviços Médico-Sociais.

Quanto a direitos, a CNS chama novamente a atenção para o facto de este Governo recuar aos TFP o seu direito constitucional à negociação colectiva e de tentar «através de circulares autoritárias e ilegais» reduzir aos limites que entende o exercício legal do direito à greve.

O 1.º Congresso que amanhã se inicia decorrerá, assim, numa situação de luta.

Numa «Carta aberta ao Governo», a CNS inventaria uma série de aumentos salariais recentes. Desde meados de 1981 a Função Pública teve o aumento de salários mais reduzido de toda a contratação colectiva assinada nesse período. Dirigindo-se ao Primeiro-Ministro, a CNS da Frente Comum apresenta um quadro comparativo por empresas, sectores e aumentos. A comissão da Frente sublinha que o Governo «não conseguiu impor aos trabalhadores um aumento salarial de 17 por cento, mas persiste em impor à Função Pública um miserável aumento de apenas 11 por cento».

Essa degradação evidente dos salários, mais tudo o que revela, é sublinhada por todos os sindicatos da Frente Comum e naturalmente ainda mais pelos 3 sindicatos da Função Pública que abarcam as zonas Norte, Centro e Sul e Açores que participam, agora através da Federação, no 1.º Congresso do sector.

A comissão negociadora sindical (CNS) da Frente Comum, que como se sabe inclui 32 organizações sindicais representativas das várias actividades com trabalhadores da Função Pública, aproveitou a preparação do 1.º Congresso para sublinhar a importância das reivindicações salariais no único sector onde a governação «AD» conseguiu até agora impor, embora por via administrativa, um tecto salarial.



Critério de admissão

Como até agora a Federação não pactuará com o divisionismo sindical.

No projecto de programa de acção afirma-se a dada altura que «a Federação sempre combateu e continuará a combater no plano geral e no plano do sector a acção oportunista de organizações que, constituídas à margem e sem o mínimo de apoio dos trabalhadores, procuram apresentar-se como representativas e cuja prática tem sido a de enfraquecimento da luta dos trabalhadores, pretendendo desviá-los dos seus objectivos fundamentais, numa atitude de clara divisão».

Sublinhamos a palavra representativas, o que não sucede no original do projecto, porque é à volta da representatividade que o projecto de Estatutos a votar pelo Congresso estabelece o critério que preside à admissão de Sindicatos. O artigo 1.º do referido projecto determina que «a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública é a associação sindical constituída pelos Sindicatos representativos de trabalhadores da Função Pública nela filiados». Por seu turno o artigo 12.º, ao referir-se à admissão de associados, confirma naturalmente as disposições expressas no artigo primeiro do projecto de Estatutos da Federação.

O mesmo sucede com a sonogação de direitos e da capacidade para o defender.

O 1.º Congresso, para além das reivindicações específicas no quadro sócio-profissional do sector, vai certamente ser positivamente condicionado por essa situação de luta, que ele próprio assumirá na sequência do período de preparação e dos documentos entretanto debatidos e alterados para votação durante os trabalhos no Pavilhão.



A preparação do 1.º Congresso mobilizou muitos trabalhadores

Na cauda da lista

Alvo de uma discriminação bem patente, remetida para a cauda de uma lista de aumentos salariais que oscilam, quanto às tabelas, entre 35 e 11 por cento, a Função Pública com mais de 200 mil trabalhadores representados pela Federação Nacional de Sindicatos protesta veementemente contra uma situação insustentável, que descreve numa carta aberta dirigida ao Primeiro-Ministro e ao Governo «AD».

A referida carta inclui o quadro que publicamos a seguir:

EMPRESAS / SECTORES	AUMENTOS	
	TABELA SALARIAL	GLOBAIS
PETROLIFERAS PRIVADAS	35	—
SIDERURGIA NACIONAL	—	32
MARINHA DO COMERCIO	—	32
METROPOLITANO	21,7	30
CARRIS	21,1	30
R T P	—	30
COVINA	22,3	25
TABAQUEIRA	21	25
PRODUTOS DE CIMENTO	24,5	—
E D P	20	24
CENTRALCER / UNICER	20,7	22
C P — FERROVIARIOS	21,5	—
CELULOSES	21,5	—
HOTELARIA — CENTRO E SUL	21,5	—
TRANSTEJO	21,7	30,3
CONSTRUÇÃO CIVIL	21	—
PORTUARIOS	20	—
FERMENTOS	20	—
FUNÇÃO PUBLICA	11	11,4

DO SOCIALISMO UTÓPICO AO SOCIALISMO CIENTÍFICO

Friedrich Engels

Obra clássica que explica quais foram as premissas do aparecimento do socialismo científico

BIBLIOTECA DO MARXISMO-LENINISMO

Manifestações por todo o país

Este Governo tem medo Este Governo vai cair



Lisboa



Lisboa



Évora

Depois da Greve Geral, a manifestação. Que não foi geral, mas não impediu que se realizasse em vinte e quatro localidades do País. Objectivo deste descer à rua por parte da população e dos trabalhadores: exigir a demissão do Governo "AD" e a adopção de uma nova política.

Em Lisboa torna-se já difícil — senão mesmo impossível — medir o tamanho e a determinação de uma manifestação deste tipo. Para esta situação tem sido decisiva a acção do Governo Balsemão/Amaral, fazendo explodir o descontentamento popular a níveis nunca iguais.

Mesmo os que não se integram nas manifestações não duvidam hoje das soluções que os seus companheiros de trabalho ou os seus vizinhos defendem na rua.

Manipulação comunista — diz o Governo e os seus apauquerados com bons salários. Mas as pessoas — incluindo as mais despolitizadas — já não acreditam. A realidade é que nestes últimos dias a carne aumentou de preço, as taxas postais aumentaram, a batata continua a faltar, a manteiga, apesar do preço exorbitante, raramente aparece, isto para não falarmos na questão da saúde ou da habitação. E o desemprego?

Este Governo tem de cair! — pensa hoje a esmagadora maioria do Povo português. E enquanto uns aderem às manifestações para expressarem publicamente a sua intenção, outros preferem aguardar para a altura dos votos a sua decisão.

Mas dizíamos que em Lisboa se torna difícil aquilatar do tamanho de uma manifestação relativamente às anteriores. Mas o mesmo não sucede noutras regiões do país. Aliás, pela primeira vez, a contra-informação da direita — através dos órgãos estatizados de informação e dos jornais reaccionários que controla — nem procurou ser convincente ao pretender minimizar a importância das manifestações.

Lisboa

Os chamados analistas políticos da direita irão certamente falar da escassa mobilização feita para a realização das manifestações. Mas seria necessário fazer uma mobilização maior quando todo esse trabalho tem vindo a ser feito — e com proveito — pelo Governo Balsemão/Amaral?

Em Lisboa, as populações deste distrito e do distrito de Setúbal ocuparam toda a Avenida Almirante Reis e inundaram a Alameda Afonso Henriques, local da concentração. Foi uma grande manifestação.

Numerosas foram as empresas que se fizeram representar e onde nos panos que ostentavam se podiam ler, a par das palavras de ordem, a percentagem da adesão à greve verificada na referida empresa. Idêntica situação se verificou nas outras manifestações e procurou-se assim repor a verdade da grande adesão que a Greve Geral teve por todo o país e que só ao Governo "AD" não interessou ver.

Surgiram também, como é hábito, os carros alegóricos que nesta altura tiveram farta matéria para os decorarem — bastou aproveitar os inúmeros discursos proferidos em público pelo ministro Ângelo Correia a propósito da "insurreição". Mas também outras figuras governamentais foram caricaturadas nos carros alegóricos, nomeadamente Freitas do Amaral que, num deles, dizia para Ângelo Correia: "A Polícia é contigo, as bombas são comigo!"

Porto

Foi grande a participação na capital do Norte. Um mar de gente concentrou-se na Praça Humberto Delgado. O desfile durou perto de uma hora e percorreu as ruas Sá da Bandeira, Gonçalo Cristóvão e Camões, regressando à Avenida dos Aliados.

Uma enorme multidão nos passeios saudou entusiasticamente o desfile, onde era visível uma forte participação da juventude, cada vez mais a sofrer as consequências da política do Governo "AD".

Também aqui a figura de Ângelo Correia foi motivo de escárnio. Uma enorme caixa

de fósforos surgia com a recente marca: "Insurreição" e um cartaz anunciava que um trabalhador da função pública fora preso porque transportava meio quilo de pregos de meia galiota e que os comprara com os 11 por cento de aumento que o Governo deu à Função Pública. Encontra-se detido por não possuir licença de porte de prego...

Braga

Ninguém receava que a manifestação de Braga fosse um fiasco — com as empresas têxteis a encerrarem ou a não pagarem os salários há longos meses, com as dificuldades que a lavoura atravessa, com tudo o que a "AD" tem feito para dificultar a vida das populações — e assim sucedeu no sábado à tarde.

Mais de 20 mil pessoas, segundo a União dos Sindicatos de Braga, desfilaram pelas ruas dos Capelistas, Justino Cruz, Francisco Sanches e ainda pelos largos S. João do Souto e Carlos Amarante.

Foi uma participação a nível distrital, com trabalhadores de Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Vieira do Minho, Terras do Bouro, Barcelos, Fafe, Espouende e Celorico de Basto.

Foi uma concentração raramente vista em realizações deste tipo, tanto mais significativa quando muitos dos manifestantes tiveram de se deslocar de zonas distantes e as passagens que são caras aumentaram recentemente.

Em Braga, a reacção tendo o sucesso desta manifestação procurou actuar. Durante a madrugada houve uma tentativa de incêndio na sede local do Sindicato da

Construção Civil, no Largo do Barão de S. Martinho, onde habitualmente está instalada a aparelhagem sonora que faz a propagação das iniciativas do movimento sindical.

Também aqui muitos foram os painéis que indicavam as verdadeiras percentagens de adesão à recente Greve Geral para que os que apenas receberam a "informação" por via do Governo tivessem uma visão real do que se passou.

Aveiro

Importante zona industrial, Aveiro registou no sábado uma das maiores manifesta-



ções de sempre. Cerca de 14 mil pessoas exigiram a demissão do actual Governo. Algumas das palavras de ordem revelam bem a determi-

nação política dos que manifestaram. Foram os slogans: "Está na hora da 'AD' embora"; ou "A doença é mais dolorosa com as xas do Barbosa".

Coimbra e Figueira

Milhares de pessoas reuniram-se em Coimbra e Figueira para manifestar o seu descontentamento com o Governo. A manifestação de sábado percorreu o percurso entre a Praça de Maio e a Ponte de S. nomeada Clara.

Por seu turno, na Figueira da Foz verificou-se outro file que englobou algumas centenas de pessoas de

Concentração frente à RTP

As manifestações de 5 e 6 do corrente terminaram com intervenções de dirigentes destacados do movimento sindical unitário. Foram defendidas as posições político-sindicais que presidiram à convocação da greve geral de 12 de Fevereiro e se mantém na primeira linha das reivindicações das classes trabalhadoras contra a política e o Governo "AD". Como sucedeu noutras cidades, na capital foram votadas moções. Entre elas há uma de apoio à concentração marcada para as 18 horas de amanhã, em frente às instalações da RTP, na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa. Convocada

pela União dos Sindicatos de Lisboa, a concentração é de protesto contra a manipulação exercida por aquele órgão de comunicação social estatizado, em especial durante e após a greve geral de 12 de Fevereiro. Num apelo à participação, a USL recorda na generalidade os ataques da TV "proencista" ao pluralismo defendido pelas leis do País e as responsabilidades da política e do Governo "AD" nos critérios inqualificáveis que presidem à orientação da TV e que contribuem decisivamente para o envenenamento sistemático da opinião pública no nosso país.



Lisboa

do País de cair! de cair!

mentiras do Governo sobre a Greve Geral, bem como a mentira de certa imprensa local que chegou a afirmar não ter havido greve no concelho (quando na verdade ela atingiu cerca de 70 por cento) e foi exigida a reposição da verdade.

Covilhã e Seia

Estes dois centros industriais de lanifícios foram locais de grandes manifestações, nomeadamente por parte dos trabalhadores têxteis e seus familiares. Mas muitos outros se integraram na luta pelo derrube do Governo "AD". Presente a combatividade dos manifestantes que sabem não poerem melhorar as suas condições de vida enquanto o Governo "AD" continuar no poder.

Outras manifestações

Mas manifestações de igual teor se sucederam um pouco por todo o país. Quem duvida hoje que o Povo português quer correr com a "AD" do Governo? Seriam possíveis manifestações deste género poucas semanas depois da "AD" ter ganho as eleições?

Tudo o indica que não. Mas a prática destes anos de governação tirou as ilusões aos mais convencidos numa mudança para melhor através da "aliança" que se diz "democrática".

E por isso a população e os trabalhadores vieram para a rua tanto na Marinha Grande, como em Peniche, tanto em Santarém (cerca de 10 500) como em Viana do Castelo, ou ainda em Canas de Senhorim (Viseu), onde centenas de trabalhadores se concentraram no domingo à tarde.

Também no Alentejo as manifestações contra o Governo "AD" tiveram enorme repercussão. Tanto em Évora, como em Beja se viu uma difícil falar de números, muito embora a opinião geral seja de que dificilmente foram igualladas tantas presenças em iniciativas semelhantes.

No Algarve igualmente se fez sentir a onda de descontentamento que empurra o Governo "AD". Em Portimão, Olhão e Vila Real de Santo António milhares de pessoas vieram para a rua, afirmando publicamente o seu repúdio pela política que tem estado a ser seguida.

Em Olhão, a Câmara Municipal encontrava-se encerrada e o presidente ausente o



que impossibilitou a entrega de uma moção por parte dos manifestantes. Dias antes, naquele executivo autárquico uma moção da APU de solidariedade com a jornada de luta fora rejeitada pelos votos contrários da "AD" e a abstenção do PS. Mas muitos socialistas, tanto em Olhão como noutros locais do país não se abstiveram de participar nas manifestações realizadas — pois a política gravosa da "AD" também a eles toca.

Em todos os locais onde se registaram manifestações houve intervenções de membros do Secretariado Nacional da CGTP-IN bem como de elementos das Uniãos de Sindicatos locais. Em todas

elas foi focado o panorama desastroso a que a política "AD" tem levado as condições de vida da população trabalhadora e reafirmando que a luta vai continuar em todas as frentes e em todos os locais contra o desemprego, a miséria, por salários dignos e melhores condições de vida, contra a lei dos despedimentos e dos contratos a prazo, contra a censura e a mentira, pela verdade e pela liberdade de informação — em resumo a luta vai continuar até que um governo democrático substitua este, que deu provas mais do que suficientes de que não serve, ou melhor, serve apenas a sua clientela de grandes capitalistas e latifundiários.



Lisboa



Porto



Beira



Lisboa



Coimbra

PCP

Seminário sobre Economia debate a situação, diagnostica a crise e aponta soluções

"Vencer a crise, promover o desenvolvimento" foi o tema do Seminário sobre Economia que, conforme vinhamos noticiando nas últimas semanas, se realizou no passado sábado na Faculdade de Letras de Lisboa, numa iniciativa conjunta da Direcção da Organização Regional de Lisboa e da Comissão de Assuntos Económicos que funciona junto do Secretariado do CC do PCP. Os trabalhos, que mobilizaram cerca de meio milhar de participantes, decorreram em secções e em sessões plenárias, proporcionando um amplo debate sobre os principais temas da actualidade económica, assim como o apontar de soluções que permitam ultrapassar a crise em que a política de direita afundou o País.

A dimensão e as implicações da crise e, simultaneamente, a política necessária para poder sair dela foram aspectos particularmente focados na intervenção proferida no plenário de encerramento pelo camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, recorrendo, entre outros, a dados trazidos a lume durante os debates do próprio seminário. Entretanto, já no plenário de abertura, a que presidiu, Octávio Pato, também da Comissão Política e do Secretariado do CC

do PCP, integrara a crise económica na crise política, dando assim aquela o enquadramento global fora do cujo contexto não há soluções especificamente económicas que sirvam. Ou seja: afigura-se impossível resolver os problemas económicos nacionais sem previamente afastar da área do poder os partidos da direita, cuja política está precisamente na origem desses problemas. A intervenção de Octávio Pato delimitou o caracterizou politicamente o debate

económico que, durante todo o dia, se iria seguir, e cujas conclusões mais tarde Carlos Costa sintetizaria, enquadrando-as na proposta política apontada pelo PCP para a saída da crise. Em breves palavras, eis o resumo do que foi o Seminário. Mas mais três pequenas notas de reportagem julgamos terem pleno cabimento.

Três traços significativos

O Seminário foi organizado pela DORL e pela CAE, isto é por organismos do Partido, por comunistas. Mas nem só comunistas participaram nos trabalhos. Uma das características da iniciativa foi, efectivamente, a activa participação, nomeadamente nos trabalhos das secções, de dezenas de pessoas — professores universitários, economistas, técnicos diversos — não

milитantes do PCP, os quais deram um significativo contributo para a valorização e o enriquecimento dos debates. Não é que seja uma novidade — muito longe disso — a presença de democratas de diversas tendências em iniciativas semelhantes do Partido. Mesmo nos trabalhos que precederam e prepararam a realização do Seminário propriamente dito, houve importante colaboração de outros democratas. Nem por isso deixou de ser significativo observar a viva e ampla troca de opiniões verificada, durante todo o dia, nas diversas secções, com as intervenções sucessivas e indiscriminadas de comunistas e não comunistas. O Seminário abordava especificamente questões económicas e na sua preparação e desenvolvimento os economistas ocuparam, naturalmente, um lugar privilegiado. Mas nem só os economistas fizeram o êxito do Seminário. Na verdade, outro traço



Octávio Pato presidiu ao plenário de abertura, ladeado por Carlos Costa, que interviria no plenário de encerramento, e de José Vitoriano, que presidiria à secção dedicada às Pescas. As outras secções seriam presididas por Margarida Tengarrinha (Agricultura), Carlos Carvalhas (Indústria) e Octávio Teixeira (Política monetária e finaceira/comércio, preços e salários).

importante foi a interessada participação de trabalhadores de sectores muito diversificados, contribuindo com as experiências próprias de cada um para a perspectiva global e o completo enquadramento dos temas abordados. Na 4.ª secção, por exemplo, pudemos verificar que, logo a seguir às intervenções de abertura, usaram da palavra um bancário, depois um comerciante, depois outro bancário, um trabalhador da saúde, ainda outro

comerciante, e só depois se inscreveu para falar um economista. Esta característica dos debates não os empobreceu, antes pelo contrário. Não ficaram desiludidos os que pensam que a economia é tudo e que tudo tem a ver com a economia... O Seminário foi organizado pela DORL e decorreu na capital, o que determinou, como é óbvio, uma presença maioritária de gente desta cidade. Mas nem só de Lisboa eram os

participantes nos trabalhos. Para quem deambulou pelas diversas secções e assistiu aos debates, foi frequente ouvir os intervenientes falarem "à moda" do Porto, do Alentejo, das Beiras, etc. Como efeito, apesar de não se tratar de uma iniciativa nacional do Partido, a verdade é que o interesse pelos temas debatidos ultrapassou as fronteiras lisboetas — e ainda bem: a participação de camaradas e amigos de outras regiões permitiu uma visão mais

ampla e mais diversificada da problemática económica, numa análise assim enriquecida pelos exemplos e as experiências concretas desta e daquela região. Em suma: Três traços que ajudam a definir o que foi mais esta iniciativa do Partido — e que, no fundo, enquanto elementos caracterizadores de um certo estilo de trabalho são igualmente comuns a muitas outras iniciativas dos comunistas...

Cerca de cinquenta intervenções escritas foram preparadas para o Seminário realizado no passado domingo. Os mais importantes sectores de actividade económica, os problemas e questões fulcrais da vida nacional foram assim objecto de incisivas introduções que constituíram como que introduções aos debates.

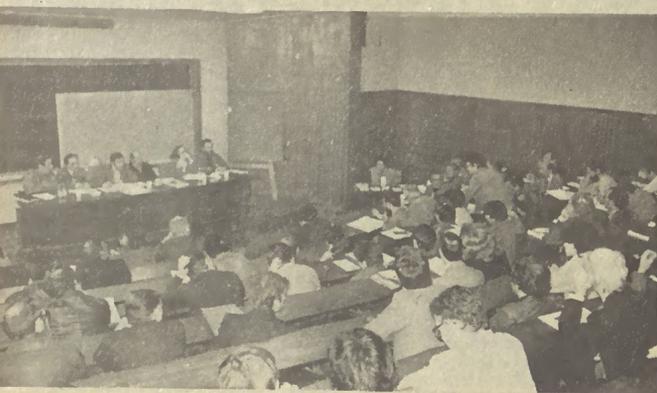
Não se torna fácil (apetece dizer que é impossível...) fazer um resumo desse conjunto de textos que calha no reduzido espaço do relato em jornal. Na verdade, as intervenções constituem já por si um esforço de concisão que transforma em mediocre amputação de aspectos essenciais o resumir o já considerado como estritamente essencial à economia de um debate que contou apenas com um dia.

A intervenção final do camarada Carlos Costa constitui por si só um panorama esclarecedor dos trabalhos, tal como aliás as palavras introdutórias do camarada Octávio Pato haviam situado com nitidez, clareza política e espírito de abertura, os objectivos do Seminário.

Colocou-se ao «Avante!» a dúvida sobre o que fazer quanto ao grande manancial que constituíam as intervenções específicas, bem como reflectir o apuramento que nasceu do vivo debate das secções. A informação prestada pelo CAE de que será em breve editado em livro o essencial dos materiais constituiu uma boa e tranquilizadora notícia: é sem dúvida a forma mais eficaz de dar continuidade ao esforço efectuado.

Contudo, pareceu-nos essencial dar uma ideia não apenas do que se passou, tendo muito especialmente em conta dois traços que manifestamente se avolumaram a qualquer observador: por um lado, a já tradicional concisão, o estilo directo e concreto, a preocupação de acessibilidade que nas iniciativas do Partido neste sector rodeia a natural aridez e complexidade dos temas abordados e da sua indispensável terminologia técnica e científica; por outro lado, o empenho realizador que se traduz sem dúvida nos debates, mas que à partida se encontra presente na estrutura das intervenções: o caracterizar das situações, a exacta responsabilização das políticas de direita na situação de crise existente, o inventariar de potencialidades, o avançar de propostas concretas solidamente assentes na realidade exposta.

Qualquer das cerca de meia centena de intervenções — abordando desde as questões de energia até às pescas, da tecnologia à política de crédito, das formações económicas à dívida externa — poderia ilustrar estes traços essenciais e constituir por si só um importante instrumento de estudo e divulgação. Correndo todos os riscos inerentes a uma selecção nestas circunstâncias, optamos por publicar uma das intervenções: «A crise da agricultura — saídas necessárias». Trata-se, naturalmente, de um problema essencial num país como Portugal que é forçado a importar cerca de 55% do que come; um problema essencial porque atinge toda a população, seja quanto aos que trabalham nos campos, seja quanto aos que consomem o que nos campos se produz; problema essencial ainda pelas implicações políticas que tem, pelo que significa na acção política das forças da direita, pelo seu peso global na realidade portuguesa. Problema essencial ainda porque também nele se torna transparente a política de ruína nacional dos governos «AD», ao mesmo tempo que se evidencia que também nele apenas uma política de Abril pode abrir os caminhos ao futuro e ao progresso.



A crise da agricultura — saídas necessárias

1

Uma agricultura em crise

Ninguém hoje contesta que a agricultura portuguesa constitui um sector desoladoramente atrasado, o qual está na origem: — dos miseráveis padrões de vida nos meios rurais; — do progressivo abandono e degradação a que têm sido votados importantes recursos naturais; — das profundas assimetrias socioeconómicas regionais; — do bloqueio ao desenvolvimento económico global; — da cada vez mais acentuada dependência alimentar do País face ao imperialismo.

• O PAB a preços constantes de 1963, estagnou nos 18 milhões de contos.

• A área cultivada de cereais e oleaginosas tem vindo a reduzir-se, ao mesmo tempo que os rendimentos físicos sofrem abatemtos proporcionalmente mais importantes.

Assim, a média no biénio 1978-79 comparada com a média do decénio 1969-78 apresenta uma quebra de 380 000 t na produção de cereais (-26,2%) e de 6000 t na de sementes oleaginosas (-27,5%); os rendimentos físicos dos cereais de inverno — trigo, centeio, aveia e cevada — regrediram para os valores alcançados no País no século XIII! A média no biénio 1978-79 foi de 624 Kg/ha.

• A produtividade do trabalho na agricultura afasta-se cada vez mais da dos restantes países europeus.

• Nos 20 anos de 1955 a 1974, a importação de produtos de origem agrícola quadruplicou em tonelagem e aumentou 9 vezes a preços correntes.

• No hexénio 1975-80, a importação de produtos agrícolas e alimentares representou 20% das importações totais e 45% do défice da Balança Comercial; só no ano de 1980 foram importadas mais de 5 milhões de toneladas daquela categoria de bens, no valor de cerca de 80 milhões de contos!

• Os índices de auto-abastecimento do País degradam-se continuamente, não ultrapassando hoje os 25% no conjunto dos cereais, 30% nas oleaginosas e zero% no açúcar.

2

Uma política contra os camponeses

As forças reacçãoárias e certos sectores conservadores costumam apontar como causa única da estagnação e cada vez

maior atraso da nossa agricultura, a deficiente e distorcida estrutura fundiária, a inexistência de um ordenamento racional, o analfabetismo e a ausência de formação profissional.

No entanto, as medidas de política agrícola que têm posto em prática conduzem ao agravamento desta situação e mais não visam do que a liquidação violenta de centenas de milhares de pequenas e mesmo médias explorações e a consequente concentração da terra em grandes explorações capitalistas.

Esta é a sua "solução" para alterar a "deficiente e distorcida estrutura fundiária"! Trata-se, no fim de contas, de prosseguir uma secular política de exploração das classes e camadas laboriosas dos campos — assalariados, colonos, seareiros, caseiros e pequenos e médios proprietários e rendeiros — em benefício de parasitas e especuladores de toda a ordem: os grandes agrários absentistas, os senhorios ricos, os grandes intermediários, armazémistas, importadores e exportadores, e quase todos os industriais e comerciantes que se situam a montante e a jusante do sector.

3

Uma emergência nacional

A situação catastrófica em que se encontra a agricultura portuguesa impõe, em termos de verdadeira emergência nacional, que uma nova política, inversa da que tem sido até hoje praticada e ultimamente agravada pelos governos da "AD", seja urgentemente definida e executada.

Ela deverá assentar nos seguintes objectivos:

1.º Abastecimento alimentar — quantitativo e qualitativo — da população reduzindo-se progressivamente o actual grau de dependência externa (cerca de 55% da nossa alimentação é hoje importada);

2.º Fornecimento de matérias-primas alimentares e não alimentares, em quantidade e qualidade, às indústrias a jusante;

3.º Elevação da produtividade do trabalho agrícola, com a consequente melhoria do nível de vida das populações rurais e a atenuação progressiva das assimetrias sectoriais e regionais.

A prossecução destes três objectivos implicará, necessariamente, que um grande número de acções, de meios e instrumentos sejam postos em marcha. A título de exemplo, referem-se o efeito dinamizador na criação e/ou expansão das indústrias a montante do sector (máquinas e alfaias agrícolas, motores e dispositivos de rega, meios de transporte, máquinas para preparação de terrenos, para a exploração florestal, etc.); na concretização de in-

fra-estruturas diversas (projectos hidro-agrícolas do Alqueva, Mondego, Cova da Beira, redes de estradas e caminhos, etc.); na criação e/ou expansão das indústrias a jusante (indústrias agro-alimentares e florestais); na criação e/ou expansão do sistema de armazenamento (silos, armazéns, adegas, redes de frio, centros de abate) e distribuição.

Assim, processar-se-ia uma transferência de mão-de-obra da agricultura para a indústria e serviços, sem saída dos meios rurais e originadora de uma rápida subida da produtividade média nacional.

Fixemo-nos sobre o primeiro objectivo acima apontado — o abastecimento alimentar do País; neste aspecto há que esclarecer que nem todas as produções agrícolas se apresentam com idênticas características "políticas", portanto, estratégicas.

Efectivamente, a independência alimentar de um país é medida pelos índices de auto-abastecimento em três produções básicas ou estratégicas e que são: cereais e forragens; açúcar (beterraba açucareira ou cana sacarina) e oleaginosas.

Estas três produções são estratégicas porque:

1.º É a partir delas, directa ou indirectamente, que vão obter-se os bens de consumo alimentar básicos e, portanto, indispensáveis — pão, massas, arroz; óleo, azeite, banha, margarina e manteiga; leite, ovos, carne, açúcar.

2.º Representam os grandes volumes de consumo global e per capita.

3.º Possuem, como regra, uma baixa elasticidade procura-preço, isto é, têm que ser compradas a qualquer preço.

4.º Têm que ser produzidas em grandes superfícies, através de "processos", isto é, por combinação óptima de factores (entre eles, máquinas, fertilizantes e conhecimentos técnico-científicos), à semelhança da produção industrial.

5.º Pelo aspecto anterior, são susceptíveis de originar rápidos aumentos da produtividade da terra e do trabalho ou, o que é o mesmo, originar rápidos abatemtos dos custos de produção.

6.º Os custos de produção são determinantes na formação do preço, ao contrário do que acontece em outros produtos — legu-

mes, frutas, etc. — onde a relação "oferta-procura" é decisiva.

7.º É em relação a elas que o nosso país apresenta uma grande dependência do imperialismo.

E onde, na nossa terra, será possível fomentar, ordenar e racionalizar a produção daquelas três culturas, a não ser na Zona de Intervenção da Reforma Agrária — nas UCP's/Cooperativas?

Efectivamente, é fora daquela zona que se localiza a grande maioria das explorações com menos de 20 ha, as quais representam em relação aos valores totais, 96% em número mas menos 40% em área; importa ainda referir que aquela classe de explorações apresenta em média uma área de 2,5 ha, com 6 blocos por exploração e 0,4 ha por bloco!

4

Uma política agrícola imediata

Se é verdade que os três objectivos atrás enunciados não são susceptíveis de ser alcançados de um dia para o outro, também é verdade que a actual política da "AD" significa uma desastrosa "política negativa" que se "exerce sobre os trabalhadores da terra — assalariados e pequenos e médios agricultores — a qual torna cada vez mais remota a possibilidade de aqueles objectivos serem alcançados.

Uma "nova política" terá efeitos quase instantâneos, sem que exija, como contrapartida, grande dispêndio de meios; já que as medidas que a devem integrar serão, no essencial, de natureza administrativa, legislativa e de mobilização de recursos ora ociosos.

Em primeiro lugar, deve caracterizar-se pelo apoio decidido e eficaz àqueles que estão na verdade interessados em que a terra produza — e não são certamente os latifundiários nem os senhorios ricos; isto implica a rápida revisão da lei Barreto/PS/AD e da Lei do Arrendamento Rural.

Em segundo lugar, o sector agrícola teria de deixar de ser o

secular objecto de saque permanente de recursos, como acontece agora, não só para outros sectores, mas sobretudo para consumos de luxo e aplicações especulativas; para este efeito, torna-se urgente actuar em relação a:

1.º Renda da terra — cerca de 300 000 explorações agrícolas (quase 40% do total) são de "arrendamento"; é evidente que os senhorios não vão investir os valores das rendas que cobram em terras que não exploram directamente. Por este meio "fogem" anualmente da agricultura muitos milhões de contos.

2.º Preços dos meios e factores de produção — através de preços não equitativos processa-se uma verdadeira troca desigual entre os sectores comercial e industrial e o agrícola, descapitalizando-se este em benefício daqueles.

3.º Preços dos produtos agrícolas — o mecanismo é idêntico, mas aqui através de preços aviltados destes produtos, em benefício de intermediários armazémistas e industriais.

4.º Crédito e seguros — as elevadíssimas taxas de juro aplicadas em relação a uma actividade produtiva caracterizada por baixo nível tecnológico e incapacidade de criação de excedentes com razoáveis taxas de rentabilidade, conduz a uma de duas situações:

a) a impossibilidade de recurso ao crédito; ou então

b) absorção pelo sistema monetário-financeiro da quase totalidade dos excedentes financiados pelo crédito.

Quanto aos seguros, não existe uma socialização dos riscos que permita compensar os prejuízos resultantes de situações calamitosas, da aleatoriedade do clima e do fraco grau de domínio da Natureza no referente às técnicas culturais.

5.º Impostos — o próprio Estado, através do fisco, retira meios de financiamento do sector; é como se os produtores tivessem de entregar ao Estado, a preço zero, parte da produção obtida.

A inversão desta política negativa que o PS reactivou, embora por si só não suficiente, constitui, no entanto, um primeiro passo e condição necessária para o arranque da nossa agricultura numa perspectiva de justiça social, de cumprimento da Constituição e de independência nacional.

5

A pequena e média exploração camponesa

No ponto 3. enunciou-se as linhas gerais de uma política de fomento e desenvolvimento, necessariamente de longo prazo. No ponto seguinte caracterizou-se um conjunto de medidas de curto prazo e de âmbito geral para todo o sector.

Embora durante as cinco décadas de fascismo se tivesse processado uma forte concentração e centralização do capital, que conduziu a formação social portuguesa ao estágio de CME, não há dúvidas que nos meios rurais ainda sobrevivem com significativo peso, relações de produção tradicionais, pré-capitalistas, como as parcerias, a colónia, o arrendamento sazonal e a pequena produção camponesa.

No entanto, é nestas centenas de milhares de pequenas e até micro-explorações que se produz uma parte significativa do leite, carne, vinho, legumes, frutas, tomate, etc. produções com um peso importante em relação não só ao mercado interno como à exportação.

Para apoiar os pequenos e médios agricultores torna-se imperioso, por um lado pôr em marcha as medidas de âmbito geral enunciadas no ponto 4. e, por outro, concretizar acções específicas para aquelas camadas laboriosas, designadamente:

1.º Erradicação do analfabetismo;

2.º apoio eficaz ao associativismo: cooperativas de máquinas, de comercialização e transformação, estábulos colectivos, etc.;

3.º apoio técnico à produção vegetal e animal;

4.º formação profissional regionalizada, tendo em vista sobretudo os jovens agricultores;

5.º política de fomento das culturas "trabalho-intensivas" nomeadamente hortícolas, horto-industriais e frutícolas;

6.º política de escoamento das produções, de encurtamento e transparência dos circuitos comerciais, e de preços.

Sem dúvida que a curto prazo as pequenas e médias explorações podem contribuir de forma muito significativa para um rápido aumento de certas produções; a resposta a pequenos estímulos é rápida e importante. Quando o País vê agravar-se de ano para ano o volume das importações de produtos alimentares, não é possível esquecer-se o potencial de esforço e generosidade que a classe dos pequenos e médios agricultores tem, desde recuados tempos, dado pouco; assim tenham alguma ajuda.

Virgílio Ferreira



Carlos Costa faz o balanço do Seminário

Uma importante contribuição na procura de soluções para a superação da crise

(...) As intervenções e debates realizados nas quatro sessões mostram, que a profundidade da actual crise é, no essencial, consequência directa da política seguida por sucessivos governos desde 1976. O debate comprovou também as teses gerais que temos vindo a apresentar para caracterizar e solucionar os grandes problemas económicos nacionais e demonstrou com suficiente clareza que a crise não é uma fatalidade nem é irreversível e que o desenvolvimento económico é realizável e é urgente.

Na verdade, estes últimos cinco anos comprovam, de forma irrefutável, uma das teses centrais do nosso Partido, expressa em 1976, no VIII Congresso, segundo a qual, nas condições concretas existentes em Portugal, «o desenvolvimento económico no quadro da democracia só poderia dar-se a partir das transformações profundas verificadas nas estruturas económicas, ou seja, no sentido, não da recuperação capitalista, mas no sentido do socialismo».

De facto, duas dinâmicas poderiam ter sido seguidas. Uma, a dinâmica não capitalista em que a acumulação necessária não seria a acumulação de fortunas privadas, mas o enriquecimento dos bens pertencentes à comunidade e que promoveria o desenvolvimento económico com a intervenção activa e criadora dos trabalhadores em convergência com a acção governativa, na base das transformações das estruturas económicas efectuadas com o 25 de Abril. Esta dinâmica conduziria, necessariamente, a uma maior democratização de todos os aspectos da vida nacional e a uma melhoria geral e gradual de todas as condições de vida do povo, tal como aconteceu em 1974 e 1975. A outra dinâmica possível, a que efectivamente foi seguida, a dinâmica de recuperação capitalista, tendo por objectivo a reconstrução dos monopólios e dos privilégios, assente na sabotagem do sector nacionalizado e da Reforma agrária, na destruição do sector intervencionado e de centenas de empresas em autogestão e cooperativas, no agravamento da situação ou liquidação de milhares de pequenas e médias explorações agrícolas, empresas industriais e comerciais, no agravamento da exploração dos trabalhadores, na acumulação capitalista, na subordinação e submissão aos interesses do imperialismo estrangeiro.

Previsões e prevenções que tal dinâmica agravaria as dificuldades da economia nacional, conduziria a uma crise económica profunda e a uma agudização dos conflitos sociais.

Apontámos também que os défices externos, eram um problema central e prioritário a resolver; o problema nodal da nossa economia, porque neles confluem os vários défices da economia portuguesa.

Os governos de Mário Soares não quiseram ouvir as nossas propostas e chegaram a acusar-nos de irrealistas por preconizarmos, entre outras medidas, a substituição de importações por produção nacional e a limitação das importações de bens supérfluos e de luxo por, segundo eles, tecnicamente inoperáveis com os acordos internacionais, as regras da CEE e do GATT. Deve lembrar-se que não só não estávamos, não estamos e nem nos convém entrar na CEE, como nenhum acordo internacional até hoje firmado por Portugal nos impede de prosseguir tal política.

Quando, neste momento, a CEE explicita e brutalmente impõe, e se propõe continuar a impor, quotas à importação dos nossos têxteis, e não só, a Itália aplica largamente sobretaxas à importação, os EU (campeões do proteccionismo) utilizam as chamadas barreiras sanitárias para conter a importação de bens alimentares, produtos agrícolas e animais; a França fixa, por exemplo, a quantidade de importação de televisões a cores e de motocicletas do Japão, etc., o que dirá hoje essas sumidades económicas que na altura contrariavam a limitação das nossas importações?

A vida veio mostrar, mais uma vez, que não só as nossas propostas eram adequadas, realistas e perfeitamente conformes às regras internacionais, como eram justificados os nossos avisos e prevenções. A deterioração da situação económica, financeira e social é incontestável.

A massa salarial (sem contribuições patronais à Previdência) no rendimento nacional, passou de 63,4% em 1975 para 50,2% em 1980. O índice de preços oficial que, em 1975, teve um aumento de 16,4%, manteve-se sempre em valores bem mais elevados nos anos subsequentes, registando, entre Dezembro de 1980 e Dezembro de 1981 uma subida de 25%!

O número oficial de desempregados, muito aquém da realidade, que no final de 1980 era de 320 000 (7,6% da população activa) ultrapassava, no primeiro semestre de 1981, os 386 000 (8,8% da população activa)!

Na indústria, nas pescas, a produção encontra-se estagnada; na agricultura, o descalabro é evidente, ao mesmo tempo que aumentam as dificuldades para o pequeno e médio comércio, a braços com as restrições de crédito e a degradação do poder de compra da população.

O défice da balança comercial que, em 1975, foi de 48 milhões de contos terá atingido, em 1981, o recorde de 330 milhões de contos! Só no último ano, de 1980 para 1981, o défice agravou-se em 43,4% o que expressa com toda a nitidez, a velocidade da falência da política da AD, tanto mais significativamente quanto é certo que os governos AD «re-descobriram» e acaloradamente proclamaram, como sempre acontecia, no tempo do fascismo, quando nasceu o ministro da Economia, que a panaceia para os males da economia portuguesa era o aumento das exportações.

O défice da balança de transacções correntes que, em 1975, foi de 25 milhões de contos e em 1980, de 53,5 (1068 milhões de dólares) deverá ter atingido em 1981, mais do que 140 milhões de contos (superior a 2300 milhões de dólares). Isto é, num só ano, o défice da balança de transacções correntes muito mais do que duplicou quer o contabilizemos em dólares, quer em escudos. Se tivémos em conta que este défice é o que melhor reflecte todos os outros défices da economia portuguesa, então temos de concluir que, quer pelo montante que atingiu, quer pela velocidade do seu agravamento, tal défice exprime o completo malogro de toda a política de recuperação capitalista iniciada com Mário Soares e prosseguida pelos governos AD. E o total malogro de toda a política imposta pelo FMI e aceite por Mário Soares e pela AD.

A dívida externa que, em 1975, não atingia os 80 milhões de contos veio-se agravando em flecha ao longo dos anos e, muito especialmente, com os governos AD. Na verdade, em consequência de tal política, nestes últimos dois anos a dívida teve um agravamento de 48,8% pois passou de 6589 milhões de dólares, em Dezembro de 1979 para 9500 milhões de dólares, em Dezembro de 1981, valor que representa cerca de 50% do PIB e 161% das exportações de bens e serviços.

A manter-se esta política, a dívida externa ultrapassará em 1982 os 11 500 milhões de dólares (cerca de 840 milhões de contos) valor superior ao das reservas cambiais totais (com o ouro avaliado à cotação do mercado internacional).

Portugal pode tornar-se assim num país «insolvente». Se comparássemos o País com uma empresa poderíamos dizer que se encontra tecnicamente falido!

Como neste Seminário se concluiu, a política necessária para reanimar a economia tem de ser uma política radicalmente diferente da encetada em 1976, e prosseguida e aprofundada pelos governos da AD.

Para se vencer a crise e promover o desenvolvimento não se pode reconstituir o latifúndio e descapitalizar a agricultura.

O latifúndio e o regresso às correspondentes relações de produção no campo, é uma aberração incompatível com o desenvolvimento. Foi assim no tempo do fascismo e é-o agora com os governos de direita. A Reforma Agrária, não só proporcionou o aumento das áreas semeadas e dos rendimentos por hectare, a recuperação de numerosas herdades abandonadas, e os espectaculares aumentos dos efectivos pecuários, como introduziu novas culturas e lançou as bases de uma nova agricultura nos campos do Alentejo.

A recuperação latifundista e uma política voltada contra as pequenas e médias explorações agrícolas, predominantes em vastas zonas do País, são as razões principais do aprofundamento da gravíssima crise em que se debate a agricultura portuguesa.

Por isso, como se afirmou no Seminário, a área cultivada de cereais e oleaginosas tem vindo a reduzir-se, ao mesmo tempo que os rendimentos físicos sofrem abataimentos proporcionalmente ainda mais importantes. Estima-se uma quebra de mais de 28% na produção de cereais e de mais de 30% nas sementes de oleaginosas, no biénio de 1980/1981 comparado com a média do decénio 1969/1978!

O crime que se está a cometer exprime-se bem na balança alimentar de Portugal. Cerca de 55% da nossa alimentação é hoje importada e, só no ano de 1980, a importação de produtos agrícolas ultrapassou os 80 milhões de contos. Os índices de auto-abastecimento do País nos geralmente considerados três mais importantes produtos estratégicos da agricultura, não ultrapassam hoje os 25% no conjunto dos cereais, 30% nas oleaginosas e 0% no açúcar. (Referimos os 0% no açúcar porque está tecnicamente demonstrado que Portugal poderia e deveria produzir beterraba sacarina).

Mas pode-se vencer o subdesenvolvimento, a crise e promover o desenvolvimento, com uma nova política agrícola que efective a reparação dos danos e dinamize as explorações agrícolas, nomeadamente as cooperativas de máquinas, de comercialização e transformação, estabelecimentos colectivos, etc.) nas zonas de pequena e média exploração camponesa; com uma política de preços de garantia, de crédito bonificado e desburocratizado, uma política de escoamento da produção, de apoio técnico à produção vegetal e animal, de formação profissional e de irradiação do analfabetismo; com uma política que concretize e aprofunde os projectos hidro-agrícolas da Cova da Beira, Baixo Mondego e Trás-os-Montes beneficiando no seu conjunto cerca

de 60 000 ha, através da rega, da drenagem e da defesa contra as cheias, bem assim como a efectivação do projecto relativo à reabilitação, dessalinização e enxugo do bloco grande da lezíria de Vila Franca de Xira (13 000 ha). Exemplo típico dessa nova política seria a efectivação do importante plano de rega do Alentejo baseado nas Barragens do Alqueva e da Rocha da Galé que permitiria tornar apto ao regadio 200 000 ha, que duplicaria o produto bruto gerado na região, contribuindo para a diminuição dos elevados défices registados nas produções consideradas estratégicas, o poder-se-iam aí produzir, cerca de 400 000 toneladas de beterraba sacarina, 140 000 toneladas de cereais, 33 000 toneladas de sementes de oleaginosas, forragens... e ainda 9000 toneladas de tabaco.

Por isso, exigir responsabilidades a quem criminosamente paralisou é mantido paralisado tal empreendimento é um acto cívico de interesse nacional.

Para se vencer a crise e promover o desenvolvimento não se pode manter uma política de sabotagem das pescas nacionais que tem conduzido ao acentuado declínio da actividade pesqueira, à perda de direitos de pesca em águas fora da jurisdição nacional, à diminuição tendencial de capturas na nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE) e ao seu crescente aproveitamento pelas frotas estrangeiras.

Tem contribuído essencialmente para esta situação, o desmantelamento das empresas nacionalizadas de pesca, a falta de planeamento e de investimento, a delapidação dos nossos recursos marinhos, o atraso na investigação, o domínio da produção pelos intermediários parasitas, a concorrência estrangeira.

Mas pode-se vencer a crise e promover o desenvolvimento do sector pesqueiro, através de: investimentos na conservação e regeneração dos nossos stocks marinhos; investimentos na modernização e racionalização da nossa frota; exploração da nossa ZEE de acordo com os interesses nacionais, o que permitirá a substituição anual de cerca de 100 000 toneladas de produtos pesqueiros importados; apoios efectivos ao sector cooperativo e ao sector empresarial do Estado; modificações profundas nos mecanismos de comercialização com uma intervenção reguladora do Estado, com a expansão e racionalização da rede de frio de apoio à actividade piscatória.

Para se vencer a crise e promover o desenvolvimento da indústria não se pode sabotar o sector nacionalizado, criando-lhe dificuldades de forma artificial, agravando-lhe a situação financeira e proibindo-lhe uma boa parte dos seus investimentos. Contudo, a política de sucessivos governos tem sido a de sabotagem multiforme das empresas nacionalizadas.

Continua-se a procurar liquidar as empresas nacionalizadas e a fazer deste sector a «vacaliteira» do grande capital, ao mesmo tempo que se vão liquidando as participações do Estado em centenas de importantes empresas.

Vários testemunhos e documentação apresentados no Seminário confirmam o que acabamos de dizer.

Na Quimigal nos fins de 1981 os créditos da empresa sobre o Estado atingem os 6,7 milhões de contos; por outro lado o projecto de produção de formaldeído por esta empresa foi pura e simplesmente sabotado. Mas, como as camaradas referiram, na secção da Indústria deste Seminário, não se trata só deste caso. O programa de desenvolvimento da Quimigal tem sido sucessivamente entravado pelos governos da AD. E, como foi afirmado, este programa, para além da substituição de instalações consideradas ultrapassadas, visa também a produção de novos produtos que, segundo os cálculos já efectuados, poupariam ao País divisas no valor de cerca de 6 milhões de contos!

Uma outra questão debatida neste Seminário e significativa da política ruinosa deste Governo é o que se está a passar com o Plano Siderúrgico Nacional, limitado a uma mera expansão da Siderurgia Nacional do Seixal, deixando de lado o aproveitamento integrado do ferro de Moncorvo e das pilrites alentejanas. Por outro lado, foi apontada a motiuidade com que a Siderurgia Nacional tem encarado a necessidade de responder ao crescente consumo de aço bruto, o que tem levado à importação de dezenas de milhares de toneladas de bilhetes.

O Programa de Aproveitamento Integral das Pilrites (PAIP) tem vindo a ser contestado por interesses estrangeiros ao País (ANACONDA, etc) no sentido de que Portugal se mantenha como fonte abastecedora de matérias-primas e, significativamente, tal contestação tem tido o acolhimento do Governo.

Ora, não é com uma política de ataque ao sector nacionalizado, de liquidação das pequenas e médias empresas industriais do sector privado e de apoio ao grande capital é às multinacionais que se reanima a economia.

Mas pode-se vencer a crise e promover o desenvolvimento industrial com o aproveitamento máximo dos recursos nacionais, com a cuidadosa implementação dos grandes projectos ligados às indústrias básicas, com a criação de infra-estruturas (energia, meios de comunicação, etc.) essenciais para garantir o aproveitamento dos nossos recursos naturais, a redução dos desequilíbrios regionais e a criação de condições favoráveis à execução de outros projectos; ainda em relação às infra-estruturas, impõe-se o prosseguimento e lançamento de novos projectos de aproveitamento dos recursos hídricos para a produção de energia, tanto mais que só 50% dos aproveitamentos considerados com viabilidade económica segura se encontram realizados.

Entre outras direcções, o Seminário apontou especificamente para a necessidade de se estruturar um núcleo de indústria pesada com o máximo de integração vertical, baseado no aproveitamento dos recursos nacionais desde as indústrias extractivas até aos produtos transformados, sendo referido nesta área:

- a realização do Plano Siderúrgico Nacional.
- a transformação do minério de tungsténio em metal, ligas e produtos finais.
- o aproveitamento do estanho e do manganês à boca da mina e posterior tratamento.
- o desenvolvimento das indústrias ferrosa e não ferrosa, com várias fases, visando prioritariamente eliminar as graves carências no domínio da fundição e da produção de cobre, alumínio, zinco, estanho e ligas.
- o aproveitamento do sal-gema para a indústria de sodatos e cloratos (soda cáustica, ácido clorídrico, cloro, hidrogénio).
- o aumento da produção das dolomites e lançamento da unidade de tratamento.
- o aproveitamento e transformação dos minerais não metálicos como os caulinos, argilas, diatomitos, etc.
- o desenvolvimento do sector químico adubeiro.

Ainda em relação aos recursos naturais impõe-se prosseguir com o reconhecimento, avaliação e valorização destes recursos (designadamente carvão e urânio) pois de acordo com dados recentes, a cartografia geológica do continente cobre menos de metade do território.

Ficou também demonstrado que a defesa e dinamização do sector nacionalizado da economia é condição necessária e indispensável para a aplicação com sucesso de uma verdadeira política de recuperação económica, e de efectivo apoio a pequenas e médias empresas. É que a importância do sector nacionalizado, no conjunto da vida económica do País, na solução dos problemas nacionais, resulta não apenas do seu estatuto legal e constitucional, mas do seu peso objectivo na realidade económica nacional.

No sector nacionalizado encontram-se os sectores chave e estratégicos da nossa economia, constituindo portanto, um instrumento decisivo da política económica que pode ter uma influência determinante na reanimação das outras formações económicas, nomeadamente do sector privado. Mas para isso, é necessário apoiar os investimentos daquele sector que arrastariam de forma programada e segura os investimentos privados. É necessário efectivar o saneamento financeiro de muitas empresas do sector nacionalizado produtivo, que cessem as discriminações no acesso ao crédito e nas actualizações de preços em relação aos outros sectores; é necessário que os seus órgãos de gestão não sejam puros cabides para os sobrinhos e afilhados da AD, mas que sejam preenchidos por gestores competentes ao serviço do desenvolvimento do País.

Para se vencer a crise e promover o desenvolvimento não se pode votar ao abandono o desenvolvimento regional, ou falar-se em «regionalização» apenas para esconder uma política altamente centralizadora (de que o pacote legislativo para o Poder Local é exemplo eloquente), visando limitar, diminuir e extinguir os reais poderes de que os municípios e freguesias hoje disfrutam.

Como se concluiu neste Seminário, para se promover o desenvolvimento económico regional não se pode travar a concretização de investimentos de grande impacto regional como o caso do Plano Siderúrgico Nacional que concorre decisivamente para o desenvolvimento em múltiplos aspectos de Trás-os-Montes e Alentejo.

Para se promover o desenvolvimento económico regional não se pode impedir a construção da barragem do Alqueva, cuja efectivação alteraria a situação económica e social de vastas zonas do Ribatejo e do Alentejo.

Mas pode-se contribuir para vencer a crise e promover o desenvolvimento do País lançando-se as bases de um verdadeiro desenvolvimento regional consentâneo com a planificação nacional e os interesses das populações locais, com a aplicação integral da Lei de Finanças Locais em vigor, a implementação de regiões administrativas e de regiões plan, da orgânica do planeamento a nível regional; com uma política de localização adequada de actividades económicas que compatibilize o máximo aproveitamento dos recursos humanos e naturais, com o objectivo de superar as estrangulantes assimetrias de

desenvolvimento regional hoje existentes, com a protecção à agricultura, indústria e comércio locais, nomeadamente às pequenas e médias empresas que aproveitem potencialidades locais, ou regionais, com o desenvolvimento de indústrias alimentares e de bebidas visando a criação regional de futuros complexos agro-industriais, com a concretização de projectos regionais de desenvolvimento a implementar prioritariamente nas regiões economicamente mais atrasadas.

Para se vencer a crise e promover o desenvolvimento não se pode afundar as nossas relações económicas externas, deixando que permaneçam inteiramente dependentes dos países imperialistas ou, pior ainda, intensificando essa dependência como necessariamente acontece caso Portugal se integresse na CEE. Aliás, numa CEE mergulhada na mais longa crise do capitalismo para a qual não se vislumbra saída, numa CEE em adiantado estado de putrefacção e desagregação.

O estreitamento das nossas relações económicas externas tem-nos saído caro, pois, como se tem visto, a CEE sempre pronta a colocar os seus produtos no nosso país, está pouco disposta, e nem sequer tem grandes possibilidades de ampliar a compra dos nossos produtos de forma a aumentarmos significativamente, como é necessário, as nossas exportações.

Com a política de estreitamento, de dependência e submissão das nossas relações económicas externas, as exportações portuguesas acusaram, em 1981, uma quebra significativa.

Mas pode-se vencer a crise e promover o desenvolvimento, aumentar as exportações, através de uma política de diversificação das nossas relações externas, através do incremento das relações com os novos países africanos, com os países socialistas, com os países produtores de petróleo, com os chamados países do Terceiro Mundo, sem que tal incremento signifique diminuição do volume do nosso comércio externo com os países capitalistas desenvolvidos.

Fomentar os sistemas de acordos de compensação. Apoiar as exportações de produtos com elevado valor acrescentado. Renegociar os acordos estabelecidos com a CEE e com a EFTA de modo a permitir alargar o campo das nossas exportações para aquelas áreas.

Para se vencer a crise e promover o desenvolvimento não se pode realizar uma política de crédito restritiva que, em vez de apoiar e incentivar a produção e o investimento, vise declaradamente restringi-los.

As elevadas taxas de juro e injustificadas limitações ao crédito, que sucessivos governos têm vindo a impor e o actual Governo Balsemão intensificou, abatem-se fundamentalmente sobre o sector nacionalizado, conduzindo à sua descapitalização, e sobre as PME's, ameaçando de falência muitas empresas com o consequente desemprego.

Crime contra a economia nacional é uma política de crédito que transfere anualmente milhões de contos das empresas produtoras nacionais para os grandes comerciantes exportadores e para as multinacionais, que recusa crédito à produção nacional e não o regista para a importação, que recusa o crédito às PME's e às EP's, que recusa o crédito aos pequenos e médios agricultores e à Reforma Agrária, mas se propõe conceder 40 milhões de contos aos ex-monopolistas, pela mobilização de títulos de indemnização. Mais ainda: segundo declarações do Governo os valores provisórios das chamadas indemnizações atingem os 126 milhões de contos, prevendo ainda o Governo que após a fixação dos valores definitivos o valor global das indemnizações ultrapasse os 200 milhões. De onde vai sair este dinheiro? Grande parte dele da banca nacionalizada, sem dúvida.

E que o grande propósito dos governos AD sempre manifestado ao longo destes dois anos, é o de sabotagem do sector bancário nacionalizado, a dívida de chorudas «indemnizações» aos ex-monopolistas e a criação de uma nova banca capitalista.

Esta é uma política que não serve o País e a economia nacional. **Mas pode-se vencer a crise e promover o desenvolvimento com uma reestruturação do sector bancário e o reforço do papel coordenador do Banco Central, com uma nova política monetária e de crédito.**

Com uma política de crédito que incentive e apoie a produção e o investimento nos sectores económica e socialmente prioritários, que intervenha como instrumento da recuperação e dinamização económica. Com uma política de crédito que privilegie, designadamente, os sectores básicos como motores do desenvolvimento económico, o desenvolvimento dos sectores agro-pecuário e das pescas, a modernização das estruturas industrial e comercial, que apoie efectivamente as pequenas e médias empresas e fomenta o associativismo e o cooperativismo.

Com uma política de crédito que se insira no combate aos défices externos, por um lado incentivando a produção nacional de produtos importados e, por outro lado, apoiando a produção para exportação que se integre no crescimento harmonioso da actividade produtiva.

Com uma política de crédito anti-inflacionista, com a imediata e progressiva redução das taxas de juro e o não financiamento, directo ou indirecto, de actividades especulativas e de importações supérfluas ou de luxo.

(...)

A política necessária não é a da estagnação mas a do aumento da produção, com a máxima utilização dos recursos nacionais; é a do desenvolvimento planeado da economia; a da melhoria das condições materiais e espirituais do nosso povo, base do alargamento do mercado interno e do escoamento dos produtos nacionais; a do relançamento do investimento produtivo e do combate ao desemprego; a do aproveitamento das capacidades industriais instaladas e não utilizadas; a da produção nacional de produtos importados. A política necessária, é a da redução e aproveitamento dos desperdícios, a da poupança de matérias-primas e energia, nomeadamente combustíveis, por unidade produzida. No Seminário, entre os vários exemplos citados, foi apontado que uma redução de 1% nos consumos e quebras das refinarias, perfeitamente alcançável, permitiria uma recuperação média de cerca de 72 000 toneladas/ano de combustível.

Exemplos de economias de fuel a empreender foram também apresentados para as indústrias dos cimentos, do vidro, do papel, do barro, etc.

Quanto ao aumento da produção, a curto prazo, deve prioritariamente orientar-se para cobrir os sectores que originam maiores saídas de divisas (produtos agrícolas, bens de equipamento) e para os sectores que têm melhores condições de contribuir para a entrada de divisas.

Por outro lado, como se concluiu no Seminário, a redução da dependência tecnológica e a promoção da capacidade técnica terão de constituir duas das preocupações centrais de uma política tecnológica do nosso país, suporte do desenvolvimento económico.

A optimização do contributo dos transportes para o desenvolvimento da economia, através do planeamento de cada subsector de forma a concretizar-se num verdadeiro Plano Nacional de Transportes, tendo em conta as vocações dos diferentes meios, o seu aproveitamento máximo e a sua incidência na Balança de Transacções Correntes é outra direcção importante, apontada no Seminário, para a reanimação da economia e para a redução dos défices externos.

O desenvolvimento económico, o aumento da produção, tem para nós objectivos claros: não a reconstrução dos privilégios, das desigualdades, das fortunas privadas, mas sim garantir o direito ao trabalho, a melhoria do nível de vida, a elevação do nível material e espiritual de todo o povo. **A luta contra o atraso económico, para vencer a crise e pelo desenvolvimento é inseparável da luta pela independência nacional,** o que significa que não são com soluções importadas, fora das nossas realidades, ou com medidas tomadas em centros de decisão externos que se promove e dinamiza a recuperação da nossa economia.

A luta contra o atraso económico, para vencer a crise e pelo desenvolvimento é inseparável da intervenção activa e da energia criadora da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

A luta contra o atraso económico, para vencer a crise e pelo desenvolvimento no nosso país é inseparável do concurso do Partido da classe operária, do seu conhecimento da realidade portuguesa, das suas propostas de medidas concretas, da sua organização e força mobilizadora.

Por isso, e em face da gravidade da situação, apelamos a todos os democratas para que atendem na necessidade, urgência e oportunidade das nossas propostas políticas, condições indispensáveis de um novo e urgente rumo para o País:

- a demissão do Governo AD.
 - a dissolução da Assembleia da República.
 - a formação de um governo de gestão que dê garantias da realização democrática de eleições.
 - eleições antecipadas para a Assembleia da República.
- E estas medidas devem ser tomadas antes que se concretize uma revisão inconstitucional da Constituição, para se garantir uma solução democrática da profunda crise, política, económica e social que o País atravessa.
- Com novas eleições, a AD, que é uma minoria do País, será uma minoria na AR. A correlação de forças alterar-se-á, ainda mais, a favor dos que querem um novo governo que empreenda, de facto, uma nova política.
- Alternativa será então possível com base numa nova maioria e no importante sector dos independentes, que são um peso real na sociedade portuguesa.
- A grave situação em que vivemos exige, sem perda de tempo, que se corte o passo às forças reacçãoárias.
- Com as forças de Abril ultrapassaremos a crise e construiremos um Portugal democrático, livre, próspero e independente.

Madeira Assembleia está para breve

Intensa actividade das várias organizações do Partido na Região Autónoma da Madeira prepara a 1.ª Assembleia da Organização, a realizar em 27 e 28 de Março, na sala de Congressos do Casino da Madeira no Funchal.

Elaborados pela DORAM, as teses estão a servir de ponto de partida para os trabalhos preparatórios, que incluem a eleição dos 150 delegados à Assembleia.

Trata-se da mais importante realização partidária na Madeira e Porto Santo até hoje promovida pelo nosso Partido.

Chaves

Os comunistas de Chaves, em Trás-os-Montes, levam a efeito no próximo dia 20 (um sábado), a 3.ª Assembleia da sua Organização Concelhia.

Os trabalhos da importante iniciativa decorrerão na Escola do Ciclo Preparatório, a partir das 15 horas.

Autarquias Encontro em Viseu

No próximo domingo, dia 14, decorrerá um importante Encontro do PCP em Viseu, sobre questões das autarquias.

Este Encontro destina-se a quadros do PCP, eleitos e activistas do sul daquele distrito. Participará o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido.

A sessão realiza-se no Salão dos Bombeiros Municipais de Viseu, a partir das 14 e 30.

Vialonga

Debate sobre a situação política e social e entrega dos novos cartões do Partido (biénio 82/83) são os dois pontos da ordem de trabalhos do plenário de organização que se realizará no próximo sábado, na Freguesia de Vialonga (V. Franca de Xira).

A sessão decorrerá no CT do Partido, a partir das 21 horas.

Reunião da DORP

Realiza-se no próximo sábado dia 13, às 9 horas da manhã, no Centro de Trabalho da Boavista, uma reunião plenária da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP.

Na reunião serão analisadas a actual situação política nacional e regional e as tarefas do Partido.

Informação e Propaganda

- Plenário da ORL

Realiza-se no próximo sábado, dia 13, um plenário distrital de militantes organizados nas Secções de Informação e Propaganda concelhias, de sectores, de empresas e de freguesia.

Os trabalhos do plenário decorrerão no Centro de Trabalho Vitória, das 14,30 às 19 horas.

Na reunião serão discutidas questões de organização, quadros, capacidade técnica das SIPs, as grandes linhas de propaganda para 1982 e as eleições autárquicas, e a situação política.

No plenário participarão João Labescat, membro da DORL, Victor Neto, da SIP do PCP e membro suplente do Comité Central, e Manuel Pedro, membro do Comité Central do PCP. O plenário é promovido pela SIP da DORL e pela Comissão Coordenadora das SIPs do Distrito de Lisboa.

V. Real S. António e Silves

Avança a preparação das Assembleias de Organização de V. Real de Santo António e Silves, que se realizam nos próximos dias 28 e 21 deste mês, respectivamente.

Em Silves estará presente José Vitoriano e em V. Real de Santo António, Octávio Pato, membros da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Carnaxide

No centro de trabalho de Alguís vai realizar-se no próximo sábado, dia 13, um plenário de militantes comunistas da freguesia de Carnaxide. As tarefas relacionadas com as eleições autárquicas que se aproximam serão amplamente discutidas.

O plenário inicia-se às 15 horas, com a participação do camarada Jerónimo de Castro, membro do Comité Central do Partido.

Comício no Cacém

Abio Inglês, Marília Cabral e Hipólito Santos, membros do CC e da DORL, participam num grande comício do PCP no sábado, às 21 e 30, nos Bombeiros Voluntários do Cacém.

Tomar

É já no próximo sábado, dia 13, que os comunistas de Tomar realizam a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP. Estará presente o camarada Blanqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, que usará da palavra no comício de encerramento da Assembleia, às 18 horas, iniciativa aberta à população.

Os trabalhos decorrerão nos Bombeiros da cidade de Tomar.

No Canto Livre participará o grupo «Jornada». À noite, no Centro de Trabalho do Partido, haverá um jantar-convívio.

Poder local

Por "esbarrar" na revisão constitucional 'AD' quer fazer mão baixa no Poder autárquico

Bem pode afirmar-se que a revisão da Constituição tem vindo a fazer-se sob o signo da tradicional duplicidade dos partidos da «AD» em matéria de Poder Local, comentava no recente seminário promovido pela revista «Poder Local» o camarada José Magalhães, assessor jurídico do Grupo Parlamentar do PCP.

Tal duplicidade tem que se lhe diga e merece alguma reflexão. Na verdade as forças reaccionárias que integram a coligação governamental actualmente no poder, face à impossibilidade de concretizarem convenientemente a revisão inconstitucional da Constituição, tratam de procurar através da contra-revolução legislativa uma revisão «de facto», que obtenha através da lei ordinária o que lhes está materialmente vedado em termos constitucionais. Daí, por exemplo, o já célebre «pacote legislativo autárquico», que a «AD» procura impor a toda a pressa através da maioria de que ainda dispõe na Assembleia da República.

do isolamento da «AD» na sua pretensão em alterar princípios gerais, nomeadamente a supressão (proposta pela «AD» e recusada por todos os outros partidos) da responsabilidade dos órgãos executivos das autarquias locais perante as respectivas assembleias deliberativas.

As propostas da «AD» pretendia pôr em causa o sistema de Governo a nível local e daí remetê-lo para a lei ordinária (e logo para a alçada da sua ainda maioria parlamentar). Todavia o debate na Comissão permitiu precisamente uma avaliação do funcionamento do sistema que a Constituição prevê no tocante às relações entre os vários órgãos das autarquias locais, como recordou o camarada José Magalhães no referido seminário, o que permitiu a demonstração de três coisas: a justiça fundamental do sistema consagrado; a dificuldade de encontrar uma solução concreta alternativa (e a «AD» nada avançou); finalmente a inaceitabilidade de dar de bandeja e sem condições a faculdade legislativa nesta matéria através da lei ordinária (como pretendia a «AD»).

Ms há aspectos negativos nos resultados provisórios do processo de revisão em curso que importa denunciar, como acontece no que toca ao poder regulamentar, hoje atribuído específica e exclusivamente às assembleias das autarquias locais.

A solução esboçada na Comissão de Revisão Constitucional (com a oposição frontal do PCP) vai no sentido de alterar a redacção do preceito constitucional de modo a atribuir apenas genericamente esse poder às autarquias, atribuindo-o «de

facto» aos respectivos órgãos executivos.

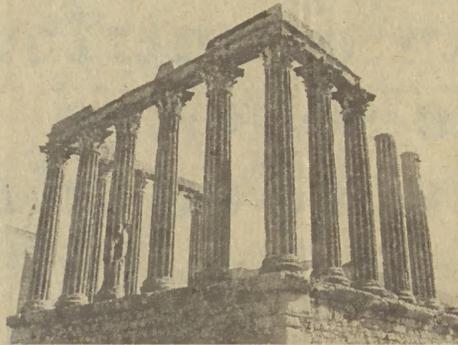
Tal transferência abriria o risco de as Assembleias se transformarem em meros órgãos de adorno, esvaziados desse poder fundamental que é o poder regulamentar, concretizando-se por outro lado a tão desejada (pela «AD») presidencialização do Poder Local.

É necessário alertar a generalidade dos efeitos autárquicos para as gravíssimas consequências desta medida, como dissemos já esboçada na Comissão de Revisão Constitucional.

Outra questão importante no quadro da revisão constitucional refere-se ao sistema eleitoral autárquico. A «AD» viu rejeitadas as propostas com que pretendia a desconstitucionalização da forma de eleição dos órgãos autárquicos, remetendo a sua estruturação para a lei ordinária. Como tem sido justamente afirmado, as alterações do sistema eleitoral pretendem abrir caminho a alianças contrárias ao sentido do voto popular, eliminar a pluralidade de forças políticas representadas nos órgãos autárquicos (fatastando à partida a possibilidade de representação das forças minoritárias), fomentar a divisão e partidarização setorial da gestão autárquica.

Tais propostas não obtiveram aceitação, sendo de referir que o debate a este respeito veio contribuir para a clarificação da regra constitucional segundo a qual a Câmara Municipal deve ser eleita por representação proporcional, derrotaando assim as propostas da «AD» que pretendiam interpretar em sentido oposto o texto constitucional vigente.

Todavia tudo indica que poderá vir a ser aprovada a po-



O «Poder Local» fascista, o que existia, passava exclusivamente pelo aparelho repressivo do regime — o resto era folclore mais ou menos turístico entregue a serventários do Governo central, cuja função específica não ia além da emissão de postais ilustrados; é para aí que a «AD» quer voltar, por isso se encarniça tão despididamente contra o sistema autárquico do Portugal de Abril.

posta da FRS no sentido da supressão da regra que estabelece que o Presidente da Junta será o cidadão que encabece a lista mais votada. Tal consagração possibilitaria arranjos e alianças tendentes a entregar presidências de Juntas de Freguesia a representantes de listas menos votadas. Importa alertar para a gravidade desta matéria.

O assunto não fica esgotado e a ele voltaremos. Importa no entanto sublinhar a gravidade e os perigos da contra-revolução legislativa levada a cabo nesta matéria pela «AD» através do seu «pacote», procurando uma revisão inconstitucional da Constituição. Citando mais uma vez José Magalhães, de nada valeriam quaisquer aperfeiçoamentos se a destruição do sistema de fiscalização de constitucionalidade permitisse que a contra-revolução legislativa fosse convertida em lei da República, passando a ser a contra-Constituição real, reduzindo a proclamações e adornos sem significado as normas da Lei Fundamental.

Neste momento a defesa da ampla participação popular, da democraticidade, da autonomia e da estabilidade institucional do poder local depende da capacidade que revelamos a enfrentar as tentativas de imposição de uma revisão constitucional que desfigure a natureza e os princípios essenciais da Constituição de Abril, mas também da energia e eficácia com que soubermos dizer não ao pacote através do qual se pretende proceder à sua revisão de facto.

Não ao «pacote legislativo autárquico» do Governo!

De nada valeriam quaisquer aperfeiçoamentos se a destruição do sistema de fiscalização de constitucionalidade permitisse que a contra-revolução legislativa fosse convertida em lei da República, passando a ser a contra-Constituição real, reduzindo a proclamações e adornos sem significado as normas da Lei Fundamental.

Neste momento a defesa da ampla participação popular, da democraticidade, da autonomia e da estabilidade institucional do poder local depende da capacidade que revelamos a enfrentar as tentativas de imposição de uma revisão constitucional que desfigure a natureza e os princípios essenciais da Constituição de Abril, mas também da energia e eficácia com que soubermos dizer não ao pacote através do qual se pretende proceder à sua revisão de facto.

Não ao «pacote legislativo autárquico» do Governo!

Internacional

Trabalhar mais produzir mais construir Granada

Granada comemora no próximo dia 13 de Março o terceiro aniversário de um processo político e social até agora inédito nas Caraíbas de expressão inglesa. Nesta data, um grupo de jovens revolucionários do Partido Nova Jova tomou de assalto o principal quartel do país, derrubando a tirania de Eic Gairy que durante mais de 25 anos dominou a pequena ilha de 344 quilómetros quadrados e cerca de 100 mil habitantes.

A experiência revolucionária de Granada — que se traduz num sistema de Governo de participação popular, através dos conselhos comunitários — é seguida com particular atenção pelos povos vizinhos das Caraíbas, dado que o seu caso representa a negação completa da tese que se tornou quase uma máxima: depois de Cuba, o socialismo como opção a curto ou médio prazo é impossível nestas ilhas.



Para dar uma ideia do atraso e desgoverno reinante na ilha antes de 1979, o primeiro-ministro Maurice Bishop, líder do processo granadense, recordou que então os hospitais nem sequer possuíam ligaduras e aspirinas! Era então frequente as mulheres darem à luz no chão dos hospitais por falta de camas.

Actualmente funcionam sete clínicas em todo o país, através de um sistema de regionalização que leva os serviços médicos aos lugares do interior onde se encontra a maior parte da população. O analfabetismo, que em 1979 abrangia sete por cento da população, está a ser eliminado com um programa de dois anos, ao mesmo tempo que cerca de trinta mil pessoas subescolarizadas recebem aulas para elevar a sua educação e cultura.

O aeroporto internacional, a obra de desenvolvimento de maior envergadura que o governo granadense está a construir com o apoio de outros países, transformou-se no principal objectivo da agressão económica dos Estados Unidos contra Granada.

Washington tentou várias vezes frustrar as diligências de Granada junto de organismos internacionais para a obtenção de novos financiamentos para o projecto em execução.

O aeroporto que se constrói na península de Point Saline, no sueste de Saint George's, a capital, permitirá o trânsito de grandes aviões de passageiros e a realização de voos nocturnos, o que se traduzirá num aumento da afluência turística à ilha, sua principal fonte de rendimentos.

Na verdade, o projecto de construção de um novo aeroporto não é novo, uma vez que foi considerado por administrações anteriores.

Só que, com o pretexto de que a sua construção constituiria um perigo estratégico para o poderio militar norte-americano nas Caraíbas, os Estados Unidos não só levantaram questões de assistência económica a Granada, como também utilizaram abertamente vários processos para impedir a ajuda de outros países à pequena ilha.

Outras actividades de carácter político — como a Marcha da Liberdade (percorrer a pé toda a ilha) — culturais e desportivas realizam-se nestes dias comemorativos da Revolução, produto do trabalho popular levado a cabo sob o lema: Trabalhar mais, produzir mais, construir Granada.

Por Ana Leonor Dias
Exclusiva Prensa Latina
— «Avante!»



Maurice Bishop, Primeiro-Ministro de Granada.

Saudação do PCP

Por ocasião do 3.º aniversário da Revolução de 13 de Março de 1979 em Granada, o PCP enviou ao Partido Nova Jova as fraternais saudações dos comunistas portugueses.

No âmbito das boas relações existentes entre os dois Partidos, já salientadas de resto pelo PCP aquando da realização da 1.ª Conferência Internacio-

nal de Solidariedade com Granada, no ano passado, o PCP manifesta aos camaradas granadenses a activa solidariedade dos comunistas portugueses com a luta que travam para defender e consolidar as conquistas da Revolução e a independência nacional, contra as ameaças e provocações do imperialismo norte-americano.

Temos pois esta gente que nos (des)governa a combater ferozmente a Lei das Autarquias (que eles mesmos aprovaram em 1977), mas fazendo-o não em sede própria — a Assembleia da República, na Comissão de Revisão Constitucional, onde pouco propeem sobre a matéria — e sim através de despidoradoras «manobras legislativas» governamentais.

É através dessas manobras mais ou menos «empacotadas» que se preparam para reduzir o número de membros dos órgãos deliberativos, dilatar o período do mandato dos órgãos autárquicos, restringir a colegialidade do seu funcionamento, diminuir brutalmente a prática da democracia nas autarquias. Tendo do exercício do Poder Local uma concepção venal e caciqueria, a «AD» teme o funcionamento democrático das autarquias, a par-

ticipação (constitucionalmente salvaguardada) das organizações populares de base nos problemas regionais, a descentralização administrativa, o dinamismo dessas autênticas «escolas de democracia» que são os órgãos autárquicos, quando a funcionar em plena democraticidade. O obscurantismo e o imobilismo, bem aprofundados a uma máquina burocrática centralizadora e docilmente «governamental», são por enquanto os estremitados anseios dos próceres da «AD» em matéria de Poder Local...

O que se passa na Comissão de Revisão

Olhando os resultados provisórios do processo de revisão constitucional em curso, em matéria de Poder Local, conclui-se

Semana de Arraiolos

Organizada pela Casa do Alentejo com o apoio da Câmara Municipal, iniciou-se na passada terça-feira na Casa do Alentejo em Lisboa a «Semana do Concelho de Arraiolos», que se prolongará até depois de amanhã. Várias exposições estarão patentes ao público até final da «Semana», podendo hoje, dia 11, ver-se em acção operárias tapeteiras, que farão demonstrações da sua arte. À noite, num dos salões, falar-se-á sobre esta indústria característica da vila de Arraiolos, intervindo, para além de algumas tapeteiras, o animador cultural da Câmara, Manuel Borralho.

Amanhã dia 12 terá lugar pelas 21 horas um serão dedicado ao pintor Dórdio Gomes, com a participação do pintor Rogério Ribeiro. Finalmente para o dia 13, o culminar desta realização, está prevista a chegada (pelas 11 horas) de uma caravana vinda do Arraiolos, que desfilará de seguida até à Casa do Alentejo, seguindo-se um almoço de confraternização e convívio durante o qual actuarão acordeonistas, poetas populares, um grupo de Teatro amador, um grupo coral alentejano radicado em Lisboa e se assistirá a um concerto pela Banda Filarmónica do Vimieiro — Canto Alentejano.

Câmara «AD»/Abecasis quer homenagem fascista

Estratagem novo escândalo na Câmara Municipal de Lisboa da «AD»/Abecasis: em atitude provocatória sem precedentes, o presidente da edilidade e seus pares do CDS e PPD/PSD deliberaram entregar a medalha de ouro da Cidade de Lisboa a Santos e Castro, desentendendo assim uma decisão de uma Câmara fascista (da qual o «homenageado» foi presidente).

Em comunicado à imprensa o Comité Local de Lisboa do PCP considera que «a Câmara 'AD'/Abecasis, com mais esta decisão, mostra a sua verdadeira face, identificando-se com os valores mais retrógrados da sociedade portuguesa, demonstrando assim o seu ódio ao 25 de Abril, à democracia, ao Poder Local democrático, à Constituição da República que proíbe claramente as homenagens fascistas».

E prossegue o comunicado do CLL do PCP: «A Câmara 'AD'/Abecasis tem-se notabilizado por nada de bom ter feito pelo Povo de

Lisboa — bem ao contrário a situação da cidade é hoje bem pior que em 1979 e tende a agravar-se. Tem-se notabilizado ainda por tentar recuperar o estilo, os métodos e os projectos anteriores ao 25 de Abril de 1974. A Câmara 'AD'/Abecasis esquece-se contudo que vivemos em democracia, que a Constituição da República existe e o Poder Local funciona. Por isso não conseguiu concretizar os seus velhos e novos projectos (Feira de Belém, Torres do Tejo, Prédio SPOC/Socares Carneiro e 'gaiola' Abecasis no miradouro de S. Pedro de Alcântara, entre outros) que, a concretizarem-se, desfigurariam gravemente a cidade de Lisboa».

O comunicado termina com um apelo ao povo de Lisboa para manifestar, por todas as formas, o seu profundo repúdio por mais esta afronta à democracia, alertando ainda a população da capital para a necessidade «de cada vez mais se mobilizar, unindo esforços para no mais curto prazo substituir esta Câmara, que em tudo se identifica com a Câmara fascista do sr. Eng.º Santos e Castro (que agora a 'AD' quer galardão)», por uma nova Câmara democrática, competente, honesta e eficaz».

O CLL do PCP recorda também a conclusão da sua recente reunião plenária, de que a APU é a única alternativa democrática à Câmara «AD/Abecasis».

I Jogos Florais da CM de Moura

Quadro, poesia livre, conto e reportagem. Habilita-se aos I Jogos Florais da Câmara Municipal de Moura, com trabalhos a entregar em mão ou enviar em duplicado e sob pseudónimo até ao dia 30 de Abril deste ano. Não mais de três páginas para a reportagem e quatro para o conto. Regras normais em casos que tais: trabalho subscrito por um pseudónimo e acompanhado de um envelope fechado contendo no exterior o pseudónimo e no interior nome e endereço do autor, a acompanhar os dados pessoais — nome e morada fundamentalmente.

Cada concorrente receberá um diploma comprovativo da sua participação nestes I Jogos Florais da CM de Moura, que terão três prémios para cada modalidade, respectivamente de três, dois e um escudos, todos acompanhados de medalhão alusivo. A proclamação dos vencedores e a distribuição dos diplomas e prémios serão feitos numa cerimónia própria, a anunciar oportunamente. Concorra!

Comissão Nacional da APU reúne no próximo sábado

Com o objectivo de proceder a um balanço da actividade da Aliança Povo Unido nos órgãos autárquicos e de preparação das próximas eleições autárquicas, realizar-se-á no próximo dia 13 de Março, sábado, pelas 14 e 30 no anfiteatro 1 da Faculdade de Letras de Lisboa, uma reunião da Comissão Nacional da APU.

No intervalo da reunião, cerca das 17.00 horas, será dada uma informação aos órgãos da Comunicação Social sobre os objectivos e andamento dos trabalhos.

Notícias de Loures

Na falta de orçamento para o corrente ano e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Câmara Municipal de Loures concedeu diversos subsídios a Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do Concelho num total de 10 mil contos, a saber: Bombeiros Voluntários de Loures, Odivelas e Sacavém 1240 contos cada, Camarate e Bucelas 1100 contos cada, Moscavide e Fanhões 960 contos, Caneças e Pontinha 600 contos.

Entretanto parece desenharem-se um pequeno escândalo no concelho de Loures, o terceiro do País: a Câmara Municipal, por sua iniciativa, tem concluídas e devidamente equipadas as instalações para Centros de Saúde em Lousa, Apelação, Unhos e Póvoa de Santo Adrião; por mais de uma vez a Câmara solicitou à Direcção Geral de Saúde a abertura daqueles Centros (onde a autarquia dispendeu milhares de contos), mas até à data... continuam fechados! Entretanto os moradores daquelas zonas continuam a dispendir desnecessariamente tempo e dinheiro para conseguirem uma consulta médica noutras localidades. Que se passa? Será que a Direcção Geral de Saúde, que seu total desprezo pela saúde das populações?

Entretanto — e a prolongar-se por mais tempo esta situação inaceitável, a Câmara Municipal de Loures conjuntamente com as Juntas de Freguesia de Lousa, Apelação, Unhos e Póvoa de Santo Adrião e as populações interessadas encaram a hipótese de encetar acções de molde a obrigar o Ministério dos Assuntos Sociais a cumprir com as suas responsabilidades.

Terra

Demagogia do MACP não encobre propósitos de liquidar a Reforma Agrária

• Ameaçadas cooperativas de Alcácer e Odemira

A medida que o tempo corre — e segue um curso que não vai seguramente a favor dos que detêm por ora o Poder — novos factos vêm juntar-se ao imenso rol de ilegalidades cometidas contra a Reforma Agrária pelo Governo AD/Balsemão.

Profundamente injustos e arbitrários, reveladores do verdadeiro carácter de vassalagem aos interesses dos grandes latifundiários, os casos de tentativas de destruição de cooperativas agrícolas recentemente ocorridos, e de que adiante relataremos, dois exemplos inserem-se na violenta e criminoso ofensiva do Governo visando única e exclusivamente a total destruição da Reforma Agrária.

Esse o objectivo fundamental da sua política, estratégia que já não é possível camuflar por mais tempo, nem mesmo utilizando operações de propaganda como a levada a cabo há cerca de mês e meio pelo Ministro Basílio Horta, com a qual pretendia iludir a opinião pública.

Dizia o senhor ministro, como foi amplamente tomado público pelos meios de comunicação social ao seu serviço, que o Governo se dispunha a apoiar as UCP/Cooperativas que fossem economicamente viáveis. Mas, na verdade, o que é que queriam dizer essas palavras? Que intenções se escondiam por detrás delas?

Como os trabalhadores prontamente denunciaram, o que o Governo pretende de facto é, numa primeira fase, inviabilizar as UCP/Cooperativas — por outras palavras, desapossá-las ilegalmente das melhores terras, meios de produção e instalações, bloqueá-las financeiramente, não fornecendo apoio técnico, não pagando as dívidas do Estado, etc. — e, depois, numa segunda fase, vir dizer que as cooperativas estão tecnicamente falidas, que a Reforma Agrária é inviável.

Mas vejamos então no concreto o que se passou nos últimos dias nas Cooperativas «Estrela Dourada», de Alcácer do

Sal e «Tem Que Ir», de S. Luis, Odemira.

«Estrela Dourada»

Na «Estrela Dourada», os trabalhadores souberam por mera casualidade da manobra que o Ministério da Agricultura Comércio e Pescas (MACP) planeava executar nas suas costas, quando se deslocaram à «Coop-Sado» para se abastecerem de adubos para as novas sementeiras. Foram então alertados de que não valia a pena comprar mais produtos pois a «Estrela Dourada» iria em breve ser posta em hasta pública e as suas terras distribuídas.

Parante esta situação os dirigentes da Cooperativa contactaram os Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária (SGEF) de Alcácer do Sal, tendo recebido do engenheiro José Pedro a confirmação das intenções destruidoras do MACP, não adiantando todavia mais nada alegando que o plano viera do SGEF de Évora.

Os trabalhadores da Cooperativa «Estrela Vermelha», que possui 110 hectares de regadio e 220 hectares de sequeiro e disfruta de uma situação financeira que a torna viável, consideram assim uma enorme «ilegalidade» a pretensão do Governo, mostrando-se dispostos a

tudo fazer para impedir que ela se concretize.

«Tem Que Ir»

No caso da Cooperativa «Tem Que Ir» os trabalhadores souberam da decisão do MACP de desmantelar a sua unidade através de editais afixados onde se anunciava a distribuição das suas terras em três parcelas.

Justamente indignados, os dirigentes da Cooperativa dirigiram-se aos serviços do MACP em Odemira que os informou terem vindo as ordens para o

desmembramento daquela cooperativa, da Direcção Regional da Agricultura do Alentejo, com o fundamento de que os cooperantes deviam à Previdência e ao Crédito Agrícola.

Os onze trabalhadores da «Tem Que Ir» consideram esta decisão do MACP profundamente arbitrária e sem fundamento, pelo que a contestam, alegando três grandes motivos. Em primeiro lugar, a Cooperativa tem a receber 2500 contos de indemnizações referentes a frutos pendentes de uma re-

Agricultores de Setúbal subscrevem abaixo-assinado

Mais de 1100 agricultores da região de Setúbal subscreveram um abaixo-assinado onde se dá conta da grave crise que afecta o sector e onde se reclamam medidas de apoio que ponham termo à actual situação de ruína e miséria. O documento foi entregue no fim da passada semana na Assembleia da República, à Comissão Parlamentar da Agricultura por uma delegação representativa das organizações da lavoura daquele distrito.

Os agricultores aguardam entretanto que lhes seja marcada uma audiência que haviam solicitado ao Ministro aquando da entrega do referido documento no MACP, em Fevereiro último.

Castro Daire: Presidente CDS impede concentração de agricultores

Uma concentração marcada para segunda-feira passada, promovida pela Comissão Pró-União de Agricultores do concelho de Castro Daire, foi impedida pelo presidente da Câmara Municipal daquela vila, eleito pelas listas do CDS, alegando para o efeito que os agricultores estragariam as flores do jardim.

Tal atitude do presidente da Câmara que mereceu o repúdio de todos os presentes, não é inédita pois já há algum tempo impedia uma outra concentração argumentando nessa altura que o pedido não respeitava as 48 horas de antecedência.

Os agricultores ainda tentaram demover o presidente, enviando para o efeito uma delegação à Câmara sem que esta, no entanto, tivesse obtido qualquer êxito.

Este comportamento foi considerado pelos presentes como uma desconsideração do presidente do Município para com os agricultores que chegou mesmo ao ponto de enviar uma força da PSP para impedir o acesso ao jardim.

Certos da sua razão, os agricultores não desistem e decidiram

serva que lhes foi retirada e entregue a um falso rendeiro. Em segundo lugar, os bens da Cooperativa estão avaliados em cerca de cinco mil contos, o que garante o valor da dívida. Em terceiro lugar, no que se refere ao pagamento dos descontos à Previdência, essa é uma questão que suscita polémica pois não está ainda legalmente resolvida.

Como facilmente se pode concluir, pois, por terra, a demagógica máscara com que o Governo ainda pretende encobrir a

sua política. Nem agora nunca o Governo, pretendeu o diálogo com os trabalhadores ou apoiar e estimular o desenvolvimento agrícola.

A esta manobra e tal como o têm feito até aqui, também os trabalhadores agrícolas possuirão pelo seu lado a dar a resposta adequada: continuar firmes e determinados a sua justa luta em defesa da Reforma Agrária, dos seus postos de trabalho e condições de vida, em defesa dos interesses da agricultura e da economia nacional.

marcar uma nova concentração para debater os problemas da lavoura da região, num outro local, para o próximo dia 29.

Agrários praticam sabotagem em 160 herdades do distrito de Évora

A fim de se inteirar da situação das herdades que foram devolvidas aos agrários e que se encontram abandonadas, uma Comissão da Assembleia Distrital de Évora visitou recentemente algumas dessas terras, respondendo assim a uma proposta do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora.

A Comissão, composta pelos presidentes das Câmaras Municipais de Évora, Mora, Vendas Novas, Portel e por um elemento da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, irá agora dar conta dos resultados da sua visita à Assembleia Distrital e a alguns órgãos de soberania, designadamente o Presidente da República e o Conselho da Revolução.

No decurso da deslocação os membros da Comissão tiveram oportunidade de constatar o completo abandono em que se encontram algumas herdades tendo percorrido as herdades da Chamimé, de Carlos Alberto Carreço da Maceda, do agrário Custódio Alves, dos Cordeais, da agrária Maria Clara Coelho Vilas-Boas Potes, a herdade do Carvalhal, da Sociedade Saleziana, a herdade do Ruivo, da Misericórdia e a herdade da Manuel Casa Branca e a herdade do Sobral, de Henrique Gabriel Macau.

Em qualquer destes casos, tal como nas cerca de 160 herdades que hoje só no distrito de Évora, se encontram abandonadas, o tipo de sabotagem não varia muito entre o total abandono da terra, a não apanha da azelona, a destruição de pomares e olivais, e o despejo ou não aproveitamento de charcos e barragens.

Refira-se ainda que esta Comissão da Assembleia Distrital de Évora havia dirigido um convite à governadora civil para que integresse esta delegação, convite este que foi recusado tal como o haviam sido audiências anteriormente solicitadas por delegações de desempregados que pretendiam expor a sua dramática situação.

SEMANA Internacional

3 Quarta-feira



Uma sondagem publicada em Londres revela que o desprestígio do governo de Margaret Thatcher continua a aumentar; segundo a sondagem apenas 13 por cento dos eleitores votariam agora no partido no poder... É anunciado em Luanda o recomeço da produção na refinaria "Petrogal", paralisada desde Novembro passado devido a sabotagem de comandos do regime racista da África do Sul

4 Quinta-feira

Os ministros do Trabalho dos 24 países da OCDE iniciam em Paris uma reunião de dois dias sobre o aumento do desemprego, que atingirá 10 por cento da população activa da Europa até fins de 1982... O presidente francês, François Mitterrand, inicia uma visita a Israel, no meio de protestos árabes, em defesa da sua política de "relações iguais" no Médio Oriente

5 Sexta-feira

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Etiópia desmente de forma categórica a notícia de que o presidente Mengistu Haile Mariam teria sido vítima de um atentado levado a cabo pela "Frente Popular de Libertação da Eritreia"... O grupo fascista italiano autodenominado "Núcleos Armados Revolucionários" reivindica o assalto a um banco de Roma em que foi morto um jovem

6 Sábado

As autoridades da província colombiana de Antioquia decretam o estado de emergência em Medellín para conter a violência que se faz sentir na cidade... O ministro da Defesa do governo socialista de El Salvador desmente a existência de uma conspiração nas fileiras do exército regular que havia sido difundida pela "Rádio Venceremos"

7 Domingo

É anunciada em Pequim a reabertura dos arquivos imperiais, que estiveram encerrados ao público desde o início da "revolução cultural", em 1966... O órgão do Ministério da Defesa soviético volta a desmentir as acusações das autoridades italianas que afirmam que o submarino misterioso detectado o mês passado ao largo da base naval de Tarento era da URSS

8 Segunda-feira

A "Amnistia Internacional" divulga um relatório em que define o regime fascista de El Salvador como sendo de terrorismo de Estado em que "todos os departamentos do governo salvadoreño estão envolvidos no assassinio sistemático de civis, incluindo mulheres e crianças"... É anunciado em Madrid que os participantes na Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa decidiram adiar os trabalhos para Novembro próximo

9 Terça-feira

Cinco membros da Câmara dos Representantes apresentam ao Congresso dos Estados Unidos um projecto de lei que visa a suspensão imediata da totalidade da assistência militar americana à Junta fascista de El Salvador, bem como a retirada de todos os conselheiros militares... O jornal italiano "La Repubblica" revela que o raptó e assassinio do dirigente democrata-cristão Aldo Moro foi comandado por dois norte-americanos, ex-agentes da CIA

Efeméride da Semana — A 7 de Março de 1974 a República Federal Alemã (RFA) e a República Democrática Alemã (RDA) estabelecem relações diplomáticas a nível de embaixadores.

Internacional

Contra a repressão e a ingerência desenha-se a vitória da luta popular em El Salvador

Tentando justificar o pedido ao Congresso norte-americano de uma verba suplementar de 60 milhões de dólares em 82, para o fornecimento de mais armas aos regimes reaccionários da América Central e Caraíbas, Reagan afirmou: "Se não se agir pronta e decididamente na defesa da liberdade, novas Cubas se erguerão das ruínas dos conflitos de hoje". Palavras que no fundo constituem já uma expressão de derrota e que ilustram o que se está a passar nesta zona do continente americano: um exaltante ascenso de luta, mesmo nas mais difíceis condições, mesmo contra formas de repressão que assumem o nível de genocídio, mesmo com uma ingerência sistemática, aberta e crescente por parte dos Estados Unidos.

Utilizando a linguagem simplificada de Reagan, novas Cubas estão de facto a nascer na América. Não por "ingerência" soviético-cubana, como se pretende fazer crer, mas apesar da ingerência norte-americana. Novas Cubas estão a nascer na América pela vontade e pela luta heróica dos seus povos.

O efeito de "boomerang" da ingerência

"As forças salvadoreñas não estão a ganhar esta guerra, e quem não ganha está a perder, quem se tem pela frente uma guerrilha" — afirmou recentemente o general Wallace Nutting, Comandante-chefe do Comando Sul dos EUA no Panamá. De facto as "forças salvadoreñas que o general Nutting refere, e mais especificamente falando as forças do imperialismo, não estão a ganhar esta guerra. Pelo contrário, estão a perdê-la não só em El Salvador, pequeno país transformado num campo de batalha, onde um governo combate com as armas, a técnica, todo um conjunto de

meios militares, a vontade ineludível do seu próprio povo. Estão a perdê-la igualmente nos próprios Estados Unidos, onde as manifestações organizadas contra um novo Vietnam, se juntam agora as vozes de cem congressistas, condenando a política de Reagan. Posição que aliás se tem vindo a repetir por parte de Senadores e inúmeras organizações sociais e humanitárias dos Estados Unidos.

Tudo tem feito, todos os meios têm sido utilizados, para liquidar a luta do povo salvadoreño. Testemunhando do carácter intrinsecamente popular da batalha que se vive em El Salvador, cada vez mais a direcção da repressão se orienta para a liquidação de todo um povo. O Exército tem utilizado nomeadamente bombas incendiárias de fósforo branco e canhões sem recuo de 90 mm. Aviões pilotados por norte-americanos regam de bombas aldeias salvadoreñas. Numa das grandes ofensivas desencadeadas — em vão — pela Junta nestes últimos seis meses, denominadas "operações de limpeza", na região oriental, perto de Usulután e

San Miguel, o Exército cortou o abastecimento de água, bombardeou sistematicamente aldeias e pequenos grupos de casas, assassinando nas margens do Lempa cerca de 145 civis. Os soldados transportaram pelo menos 50 presos de helicóptero até ao mar e lançaram-nos vivos nas águas do Pacífico.

A nível de ingerência tudo — absolutamente tudo — tem sido ensaiado. Para além do fornecimento de armas, técnicos, instrução militar (com lastimosos frutos, por sinal), conselheiros, oficiais (em cada três oficiais que entram em combate em El Salvador, um é norte-americano), temos os esforços contínuos a uma intervenção regional, dirigidos nomeadamente para a Argentina e Honduras, a activação e desenvolvimento de bases militares norte-americanas na zona, e ainda manobras militares que visam não só El Salvador, como também Cuba, a Nicarágua e todo o crescente movimento de libertação na zona. Neste momento, e até dia 18 deste mês, estão a realizar-se em todo o Golfo do México manobras aero-navais da NATO, com partida de bases norte-americanas. É a primeira vez nos seus 33 anos de existência que forças europeias da NATO se juntam às norte-americanas para exercícios nesta região.

Toda uma multifacetada acção militar, que anda de par com manobras com que se pretende legitimar a política terrorista da junta — como é o caso da farsa eleitoral montada para o fim deste mês, com a participação de observadores norte-americanos, e pouco mais.

E entretanto a luta continua e fortalece-se

El Salvador é um pequeno país, que pela sua limitada extensão e pela sua configuração geográfica está bem longe das ideais condições para a prática da guerrilha. Mas há uma condição fundamental para essa prática que não falta — uma condição que é a base da luta popular — o apoio das populações. Os "montes" para a guerrilha salvadoreña, são as aldeias camponesas.

Mesmo fontes tão insuspeitas de simpatia pelos revolucionários salvadoreños como é o caso da UPL, agência noticiosa norte-americana, o reconhecem. Após um período de trabalho em El Salvador, em Tres Calles, departamento de Usulután, um jornalista dessa agência afirma: "os chefes rebeldes gozam de um substancial apoio dos camponeses... Entrevistados com dezenas de milhares de camponeses que se calcula existirem nesta área, realizados sem a presença de guerrilheiros e fora do alcance dos seus ouvidos, mostram que todos eles apoiam passivamente os rebeldes e muitos ajudam-nos activamente, escondendo-os e fornecendo-lhes alimentos".

O mesmo jornalista descreve ainda: "Os camponeses vão à clínica dos rebeldes quando estão doentes, dão aos guerrilheiros uma parte da sua magra colheita de milho e feijão, ajudam a cavar trincheiras e refúgios anti-aviores, e juntam-se aos bailes dos rebeldes para a celebração de vitórias".

Nesta base a luta continua e fortalece-se. "Temos estado na ofensiva desde Dezembro — informou Jorge Handal, membro do comité dirigente político-militar da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional — os combatentes revolucionários estão a defender as regiões so-



Forte do apoio popular, a guerrilha soma vitórias sobre as forças repressivas da Junta de Salvador.

nalista dessa agência afirma: "os chefes rebeldes gozam de um substancial apoio dos camponeses... Entrevistados com dezenas de milhares de camponeses que se calcula existirem nesta área, realizados sem a presença de guerrilheiros e fora do alcance dos seus ouvidos, mostram que todos eles apoiam passivamente os rebeldes e muitos ajudam-nos activamente, escondendo-os e fornecendo-lhes alimentos". O mesmo jornalista descreve ainda: "Os camponeses vão à clínica dos rebeldes

quando estão doentes, dão aos guerrilheiros uma parte da sua magra colheita de milho e feijão, ajudam a cavar trincheiras e refúgios anti-aviores, e juntam-se aos bailes dos rebeldes para a celebração de vitórias".

Nesta base a luta continua e fortalece-se. "Temos estado na ofensiva desde Dezembro — informou Jorge Handal, membro do comité dirigente político-militar da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional — os combatentes revolucionários estão a defender as regiões so-

Luta e solidariedade na África Austral

O movimento de libertação na Namíbia tem vindo a registar novas vitórias. Ainda não há quinze dias, as forças da SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano), destruíram a importante base sul-africana de Okhavo, na Namíbia, numa acção que causou mais de cem mortos e feridos entre as forças de ocupação sul-africanas e levou à apreensão de diverso material militar. Esta uma acção importante, entre muitas outras que se desenvolvem neste domínio.

Simultaneamente, e como sintoma do cada vez maior isolamento das forças de ocupação e da impopularidade da política prosseguida por Pretória, o chefe da facção negra do partido fantoche da Namíbia, Aliança Democrática de Turnhalle, Peter Kalanguila, abandonou o grupo. Facto que leva mesmo o jornal londrino "Times" a considerar mais remotas ainda as hipóteses de uma derrota eleitoral da SWAPO.

O movimento de libertação e a acção de todas as forças progressistas, na Namíbia como na África do Sul, contam na sua dif-

fic batalha com uma retaguarda segura — os Países da Linha da Frente — países que por isso mesmo, em particular Angola e Moçambique, têm não só que fazer frente a agressões militares e acções de sabotagem, como desviar para a defesa somas consideráveis, particularmente necessárias nesta fase vital de recuperação da economia.

Porque tem fronteira com a Namíbia, porque o livre desenvolvimento da riqueza nacional na perspectiva do socialismo transformará este país num exemplo para toda a África — Angola é alvo preferencial das agressões e manobras por parte da África do Sul e do imperialismo norte-americano. Ainda recentemente Savimbi, chefe do grupo fantoche UNITA, ao serviço da África do Sul, foi recebido na cidade do Cabo por membros do governo sul-africano, tendo sido debatidas, não só a coordenação da acção do grupo fantoche e das forças militares sul-africanas e o treino, em território namibiano, dos elementos da UNITA, como ques-

tos ligados à chamada "zona-tampão". E importa relembrar os projectos alimentados pela África do Sul em relação a essa zona, projectos que passam pela ocupação militar de um sector fronteiriço do Sul de Angola, pretendendo-se mesmo implantar aí um governo-fantochete dependente da UNITA.

Face a esta situação, a unidade de acção e a solidariedade internacional desempenham papel importante, não só no apoio à SWAPO e ao movimento de libertação na África do Sul, como no apoio e na capacidade de auto-defesa e desenvolvimento dos Países da Linha da Frente. Dia 7 realizou-se em Maputo, capital de Moçambique, uma cimeira dos países da Linha da Frente — Moçambique, Angola, Tanzânia, Zimbábue, Zâmbia e Botswana —, em que tomaram parte os dirigentes do movimento de libertação da África do Sul e da Namíbia, Oliver Tambo e Sam Nujoma.

O comunicado aprovado no fim da reunião refere o reforço da acção coordenada de defesa contra as agressões militares e a sabotagem económica por parte da África do Sul, citando em particular a presença de forças de ocupação sul-africanas em Angola. Refere-se ainda a necessidade de reforçar a cooperação aos mais diversos níveis, tanto no campo económico, como militar, diplomático e de informação

e de conceder um apoio multiforme aos movimentos de libertação da Namíbia (SWAPO) e da África do Sul (ANC). Por outro lado o documento condena as potências capitalistas que prestam o seu apoio ao regime de apartheid e saúda o primeiro-ministro do Zimbábue, Robert Mugabe, por ter sabido fazer frente às tentativas de desestabilização sociopolítica no país.

Inserido-se nesta mesma necessidade de apoio quer ao movimento de libertação da África Austral, quer aos países da Linha da Frente, realizou-se em Berlim, capital da RDA, no mês de Fevereiro, uma reunião consultiva para examinar a proposta conjunta do ICOSA (Comité Internacional contra o Apartheid) e da OSPAA (Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos) de realização de uma Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente.

Esta reunião, que juntará representantes das principais correntes de opinião pública mundial, partidos políticos, sindicatos, comités anti-apartheid e de solidariedade, organizações de massa nacionais e internacionais, Igrejas, personalidades, deverá realizar-se em Junho deste ano, sendo o local sugerido por unanimidade Lisboa, onde em 1977 teve lugar a Conferência Mundial contra o Apartheid.

Salvador na óptica do CDS e do PS

Estamos em vésperas da farsa eleitoral a realizar no fim deste mês em El Salvador. Farsa que se insere na política desenvolvida pela Junta, de acordo com os interesses e objectivos do imperialismo, e contra a qual heróicamente se bate o povo de El Salvador, com o apoio e a solidariedade das forças revolucionárias e progressistas de todo o mundo. Também com a solidariedade do povo e das forças democráticas em Portugal.

A política interna e externa desenvolvida pelos partidos políticos — tal como pelos Estados — está indissolvelmente ligada. Também por isso é importante o conhecimento das posições adoptadas por partidos políticos no nosso país, face à realidade salvadoreña, para melhor explicar, se possível, quais as suas opções políticas, que interesses concretos defendem.

O CDS estará representado como "observador" na farsa eleitoral, não directamente como partido, é verdade, mas através da União Europeia das Democracias Cristãs. Entretanto, para não deixar dúvidas a ninguém, o porta-voz do CDS afirmou que "aquele acto eleitoral é um começo de alienação de quais são os verdadeiros desejos do povo de El Salvador o início de retorno a um processo de paz civil e consolidação de uma democracia". Curiosa apreciação da realidade salvadoreña que melhor nos esclarece sobre

quais os conceitos de democracia e paz social do CDS.

Recusando a sua presença na farsa eleitoral em El Salvador, o Partido Socialista Português teve entretanto o cuidado de avançar com muito esclarecedoras considerações. Assim, segundo o PS, se a violência no país se avoluma, se se anulam as possibilidades de uma "saída democrática e pacífica" para o conflito, tal se deve, não à repressão com toros de genocídio dirigida pela Junta directamente através do Exército, e indirectamente através de grupos paramilitares terroristas, não à ingerência dos EUA, aliás formal e aberta, mas à "radicalização dos grupos extremistas, de direita e esquerda". E os "actos de terrorismo", não são acções repressivas dirigidas contra a luta popular revolucionária, antes têm vindo a ser cometidos tanto por "forças militares paragonamentais" (o Exército não é referido) como por "forças de oposição paramilitarizadas", interessadas em "transformar El Salvador num novo polo de tensão entre o Leste e o Oeste". Assim se põem no mesmo pé forças repressivas e forças revolucionárias, e se libram de responsabilidades quer o imperialismo, quer um regime abertamente reaccionário. O confusio-nismo ao serviço de uma política oportunista de direita — tanto a nível interno como a nível externo.

Cisjordânia em luta contra o domínio de Israel

A luta persistente, continuada, quotidiana, do povo palestino contra o domínio israelita, pela constituição da sua própria pátria, é elemento dominante da realidade socio-política de uma zona onde o imperialismo pretende a todo o custo preservar a sua lógica do lucro, o seu empenho em manter posições estratégicas, no domínio económico como no político.

Luta cuja importância é sistematicamente escamoteada pela informação burguesa, que reduz o processo em curso no Médio

Oriente, como aliás noutras partes do mundo, aos jogos de interesses, aos encontros e desencontros entre os Estados Unidos, Israel e o Egipto e pouco mais.

Neste momento registam-se importantes lutas nas zonas ocupadas por Israel, em particular na Cisjordânia.

Dia 8 a população árabe da Cisjordânia fez greve geral de protesto contra o encarceramento da Universidade árabe de Bir-Zeit e a repressão pelo exército israelita da manifestação do

passado sábado, em Naplouse, em que dois estudantes ficaram gravemente feridos.

Domingo, em numerosas localidades e campos de refugiados palestinos da margem ocidental do Jordão a polícia reprimiu manifestações estudantis, tendo sido presos numerosos estudantes. Os estudantes exigiram não só a reabertura da Universidade e o fim da imposição de um "autonomia administrativa", como também a anulação da anexação israelita do Golán.

Este um processo de luta que já se prolonga há meses. Em Fevereiro, estudantes foram presos por participarem em manifestações de protesto contra sanções aplicadas a membros do conselho estudantis, há meses sob residência fixa e proibidos de ir às aulas por se manifestarem contra o domínio israelita. Dias depois a Universidade árabe de Bir-Zeit era encerrada.

Também em Fevereiro a população árabe dos Montes Golan realizou uma greve geral contra a anexação integral dos Montes Golan e pela libertação de dirigentes presos. Luta que acompanhou a acção de desobediência cívica de uma parte da população da área, recusando o pagamento de impostos e a utilização de serviços médico-sociais dos ocupantes israelitas.



Israel prossegue a sua política de domínio, baseada na repressão. O que não impede uma luta crescente dos povos das zonas ocupadas.

Repressão na República Dominicana

Em vésperas de eleições o governo da República Dominicana recorre à repressão, como forma de garantir a continuidade do regime. Contrariando a orientação da própria Junta Central Eleitoral, o governo levanta sérios obstáculos à realização da campanha eleitoral, visando particularmente o Partido Comunista Dominicano. A semana passada foram efectuadas 50 prisões, continuando actualmente presas 24 pessoas.

A República Dominicana, país com fronteira com o Haiti, inserido assim numa zona que os EUA pretendem continuar a considerar domínio seu — as Caraíbas — é um exemplo típico de sistemática ingerência por parte dos Estados Unidos na sua vida política interna.



O domínio dos EUA sobre o país data de 1907. É com o apoio de Washington que o ditador Trujillo governa de 1930 a 1961. Sempre que o movimento popular se ergue contra regimes lesivos dos seus interesses, os EUA intervinem, de forma directa ou indirecta, e mesmo por abertamente intervenção militar, para impor um poder de acordo com os seus interesses. Em 1978 o Partido Revolucionário Republicano (PRD) de Juan Bosch, ou melhor, a sua ala direita, encabeçada pelo proprietário rural António Guzmán, venceu as eleições. O voto popular exprime assim o seu repúdio pelos regimes impostos por Washington, mas por outro lado o PRD ascendeu ao Poder após ter depurado do seu programa as medidas mais progressistas. Coincidindo com as renovadas pretensões do imperialismo nas Caraíbas, o actual surto repressivo surge uma vez mais como expressão da submissão à política imperialista dos sectores de direita — mesmo quando reformistas — da América Latina.

Quebrar o silêncio

Convenção Nacional Democrática já conta com mais de 400 adesões

A Assembleia da República não está 'cercada' — disse Filipe Diniz, do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, membro da Comissão Promotora da Convenção Nacional Democrática, na conferência de imprensa que levou à Voz do Operário alguns jornalistas que quiseram saber dos objectivos e do estado de preparação da Convenção. — O objectivo fundamental da Convenção Nacional Democrática é quebrar o silêncio que se tem feito à volta da revisão constitucional — continuou o sindicalista. — Fala-se muito do 'cercado' da AR em 75 e, independentemente do que cada um possa pensar do que aconteceu nessa altura, o facto é que hoje se procura concretizar a revisão constitucional como se efectivamente a Assembleia estivesse 'cercada'. A Assembleia não está cercada. E para ela deverá estar voltada a atenção do Povo português, consciente da importância do que lá se passa quando se discute a revisão da Constituição.

A atenção que se volta para a realização da Convenção Nacional Democrática, por parte de organizações populares de todos os tipos — sindicatos, associações profissionais, cooperativas, comissões de trabalhadores e de moradores, etc — está bem patente nos números anunciados anteontem. Mais de quatro centenas de organizações já aderiram e cobrem praticamente todo o país, do continente às ilhas. Há mês e meio eram apenas quarenta, as que se constituíram em Comissão Promotora. O balanço feito é tanto mais significativo em termos de números, quanto se sabe que a organização da Convenção tem passado despercebida aos olhos da grande parte dos órgãos de comunicação social. E a despeito do carácter não partidário e da falta de

apoios, as inscrições vão crescer ainda. Embora em princípio devam encerrar, por motivos de operacionalidade, dois dias antes da reunião da CND, no Coliseu de Lisboa, praticamente até à hora do início da grande reunião que começa no dia 20 e se prolonga pelo dia seguinte, as portas estão abertas à participação. Não haverá — esclareceram-nos — um documento prévio apresentado à discussão dos participantes. Após uma intervenção de abertura, da responsabilidade da Comissão Promotora, a Ordem de Trabalhos prevê um debate com intervenções das organizações presentes. O encerramento far-se-á com a leitura das conclusões da Convenção, a votação de uma proclamação e

eventualmente de moções que venham a ser apresentadas. Sobre o conteúdo das intervenções nada foi entretanto adiantado. O objectivo, de resto, da Convenção Nacional Democrática é permitir que as organizações populares mais variadas se façam ouvir sobre uma questão fundamental para o país: a revisão constitucional, pois que cada uma das organizações, cada cidadão organizado nas associações populares tem direitos específicos que se ligam com o conteúdo e a forma da Constituição, sendo a revisão constitucional uma preocupação para toda a gente e não apenas para os partidos políticos, para os deputados ou para os órgãos de soberania.

Filipe Diniz fez, aliás, questão de sublinhar que a Convenção não procura de modo algum exercer «pressão» sobre o órgão competente — a AR — para proceder à revisão constitucional. A insinuação de que a CND pretende "pressionar", e de forma menos legítima, não pode entretanto retirar-lhe o direito de exprimir-se sobre uma questão que diz respeito a todos os portugueses. Não contestando a competência da Assembleia da República e dos seus deputados para a revisão, a Convenção Nacional Democrática pretende dar um contributo. E será um contributo cívico de extraordinária importância. Se uma associação cultural ou recreativa pretendesse rever os seus estatutos e essa revisão se fizesse à porta fechada — disse ainda Filipe Diniz —, os associados ficariam, pelo menos, muito

preocupados. O que se pretende é quebrar o silêncio.

Adesões

Entre as numerosas adesões que fizeram subir a mais de 400 o número de organizações que participarão na Convenção, destacam-se as que recentemente se divulgaram: A CT e a Comissão Intersindical da Fri-Sado, Setúbal, foram mandatadas para aderir à CND em plenário geral de trabalhadores. Aderiram também a CT e a CI da empresa Jaime da Costa Mecânica Eléctrica do Porto; CT da TOFA, Linda-a-Velha; Comissão de Moradores da Damaia de Cima; Sindicato da Construção de Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa; CUM da Beira Litoral, Coimbra; Sindicato dos Operários da Construção Civil e Oficinas Correlativas do Distrito de Vila Real; CT do INATEL; Centro Cultural de Almada; Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora; Delegação do Sindicato das Indústrias Eléctricas de Braga; Comissão Coordenadora das CT's da Região de Lisboa, CIL; Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Beja; CM de Terceira; Grupo Recreativo de Terceira; CT da Autosil; CT da Guérin; Clube Recreativo Alagoa, Cova da Piedade; Clube Sorefame; CM do Tarjajo, Casal do Sal, Campolide; Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública; CM do Bairro das Pedralvas e Adjacentes; URAP do Barreiro; CM de Vila Chã, Barreiro; Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas; Grupo de

Comédias, «Os Brotas», Barreiro; CM das Tufeiras, Torres Novas; Clube Recreativo da Ramalha, Cova da Piedade; Sociedade Recreativa Estrelas, Feijó; CT do Arsenal do Alfeite; Clube Recreativo do Feijó; Centro Cultural e Desportivo dos Funcionários da Câmara Municipal de Almada; MDM (Marinha Grande); Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, Marinha Grande; União de Cooperativas de Pesca de Peniche; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química do Centro e Ilhas, delegação de Leiria; Comissão Coordenadora do MDM do Distrito de Leiria; Departamento Juvenil do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Distrito de Leiria, Peniche; Cooperativa da Casa dos Pescadores de Peniche; Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Distrito de Leiria, Peniche; Desporto Náutico da Marinha Grande; Casa do Pessoal da Cimpor, Pataias, Marinha Grande; Cerci, Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, Peniche; Comissão Representativa dos Trabalhadores e dos Delegados Sindicais da Câmara Municipal de Almada; Sociedade Recreativa e Musical Trafariense, Trafaria. Continuam entretanto a realizar-se sessões promovidas pelas Organizações componentes da Comissão Promotora. Para os próximos dias, entre outras, estão marcadas: Dia 11 — As 21 horas na SFUAP, Cova da Piedade. Dia 12 — As 21 horas, na Sede dos Reformados, Alameda Afonso Henriques, URAP; às 21 horas,

CONVENÇÃO NACIONAL DEMOCRÁTICA

20-21 MARÇO 1982 LISBOA

EM DEFESA DA DEMOCRACIA



no Centro Social e Paroquial de Alcântara, Calvário; na Voz do Operário, aberta a todas as organizações sociais da área de Lisboa; às 21 horas, no Salão da Câmara Municipal de Loures, Zona Ocidental; às 21 horas, no Salão do Sacavenenses, Sacavém, Zona Oriental. Dia 13 — As 21 horas, reunião de grupos corais na Casa do Alentejo; às 16 horas, na Marinha Grande, reunião com organizações sociais.

No próximo dia 20 — o primeiro dia de funcionamento da Convenção Nacional Democrática —, à noite e também no Coliseu dos Recreios, haverá um espectáculo que se vai enquadrar no espírito da CND. Já alguns artistas aderiram. Participarão o conjunto SARL, com Carlos Alberto Moniz, Maria do Amparo, Helena Viegas; o poeta José Carlos Ary dos Santos declamará um poema seu,

inédito e dedicado à Convenção; a Banda da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, coros alentejanos, Teresa Silva Carvalho, Mário Viegas e Fernanda Lapa. Os bilhetes para este espectáculo, que se espera muito participado, encontrar-se-ão à venda na Voz do Operário, onde funciona a Comissão Promotora da Convenção, na Casa do Alentejo e, também, nas bilheteiras do Coliseu dos Recreios.

Preparação da Marcha contra o desemprego

Os números por mais significativos nunca chegam para caracterizar um fenómeno como o desemprego. E quando esse fenómeno se passa numa sociedade como a nossa, ainda menos. Como se faz sempre nestes casos, com a pressa dos jornais alinham-se índices, percentagens, mas não há tempo para comparar verdadeiramente, para avaliar esses dados a partir de uma base relativamente segura, estável, que nenhuma sociedade capitalista pode fornecer. O desemprego em Portugal não foge à regra, a essa regra dos números que se acumulam em vez de servirem para alertar e caminhar noutro sentido.

A grave crise económica que afecta os principais países capitalistas desde 1974-75 fez subir a taxa de desemprego a níveis que não eram atingidos desde o pós-guerra. A problemática do retorno ao pleno emprego constitui hoje ponto obrigatório na acção sindical que se desenvolve nesses países e é uma das reivindicações mais insistentemente apontadas pelos trabalhadores,

nomeadamente quanto aos mais afectados — jovens, mulheres e emigrantes. Estas palavras são de 1979, mais exactamente de Novembro desse ano, e abrem um suplemento da revista «Avançada», mensário da CGTP-IN que acabava de promover, entre

17 e 22 de Setembro, uma semana de luta Contra o Desemprego e pelo direito ao trabalho no nosso país. Mais de dois anos passaram sobre essa iniciativa de alcance nacional. Hoje, perante uma situação ainda pior, um plenário de sindicatos também de âmbito nacional aprovava, em 15 de Janeiro findo, uma Marcha contra o desemprego que vai concretizar-se entre 28 de Março e 3 de Abril. No plano de preparação dessa iniciativa inclui-se a breve prazo a distribuição de elementos para a melhor apreciação do crescimento

desse fenómeno altamente perigoso em Portugal. Enquanto esses elementos não chegarem podemos recorrer (infelizmente o desemprego é um mal que vem de longe) ao mesmo suplemento da «Avançada» de 1979, pois mais importante e conclusivo que o número estimado de desempregados é o que «todas as fontes e todos os indicadores revelam sobre a estagnação do nível de emprego, o crescente e progressivo agravamento do nível de desemprego que se verifica de ano para ano, a mais rápida deterioração da situação dos jovens à procura do primeiro emprego e da situação das mulheres, o alongamento do período de desemprego e o crescimento dos despedimentos». Ainda na semana passada citámos números em apoio destas realidades ao tratarmos da Marcha Contra o Desemprego. Podemos no entanto repetir alguns, como o total dos desempregados que ascende, segundo estudo actual da CGTP-IN, a cerca de 448 mil (380 mil divulgados oficialmente para 1981); a taxa de desemprego que aumentou, entre 1974 e 1981, de 1,3 para 8,8 por cento; os 177 mil jovens que procuravam um primeiro emprego em 1980, representando 52 por cento dos desempregados, os 70 por cento de desempregados

no total nacional. Estes números, como os dos preços, são dos que pioram sempre aqui em Portugal.

Necessidade de mudar

Quando se fala seriamente de desemprego não se podem esconder as condições em que ele nasce, se alimenta e cresce. As sucessivas conferências mundiais sobre o emprego, bem como todas as iniciativas tomadas nesse quadro nos países capitalistas mais afectados apontam claramente a necessidade de mudar. Mudar pelo menos a política económica para fomentar o crescimento do emprego, a segurança dos postos de trabalho, o menor recurso aos contratos a prazo e a satisfação final das necessidades básicas das massas trabalhadoras e da população em geral. O desemprego não pode na verdade baixar quando um número cada vez maior de empresas de pequeno ou médio porte acabam por falir; quando a outras é cada vez mais difícil o acesso ao crédito em condições aceitáveis; quando os alegados planos de reestruturação vêm «morder» nos postos de trabalho; quando a racionalização vai pelo mesmo caminho; quando as

multinacionais tentam impor a sua lei (e conseguem-no hoje em Portugal) ao tratar do emprego; quando se intensifica, afinal, a exploração capitalista. Os sindicatos e toda a organização do movimento sindical unitário têm dedicado ao desemprego a atenção e os esforços práticos que lhe são despertados naturalmente pelos problemas que mais afectam os trabalhadores. Pontualmente as suas organizações representativas alertam contra os despedimentos logo que as ameaças surgem. Quer se trate de casos individuais ou colectivos; quer os processos visem representantes dos trabalhadores, como é frequente nos despedimentos selectivos; quer se trate de despedimentos colectivos (abertos ou camuflados) os sindicatos intervirão junto do Governo e de outros órgãos do Poder, mobilizam os trabalhadores contra os riscos que correm abandonando companheiros de trabalho à «sorte» que lhes prepara o patronato. A CGTP-IN, fiel ao princípio da defesa dos mais legítimos interesses dos portugueses, tem contrariado por várias formas a tese da direita e

do patronato português que defendem ser o desemprego um problema insolúvel, afirma-se num folheto de mobilização para a Marcha.

Em 1980 foi apresentado ao Conselho Nacional do Plano uma proposta fundamentada onde se prova que a resolução da problemática do desemprego está directamente dependente das opções políticas e económicas dos governos — é ainda a CGTP-IN que refere acrescentando:

Os Governos da AD, servindo os interesses do patronato e do capital, em vez de reduzir o desemprego, têm progressivamente favorecido os despedimentos, criando assim condições para uma reserva dada vez maior de desempregados, condição indispensável para a formação de lucros cada vez maiores.

É um facto que a política da «reserva de mão-de-obra» continua em vigor. Por isso os objectivos da Marcha, o programa de combate ao desemprego passa pela exigência de uma política que ponha termo aos despedimentos e promova ao mesmo tempo o desenvolvimento económico necessário à redução progressiva da percentagem de desempregados, criando postos de trabalho. Além dessa exigência que aparece em primeiro lugar na lista dos objectivos da Marcha Contra o Desemprego, aprovados em plenário nacional de sindicatos, estes, apoiados pela maioria dos trabalhadores portugueses, decidiram ainda: «Alertar, mobilizar e organizar a juventude para a luta contra o desemprego e pela satisfação do direito ao primeiro emprego; «Denunciar e combater a utilização abusiva dos contratos a prazo, exigindo a alteração da lei actual, de acordo com os direitos constitucionais; «Sensibilizar a opinião pública, as instituições

sociais e políticas, motivando-as para o combate ao desemprego; «Proceder a um balanço em cada distrito sobre a situação do desemprego e dos contratos a prazo».

Pelo caminho

A Marcha, que funcionará em dois percursos aos quais devem afluír 4 «colunas» (Porto, Santarém, Évora e limite de Torres Vedras, já no distrito de Lisboa) motivará acções solidárias de participação e outras de esclarecimento e mobilização para o prosseguimento da luta contra o desemprego. O movimento sindical unitário confia na iniciativa programada e prevê uma grande acção de massas no interesse de todos os trabalhadores. Entremeadamente a pé e de autocarro, conforme os locais e as iniciativas previstas, a Marcha Contra o Desemprego vai realizar-se em condições de permitir uma ampla participação. Não implicará, naturalmente, esforços inúteis, prevendo-se que os percursos a pé pouco mais sejam do que meramente simbólicos. Embora sujeita a inscrição junto dos sindicatos das zonas respectivas, a iniciativa pretende mobilizar o maior número possível de participantes. Alguns requisitos especiais obrigam, no entanto, os organizadores a lançarem uma campanha para a recolha de fundos. O apoio poderá também ser prestado durante a Marcha nas localidades que atravessará. As diligências oficiais necessárias à boa organização da jornada estão feitas. A Marcha Contra o Desemprego decorrerá dentro da normalidade habitual nas iniciativas do movimento sindical unitário. Os seus objectivos são do conhecimento público e inscrevem-se na luta geral pela defesa do regime democrático e dos interesses, direitos e liberdades dos trabalhadores.

Participa!
Informa-te no sindicato mais próximo **CGTP-IN**